

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

CLEIDSON NAZÁRIO MAURÍCIO

DA LAMA AO CAOS, DO CAOS À LAMA!
A FUNDAÇÃO RENOVA E A ESTRATÉGIA INTERVENTIVA EMPRESARIAL

VITÓRIA/ES

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

CLEIDSON NAZÁRIO MAURÍCIO

DA LAMA AO CAOS, DO CAOS À LAMA!
A FUNDAÇÃO RENOVA E A ESTRATÉGIA INTERVENTIVA EMPRESARIAL

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, como requisito para obtenção do título de Mestre em Política Social.

Orientador Dr. Victor Neves de Souza.

VITÓRIA/ES

2021

DA LAMA AO CAOS, DO CAOS À LAMA!
A FUNDAÇÃO RENOVA E A ESTRATÉGIA INTERVENTIVA EMPRESARIAL

CLEIDSON NAZÁRIO MAURICÍCIO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Política Social. Orientador: Prof. Dr. Victor Neves de Souza.

Aprovada em 28 de junho de 2021 por:

Prof. Dr. Victor Neves de Souza.

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES (Orientador)

Prof.^a Dr. Ana Targina Rodrigues Ferraz

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES (Examinador interno)

Prof.^a Dr. Cristiana Losekann

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES (Examinador externo)

Prof. Dr. Flávio Henrique Calheiros Casimiro

Instituto Federal do Sul de Minas Gerais - IFES (Examinador externo)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
VITÓRIA, Junho de 2021



ATA DA SESSÃO PÚBLICA DA 151ª DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

Às 17 horas do dia 28 do mês de junho do ano de 2021 reuniu-se, via webconferência, a Banca Examinadora composta pelos Professores Doutores Victor Neves de Souza (orientador - presidente da banca), Ana Targina Rodrigues Ferraz (membro interno remoto), Cristiana Losekann (membro externo remoto) e Flávio Henrique Calheiros Casimiro (membro externo remoto) para a sessão pública de defesa de dissertação do aluno **Cleidson Nazário Maurício**, com o tema: "DA LAMA AO CAOS, DO CAOS À LAMA! A FUNDAÇÃO RENOVA E A ESTRATÉGIA INTERVENTIVA EMPRESARIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA SUA CONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL, DAS MEDIDAS DE MITIGAÇÃO E DA RELAÇÃO COM OS ATINGIDOS". O presidente deu início à sessão e passou a palavra ao aluno, que fez sua exposição em 30 minutos. Os examinadores formularam as suas arguições, as quais foram respondidas pelo candidato. Em seguida, o presidente da sessão solicitou que o examinando deixasse a sessão para que a banca fizesse as deliberações de julgamento. Feitas, convocou o aluno para ingressar novamente na sessão. O presidente leu a decisão da banca, que foi pela aprovação do examinando. Por fim, o presidente alertou que o aluno somente poderá requerer o título de Mestre após o cumprimento de todos os requisitos para a conclusão do curso previstos no regimento do programa, a saber: entrega da versão final da dissertação, em meio digital e impresso, com os ajustes indicados pela banca. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão da qual se lavra a presente ata, que vai assinada pelos membros da banca examinadora.

Prof. Dr. Victor Neves de Souza
Orientador/Universidade Federal do Espírito Santo

Profª. Drª. Ana Targina Rodrigues Ferraz
Universidade Federal do Espírito Santo

Profª. Drª. Cristiana Losekann
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Flávio Henrique Calheiros Casimiro
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

Av. Fernando Ferrari, 514, Vitória/ES - CEP: 29075-910. Campus de Goiabeiras Tel.:3145-5370
E-mail: politicassocia.ufes@gmail.com, <http://www.politicassocia.ufes.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
ANA TARGINA RODRIGUES FERRAZ - SIAPE 298195
Departamento de Serviço Social - DSS/CCJE
Em 29/06/2021 às 08:37

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/216759?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
CRISTIANA LOSEKANN - SIAPE 1778603
Departamento de Ciências Sociais - DCS/CCHN
Em 30/06/2021 às 09:02

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/217778?tipoArquivo=O>

.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.289 de 30/08/2018, por
VICTOR NEVES DE SOUZA - SIAPE 1946070
Colegiado do Curso de Música (Bacharelado) - CCMB/CAr
Em 30/06/2021 às 09:42

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/217813?tipoArquivo=O>

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

N3351 Nazário Maurício, Cleidson, 1983-
DA LAMA AO CAOS, DO CAOS À LAMA! A Fundação
Renova e a Estratégia Interventiva Empresarial / Cleidson
Nazário Maurício. - 2021.
154 f. : il.

Orientador: Victor Neves de Souza.
Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas.

1. Estado e classes sociais. 2. Aparelhos Privados de
Hegemonia. 3. Fundação Renova. 4. Samarco. I. Neves de Souza,
Victor. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de
Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 32

Rio de Lama, Doce, agora amargo. Vem de Mariana, desceu rejeito não tem pra ninguém e varre cama, e sonho e segue tudo pro além e dia Vale, quanto vale a vida de alguém?

Rio de lama, Doce, agora amago. Vem de Mariana, desceu rejeito não tem pra ninguém e varre cama, e sonho e segue tudo pro além e dia Vale...

Monstro desceu corredeira (dizimando tudo a sua frente).

Não tem medo de ninguém (de investigação nem de autoridade)

Quase toda realeza (através do financiamento de campanha)

Foi comprada com vintém.

Sai da frente camarada, que lixo tóxico não dá pra beber.

Querosene nem gelada, olha o nível dessa gente “procê” vê!

A TV não fala nada, mas deles a gente devia esperar o que?

Tragédia desenfreada! E morre bicho, e morre gente e gente tentando esconder.

Leito do rio, nosso Karma, que a ganância desmedida traga.

Resumidas vidas de incontáveis animais é dívida eterna com a nossa casa, nossa Terra.

Quantas toneladas consumimos de ferro?!

Quantas mortes sufocadas sem berro?!

Rio de lama, Doce, amago. Vem de Mariana, desceu rejeito não tem pra ninguém e varre cama, e sonho e segue tudo pro além e diga Vale, quanto vale a vida de alguém?

(Música: Quanto Vale? Banda Djambê, Letra: Emílio Dragão)¹

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=U2kwUnA7tpY>

Aos atingidos e atingidas por barragem.

“A Vale destrói, o Povo constrói”

AGRADECIMENTOS

Agradecer a consolidação desta pesquisa é um exercício necessário para lembrar que sua construção resulta de interações sócio-históricas coletivas. Nesse sentido, quero deixar registrada a minha gratidão àqueles e àquelas que foram parte desta caminhada.

Agradeço à minha mãe, Marli Nazário Maurício, a meu pai Adilson José e a minha irmã Carilene Nazário, pelo apoio e incentivo para a realização do mestrado. Sem vocês, concretizar esse processo de formação e aprimoramento intelectual seria impossível. Amo vocês!!

Agradeço à minha companheira Lilianny pelo seu afeto, companhia e partilha. Sempre me incentivando e ouvindo minhas lamúrias. Você acompanhou as madrugadas escritas e sabe como foi desafiador. Obrigado!!!

Agradeço ao meu amigo e irmão Weliton Toledo, que, compartilhando sua experiência no processo da pós-graduação, ajudou a pensar e refletir elementos críticos para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço a professora Renata Moreira, que inicialmente esteve comigo até o processo de qualificação, obrigado pela disponibilidade e pelas contribuições. Agradeço pela experiência compartilhada no processo de estágio em docência, foi um momento de grande aprendizado para minha formação.

Agradeço ao meu orientador e camarada Victor Neves, que, em meio ao processo da pesquisa, topou a empreitada de construir conjuntamente o desenvolvimento desta dissertação. Obrigado pelo apoio, atenção, disponibilidade e provocações reflexivas nas orientações. Sem dúvidas nossos diálogos foram fundamentais para a consolidação deste trabalho.

À minha turma de mestrado do PPGPS de 2018, obrigado pelas prosas, discussões e cafés, sem dúvida guardo com muito carinho o período em que estivemos juntos.

Às amigadas que consolidei no PPGPS ao longo deste percurso, Shanna, Beth, Maísa, André, Pedro, Polly, Rodrigo, Querzone e tantos outros com quem, por alguns momentos, pude compartilhar experiências para além do espaço acadêmico.

Agradeço às (os) companheiras (os) do Coletivo Anália de Mello pelos nossos estudos, debates e cafés. Nesse grupo pude compreender a grandeza e importância de Nuestra América

Agradeço a todos os professores do PPGPS e trabalhadores da SUPG dentre os quais tive contato direta ou indiretamente, obrigado pela atenção e convívio ao longo deste período.

Agradeço às companheiras e aos companheiros do CRESS-ES, da gestão “Tempos de Resistir” e “É preciso estar atenta e forte”, obrigado pelo apoio, compreensão e amizade. Diante de tantos desafios postos ao Serviço Social, pude participar da gestão e ter a oportunidade de encerrar a pesquisa de forma mais tranquila.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), pelo financiamento da pesquisa através da concessão de bolsa de mestrado.

Enfim, agradeço a todos e a todas que, direta ou indiretamente, estiveram comigo nesta caminhada, contribuindo com uma palavra ou gesto de apoio. Oh meu muito obrigado!!!

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de estudo a Fundação Renova, suas ações e repercussões nos processos organizativos da luta dos atingidos. Trata-se de um estudo qualitativo, realizado por meio de pesquisa documental, recorrendo a materiais elaborados pela Fundação Renova, Ministério Público Federal, Movimento dos Atingidos por Barragem e sites jornalísticos que têm acompanhado o caso do rompimento da barragem da Samarco. A partir do aporte teórico quanto aos temas de Estado e classes sociais em Marx, Engels, Lênin e Gramsci, procuramos orientar nossa discussão teórica. Os autores da Teoria Marxista da Dependência fizeram parte de nossa discussão, a fim de entendermos a particularidade latino-americana e brasileira, no tocante aos mecanismos de expropriação das economias dependentes. Partimos da hipótese de que a Fundação Renova segue sendo um mecanismo utilizado pelas empresas mineradoras para ocultar a continuidade do desastre-crime. Agindo por meio da legitimidade do Estado, a instituição atua na conformação da coerção e do consenso, aparelhando os espaços institucionais, fragilizando e dividindo a luta coletiva dos atingidos mediante suas ações interventivas. Para compreender este cenário e realizar a discussão analítica da Renova, nos amparamos na reflexão gramsciana sobre os aparelhos privados de hegemonia.

Palavras-chave: Estado e classes sociais. Aparelhos Privados de Hegemonia. Fundação Renova. Samarco.

ABSTRACT

This dissertation has as its object of study the Renova Foundation, its actions and repercussions in the organizational processes of the struggle of those affected. This is a qualitative study, carried out through documentary research, using materials prepared by the Renova Foundation, the Federal Public Ministry, the Movement of People Affected by Dams and journalistic websites that have followed the case of the Samarco dam rupture. Based on the theoretical contribution to the themes of the State and social classes in Marx, Engels, Lenin and Gramsci, we seek to guide our theoretical discussion. The authors of the Marxist Dependency Theory were part of our discussion, in order to understand the Latin American and Brazilian particularity, with regard to the mechanisms of expropriation of dependent economies. We start from the hypothesis that the Renova Foundation continues to be a mechanism used by mining companies to hide the continuity of the crime disaster. Acting through the legitimacy of the State, the institution acts to shape coercion and consensus, equipping institutional spaces, weakening and dividing the collective struggle of those affected through their interventional actions. In order to understand this scenario and carry out the analytical discussion of Renova, we rely on the Gramscian reflection on the private devices of hegemony.

Keywords: State and social classes. Private Devices of Hegemony. Renova Foundation. Samarco.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Crescimento da renda mineral da América Latina	57
Figura 2 – Percurso da lama até a chegada na foz do rio doce	89
Figura 3 -Trajetória dos acordos assinados pós rompimento da barragem da Samarco.....	95
Figura 4 – Aporte Financeiro das empresas mineradoras para Fundação Renova	100

LISTA DE TABELAS

1 – Relação de documentos utilizados para pesquisa	30
2 – Quantitativo de trabalhadores da Fundação Renova em 2016	102
3 – Estrutura e composição representativa interna da Renova	106
4 – Membros do Comitê Interfederativo	112
5 – Integrantes do Comitê Interfederativo	116
6 – Câmaras técnicas e programa socioambientais e socioeconômicos	118
7 – Avaliação dos programas da Fundação Renova conforme relatório da Ramboll 2020	130

LISTA DE SIGLAS

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

AEDAS – Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social

AFE – Auxílio Financeiro Emergencial

ANA – Agência Nacional de Águas

APH – Aparelho Privado Hegemônico

APHES – Aparelho Privado Hegemônico Empresarial

CCB – Código Civil Brasileiro

CESAN – Companhia Espírito Santense de Saneamento

CIF – Comitê Interfederativo

COVID – Corona Vírus Disease

DPES – Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo

DPMG – Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

DPU – Defensoria Pública da União

EUA – Estados Unidos da América

FASFIL – Fundações e Associações Sem Fins Lucrativos

FMI – Fund Monetário Internacional

GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IVV- Instituto Viva Vida

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem

MME – Ministério de Minas e Energia

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MPF – Ministério Público Federal

MPES – Ministério Público do Estado do Espírito Santo

MPMG – Ministério Público do Estado de Minas Gerais

ONGS – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OCISP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PIM – Programa de Indenização Mediada

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POEMAS – Grupo de Estudos Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade

TTAC – Termo de Transação e Ajustamento de Conduta

TAC- GOV – Termo de Ajustamento de Governança

TAP – Termo Aditivo Preliminar

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO	21
OBJETIVOS	26
METODOLOGIA	28
ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS	33
CAPÍTULO 01- FUNDAMENTOS DE CLASSES DO ESTADO E A PECULIARIDADE DO ESTADO DEPENDENTE	35
1.1 A gênese das classes sociais e as imbricações do Estado nas lutas de classes	35
1.2 A peculiaridade do Estado dependente e a superexploração do trabalho	45
1.3 O padrão primário exportador e a mineração como característica das economias dependentes	55
CAPÍTULO 02 - ENTRE COERÇÃO E CONSENSO: OS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA NA TÔNICA DA LUTAS DE CLASSES	61
2.1 APARELHOS DE HEGEMONIA E SUA DIMENSÃO CONSTITUTIVA DE CLASSE	61
2.2 OS APARELHOS INTERVENTIVOS EMPRESARIAIS COMO INSTRUMENTO HEGEMÔNICO DE CLASSE	66
2.3 A FUNCIONALIDADE DOS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA EMPRESARIAIS (APHEs) NO BRASIL	71
CAPÍTULO 03- OS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA NO CASO DO ROMPIMENTO DE BARRAGEM DA SAMARCO	81
3.1 “Democratizar” os danos e privatizar os lucros: o Termo de Ajustamento de Conduta como dispositivo conciliador de conflitos	81
3.2 O Termo de Ajustamento de Conduta no contínuo desastre ambiental da Samarco: entre a lógica empresarial e a mediação de conflitos	88
3.3 O TAC-Governança e os limites da participação efetiva	92
CAPÍTULO 04 – OS DESCAMINHOS DA REPARAÇÃO: A FUNDAÇÃO RENOVA COMO MECANISMO INTERVENTIVO DA CLASSE EMPRESARIAL	99
4.1 A FUNDAÇÃO RENOVA E SEU ARRANJO INSTITUCIONAL	99
4.2 A governança interna da Fundação Renova	106
4.3 A governança externa da Fundação Renova	111
4.3.1 O Comitê Interfederativo	111
4.3.2 Os arranjos da participação social da Renova	122
4.4 Os programas de mitigação da Renova e a relação extenuante com os atingidos	126

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	145

INTRODUÇÃO

Na presente pesquisa, procuramos analisar a certos aspectos da constituição e da atuação da Fundação Renova no contexto do rompimento da barragem da Samarco, suas ações e repercussões nos processos organizativos da luta dos atingidos. O rompimento da barragem ocorreu em novembro de 2015, afetando 45 municípios, sendo 37 cidades mineiras e 08 cidades capixabas. Após 05 anos do **desastre-crime**² protagonizado pelas empresas mineradoras³ (Samarco S.A, Vale S.A e BHP Billiton), as condições de reprodução social dos atingidos permanecem irreparáveis, mesmo com a criação da Fundação Renova, fato esse que nos levou a investigar o papel dessa organização na arena das lutas de classes.

Na queda da barragem foram despejados cerca de 45 milhões de m³ de resíduo tóxico de minério de ferro, que percorreram cerca de 700 km, da cidade de Mariana, em Minas Gerais, até a foz do Rio Doce, no Município de Linhares, Espírito Santo. A tragédia ocorrida levou à morte de 19 pessoas, além do gigantesco impacto econômico, social e ambiental nas cidades e comunidades tradicionais das regiões (SILVA; CAYRES; SOUZA, 2019). De acordo com as autoras:

[...] a lama de rejeitos provocou a destruição de residências e infraestruturas na região Bento Rodrigues/Mariana e Barra Longa (MG), e impactos sociais e ambientais de curto e longo prazo ao longo da calha do rio. Foram arrasadas áreas de vegetação nativa, pastos, territórios indígenas e tradicionais, bem como propriedades de produção familiar (SILVA; CAYRES; SOUZA, 2019, p.03).

É importante assinalar que no mesmo ano de ocorrência do rompimento da barragem da Samarco o Brasil destacou-se como o maior exportador de minérios de ferro da América Latina, assim como o segundo maior exportador do mundo. O país nesse período foi responsável pela exportação de 11% de todos os minérios, obtendo protagonismo no mercado global da mineração e ficando acima de países como África

² Assim como Souza e Carlos (2018), usaremos ao longo da pesquisa o termo “desastre-crime”, considerando a complexa relação no jogo das forças entre os atores envolvidos, que atravessam Estado, empresas mineradoras e atingidos. Nos documentos analisados, emitidos pelos órgãos do Estado e Renova, encontra-se o uso recorrente da palavra desastre. Já as populações que sofreram os danos socioambientais, bem como os movimentos sociais em defesa dos atingidos, usam o termo “crime”, considerando as questões de impunidade permanente diante da tragédia ocorrida.

³ “As três empresas e mais de 20 pessoas envolvidas foram denunciadas pelo Ministério Público Federal (MPF), por crime de inundação, desabamento, lesão corporal, crimes ambientais e homicídio qualificado, mas até hoje os processos seguem na justiça e ninguém foi preso” (SOUZA; CARLOS, 2018, p. 02).

do Sul, Peru e Chile, conhecidos por serem os maiores mineradores do mundo (MILANEZ, 2019).

Nossa proposta de estudo parte da hipótese de que o crime de Mariana não foi um acontecimento dissociado do desempenho da mineração brasileira, e muito menos um fato accidental. Isso é indicado pela queda da barragem de Brumadinho, ocorrida em janeiro de 2019, levando à morte de 235 pessoas, segundo informações do Corpo de Bombeiros, sendo 35 pessoas soterradas. Menos de 04 anos depois da queda da barragem de Mariana, ocorrida em novembro de 2015, o crime ambiental de Brumadinho é considerado como o maior acidente de trabalho do Brasil (BRASIL DE FATO, 2019).

Alguns dados apontam para a característica predatória do modelo econômico da mineração no Brasil, reforçando a ideia de que o desastre-crime protagonizado pela Samarco não foi accidental. A Agência Nacional de Águas (ANA), em relatório, revela que no Brasil existem pelo menos 24.092 barragens para diferentes tipos de uso, entre eles: produção de energia elétrica, contenção de rejeitos de minério e usos múltiplos de água (BBC BRASIL, 2019). De acordo com as informações coletadas no jornal *online* BBC News, o Brasil tem mais de 300 barragens de mineração que ainda não foram fiscalizadas, sendo 200 com um alto potencial de estrago (BBC BRASIL, 2019).

Nesse cenário de devastação, um dos pontos que irá marcar o processo pós rompimento da barragem da Samarco será a celebração do TTAC⁴ (Termo de Transação e Ajustamento de Conduta), firmado entre União, Estados de Minas Gerais e Espírito Santo e a mineradora Samarco S.A e suas acionistas (Vale S.A e BHP Billiton). De forma geral, trata-se de um acordo de **reparação e compensação**⁵ dos

⁴ O dispositivo extrajudicial TTAC, usado como mecanismo alternativo no tratamento de conflitos será tratado de forma mais aprofundada no capítulo 03 da presente pesquisa.

⁵ Aqui cabe um destaque quanto ao uso da expressão “reparação e compensação” ao longo da pesquisa, considerando que será usada devido ao fato de que é a mesma que aparece nos documentos analisados. Compreendemos, entretanto, o caráter profundamente ideológico que tal expressão representa, sendo, pois, utilizada como termo mistificador da luta política. Como nos lembra Florestan Fernandes (2018), “o uso das palavras traduz relações de dominação” (p.10), de tal modo que “as classes trabalhadoras precisam libertar-se da tutela terminológica da burguesia (isto é, de relações de dominação que se definem, na área da cultura, como se fosse parte do ar que respiramos ou “simples palavras”) (p.11). De toda forma: “Se a massa trabalhadora quiser desempenhar tarefas específicas e criadoras, ela tem de se apossar primeiro de certas palavras-chave (que não podem ser compartilhadas com outras classes, que estão empenhadas ou que não podem realizar aquelas tarefas sem se destruírem ou sem se prejudicarem irremediavelmente). Em seguida, deve calibrá-las cuidadosamente, porque o sentido daquelas palavras terá de confundir-se, inexoravelmente, com o sentido das ações coletivas envolvidas pelas mencionadas tarefas históricas” (p.11-12).

prejuízos causados pela tragédia. Este acordo celebrado foi assinado em março de 2016 através do TTAC e resultou na criação da Fundação Renova (SILVA; CAYRES; SOUZA, 2017). O arranjo institucional desta entidade, mediante a assinatura do dispositivo extrajudicial, “se caracterizou por uma estrutura organizacional complexa que concedeu ampla autonomia decisória e gestora às empresas mineradoras para execução do acordo por meio da Fundação Renova” (SILVA; CAYRES; SOUZA, 2017, p. 14). Para as autoras, a Renova caracteriza-se como um braço institucional das empresas mineradoras, não deixando transparente os orçamentos e nem democratizando os espaços decisórios de intervenção aos interesses das comunidades atingidas. Embora o TTAC preconize a criação do Comitê Interfederativo⁶ (CIF), “a definição do desenho técnico-operacional e execução de cada um deles ficou a cargo da Fundação Renova, cuja lógica de atuação tem sido presidida pelos preceitos corporativos do mercado” (SILVA; CAYRES; SOUZA, 2017, p.14).

Segundo Vieira (2017), as práticas corporativas da Fundação Renova estão vinculadas aos interesses da Samarco, haja vista que antes da Renova iniciar suas ações através dos programas interventivos nos territórios, a condução era feita diretamente pela própria mineradora. Desta maneira:

O legado da Samarco pode ser identificado não somente nos discursos da Renova – que sutilmente expressam preocupações corporativas, tal como a busca por fortalecer a sua imagem e reputação com os públicos de interesse – mas, sobretudo, nas práticas comunicativas, que reproduzem as estratégias já exercidas pela Samarco e, conseqüentemente, seus erros e acertos (VIEIRA, 2017, p. 13)

A criação de uma instituição destinada a desvincular a imagem da Samarco referente ao crime é uma estratégia que, “ao contrário da natureza extrativista da Samarco – sustenta o objetivo único de criar bem estar social, junto a discursos e narrativas que ofuscam a causa dos problemas” (VIEIRA, 2017, p.15). Porém, mesmo sendo a Renova considerada legalmente responsável pela mitigação dos problemas através de medidas reparatórias e compensatórias nos territórios atingidos, há um enorme

⁶ O CIF foi criado em resposta ao crime de Mariana. Seu objetivo é orientar e validar as ações da Fundação Renova, gerenciando e executando as medidas de recuperação dos impactos da tragédia. O Comitê tem sua composição presidido pelo Ibama, composto por representantes da União, Estados e Municípios, Defensoria pública, pessoas atingidas e o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

descrédito da população impactada e o aumento dos conflitos e desentendimentos na relação com os atingidos (VIEIRA, 2017).

Ao tratarmos sobre o desastre-crime da Samarco, pretendemos interpretar e revelar as ações estratégicas/táticas utilizadas pela Renova a partir da assinatura do TTAC, usadas para desmobilizar e dividir os atingidos em luta coletiva, além de fragmentar os movimentos sociais e organizações locais. As características e condicionalidades dos programas compensatórios e reparatórios oferecidos pela Renova ao longo destes mais de 05 anos não respeitam as particularidades da população em cada território e não atendem o direito integral dos impactados pelo crime. Ante essas reflexões, nosso problema de pesquisa compreende-se nas seguintes problemáticas: **Em que medida a estrutura organizativa da Fundação Renova e as ações de mitigação desenvolvidas no contexto do rompimento da barragem da Samarco repercutem nos processos organizativos e na luta dos atingidos? Quais os mecanismos de coerção e consenso mobilizados pela instituição ao longo deste período?**

Nossa pesquisa intercruza questões complexas que precisam ser desmitificadas através de uma análise crítica da totalidade. Desta maneira, o debate do Estado e das classes sociais que o compõem e da luta de classes, deve estar na ordem do dia, considerando que tanto o desastre-crime causado pela Samarco quanto criação da Fundação Renova não se deram de modo meramente casual, mas sim marcados por forças e vontades políticas, econômicas e sociais, ou seja, responderam à direção de certo projeto hegemônico de classe. Nesse sentido, para realização do nosso estudo usaremos o conceito gramsciano de aparelho privado de hegemonia (APH), considerando e tomando como hipótese que a Renova é uma extensão/braço interventivo que serve ao interesse das empresas mineradoras.

Segundo Fontes (2010):

O aporte de Gramsci revelou-se precioso para aprender o engendramento dessas novas formas políticas, incorporando à nossa análise sua contribuição sobre as peculiaridades da organização da dominação burguesa sob as condições do Estado ampliado: com ele aprendemos que a luta de classes penetra e fustiga novos âmbitos da vida social, como os aparelhos privados de hegemonia e o Estado (p.12).

Ao realizarmos nossa análise sob a perspectiva teórica gramsciana pretendemos compreender a quem a Fundação Renova se dirige, qual base social se organiza e quais são seus objetivos propostos. Não apenas aqueles objetivos que estão contidos em seus documentos institucionais, Termos de Ajustamento de Conduta e Estatuto, mas aqueles que se permeiam pelas imbricações complexas, no âmbito da correlação de forças na luta de classes, envolvendo órgãos do Estado, empresas mineradoras, atingidos e a sociedade em geral.

Rejane Hoeveler (2019) sugere as seguintes perguntas que uma pesquisa como a nossa deve colocar:

Algumas perguntas iniciais são fundamentais na análise de qualquer APH. Trata-se de um APH da classe dominante dirigido para a própria classe dominante? Trata-se de um APH da classe dominante dirigido para uma atuação política voltada para as grandes massas? Ou ainda, trata-se de um APH forjado pela classe trabalhadora e seus aliados, que eventualmente se converteu em APH funcional para a dominação burguesa? (p.156).

Fontes (2010) realiza um amplo estudo sobre os variados tipos de aparelhos privados hegemônicos existentes no Brasil, compreendendo-os no âmbito de disputa intra e entre classes sociais e pela sua relação entre Estado e sociedade civil. Em um estudo mais recente, em que se indaga quanto aos **“múltiplos papéis dos aparelhos privados empresariais”** (FONTES, 2020, p.15), a autora atualiza o debate e apresenta algumas considerações em torno do papel histórico dos aparelhos privados de hegemonia empresariais (APHEs) e os desafios para a pesquisa sobre o assunto. Alguns desses elementos serão explorados ao longo da dissertação, e nos auxiliarão na elaboração da análise do objeto proposto. Há em nosso debate uma peculiaridade, dado que a Fundação Renova resulta de um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta, possuindo assim um desenho estrutural diferente de outros APHEs.

Particularmente no que concerne à Fundação Renova e a seu arranjo institucional, não encontramos produções bibliográficas cuja análise tomasse como perspectiva o conceito de aparelho privado de hegemonia, o que tornou nosso processo de pesquisa ainda mais desafiador.

OBJETIVOS

O interesse pelo tema da pesquisa surgiu inicialmente devido a meu trabalho realizado no Instituto Viva Vida⁷. Nesse espaço atuei como Assistente Social atendendo crianças, adolescentes e suas respectivas famílias na prestação de serviços de convivência na cidade de Vila Velha. O instituto, no qual atuei por 03 anos, recebia aporte financeiro de empresas de grande porte (Nestlé, Cesan e Arcellor Mitall), e, nesse sentido, a temática sobre organizações empresariais e responsabilidade social perpassou meu cotidiano de trabalho, via formações técnicas, prestação de contas, projetos e reuniões com as representações das respectivas empresas. A minha formação política e a proximidade com as lutas dos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Movimento dos Atingidos por Barragem, também foram fatores que estimularam o interesse por empreender a presente pesquisa.

Na composição do corpo técnico interventivo da Fundação Renova estão presentes assistentes sociais, que constituem um dos principais corpos profissionais que realizam a mediação entre a Renova (empresa) e atingidos. Desta maneira, a relevância da pesquisa para o Serviço Social direciona-se sobretudo em atualizar o debate sobre o papel das organizações de cunho empresarial (Associações, Fundações e Institutos), considerando que este é um campo de grande atuação dos assistentes sociais. Compreender os novos desenhos institucionais de gestão, as formas e direcionamentos dos programas sociais implementados por essas entidades, é primordial para entender sob qual perspectiva a atuação profissional tem realizado os processos interventivos.

No campo da relevância social, a pesquisa visa a contribuir na compreensão das novas configurações interventivas empresariais por meio de suas fundações e instituições, principalmente nas situações de conflitos ambientais. Através do estudo, análise e partilha dos resultados, esperamos que novas reflexões e ideias possam surgir, somando força na ação organizativa e política dos atingidos. O modo de produção capitalista vem afetando as formas de vida e causando danos irreparáveis

⁷O Instituto Viva Vida é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), fundada pelo ex-atleta da Seleção Brasileira de Basquete Luiz Felipe Faria de Azevedo. O IVV desenvolve e executa projetos sociais esportivos a crianças e adolescentes na cidade de Vila Velha-ES.

à natureza, tendo por único interesse atender os setores e empresas multinacionais na obtenção de grandes volumes de capital.

No contexto do rompimento da barragem da Samarco, dois processos organizativos se deram: por um lado, as assim chamadas ações da Fundação Renova se direcionam, supostamente, a reconstruir, restaurar e reparar os danos por meio de intervenções no âmbito social e de infraestrutura nos territórios atingidos (RENOVA, 2018). Isso, pelo menos em tese, é o que a Renova teria que efetivar. Todavia, o que temos até agora são promessas, injustiças e insatisfação das comunidades impactadas. Por outro lado, após o desastre ambiental vários grupos se organizaram, como movimentos sociais, associações, sindicatos, conselhos de profissão, setores religiosos, Ministério Público e Defensoria Pública, buscando reparação dos danos causados e justiça para as comunidades atingidas.

A compreensão de quais interesses então em jogo com a criação da Fundação Renova, além da sua serventia social e econômica para a continuidade da exploração das classes trabalhadoras e a expropriação das riquezas naturais, serão elementos que serão tratados ao longo de nosso estudo. Nosso objeto intercrusa-se por um fato – **o rompimento da barragem da Samarco**, resultante da mineração predatória brasileira e que possui características peculiares no contexto de uma economia dependente.

A partir das argumentações apresentadas, e tomando como perspectiva de análise as categorias de APHs e APHEs⁸, o presente estudo, em seu **objetivo geral**, pretende analisar e compreender de que maneira a estrutura organizativa da Fundação Renova e as ações de mitigação no contexto do rompimento da barragem da Samarco têm repercutido nos processos organizativos e na dimensão da luta por direitos dos atingidos.

Para alcançarmos nossa proposta de análise, a pesquisa irá orientar-se a partir dos seguintes **objetivos específicos**: 1) Contextualizar os fundamentos de classes do Estado, Estado Ampliado e a peculiaridade estrutural do Estado Dependente. A partir deste debate, tangenciar a conformação constitutiva da dependência brasileira na

⁸ Ao longo de nossa discussão usaremos os termos APHs e APHEs, para nos referirmos aos Aparelhos Privados de Hegemonia e os do Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais, com vistas a evitar excessiva repetição.

divisão internacional do trabalho, bem como a condição primária exportadora da economia brasileira, com enfoque no setor da mineração; 2) Discutir o papel dos Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) e dos Aparelhos Privados de Hegemonia Empresarial (APHEs) no âmbito das lutas de classes; 3) Examinar o uso do Termo de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-GOV), a fim de compreender suas implicações na estrutura organizativa da Fundação Renova e na relação com os atingidos e 4) Analisar, a partir de pesquisa documental, o complexo sistema de governança da Fundação Renova e suas ações de mitigação realizadas no pós rompimento da barragem da Samarco, verificando quais foram as implicações deste arranjo institucional no processo organizativo dos atingidos e na luta por direitos.

METODOLOGIA

Na proposta metodológica para a realização da pesquisa tomaremos à obra de Marx o princípio da investigação científica na perspectiva da totalidade. O norte teórico a partir do materialismo histórico dialético contribui para uma apreensão crítica da chamada sociedade burguesa.

Segundo Netto (2009), Marx realizou o estudo da sociedade burguesa com o intuito de desmitificar a sua estrutura e a sua dinâmica. Sobre a perspectiva marxista, Minayo (2000) trata o materialismo histórico e materialismo dialético como princípios fundamentais para compreender o processo de desenvolvimento social. Para a autora, a dialética

Busca aprender a prática social empírica dos indivíduos em sociedade (nos grupos e classes sociais, e realizar a crítica das ideologias, isto é, do imbricamento do sujeito e do objeto, ambos históricos e comprometidos com os interesses e lutas sociais do seu tempo (MINAYO, 2000, p.65).

A presente pesquisa é marcada por uma abordagem qualitativa. Minayo (2007) a denomina como “um peculiar processo de trabalho em espiral que começa com uma pergunta e termina com uma resposta ou produto que, por sua vez, dá origem a novas interrogações” (MINAYO, 2007, p.26).

Ao longo desta pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica que possibilitou elencarmos os conceitos teóricos para o desenvolvimento e análise do nosso objeto de estudo, cuja proposta orientou-se por **compreender de que maneira a estrutura e as**

ações da Fundação Renova, no contexto do rompimento da barragem da Samarco S.A, têm repercutido nos processos organizativos e na dimensão da luta por direito dos atingidos. A pesquisa irá perpassar algumas categorias teóricas que envolvem o objeto como: Estado, Classes Sociais, Capitalismo Dependente, Superexploração e Aparelhos Privados de Hegemonia. Sobre a revisão bibliográfica, Minayo (2007) aponta:

O apoio de revisões bibliográficas sobre os estudos já feitos ajuda a mapear as perguntas já elaboradas naquela área de conhecimento, permitindo identificar o que mais tem se enfatizado e o que tem sido pouco trabalhado. [...]. Confrontar essas perguntas com o que já foi investigado e a forma como foram tratadas por outros estudiosos é a próxima etapa para selecionar o problema de estudo (MINAYO, 2007, p.40).

A nossa proposta metodológica inicial para a realização da presente dissertação passaria por uma pesquisa de campo, onde aplicaríamos a técnica de entrevista semiestruturada. O público escolhido seriam as representações de pessoas atingidas e organizações sociais (MAB, Pescadores, Povos Indígenas e Comunidades Quilombolas), os técnicos dos órgãos do Estado que estão acompanhando o caso do desastre-crime (Ministério Público Federal) e profissionais que trabalham para a Fundação Renova. Entretanto, a proposta inicial teve que mudar em decorrência da pandemia do novo Coronavírus – COVID-19. Desta maneira, seguindo as orientações dos órgãos de vigilância sanitária quanto à importância do distanciamento social para reduzir o avanço da pandemia, optamos pela restrição à pesquisa documental.

Tim May (2004), ao descrever o lugar dos documentos na pesquisa social, relata que:

Os documentos, lidos como a sedimentação das práticas sociais, têm o potencial de informar e estruturar as decisões que as pessoas tomam diariamente e em longo prazo, eles também constituem leituras particulares de eventos sociais. Eles nos falam das aspirações e intenções dos períodos aos quais se referem e descrevem lugares e relações sociais de uma época na qual podíamos não poderíamos ter nascido ainda ou simplesmente não estávamos presentes (MAY,2004, p.204).

Neste sentido, para orientar e nortear o nosso campo de análise, sem perder de vista a proposta anteriormente escolhida, tomamos como base os materiais/documentos produzidos pelo Ministério Público Federal, Movimento de Atingidos por Barragem, IBAMA (Comitê Interfederativo), Fundação Renova e sites periódicos que tem acompanhado o caso do rompimento da barragem. Apesar das limitações do nosso campo de análise, os documentos escolhidos resultam de um longo acúmulo de leituras e estudos sobre a temática. Nossa investigação procurou dialogar

sistematicamente com o objeto proposto, sem perder de vista o olhar sobre a totalidade na qual ele se insere.

Tabela 1 – Relação de documentos utilizados para a pesquisa.

ELABORAÇÃO	DOCUMENTOS	PERÍODO	ACESSO	OBJETO
Fundação Renova	Relatório anual de atividades	2016 e 2019	Público e Irrestrito	Relata o andamento dos programas socioeconômicos e socioambientais desenvolvidos pela Renova
	Estatuto da Fundação Renova	2019	Público e Irrestrito	Documento que rege as normativas e princípios organizativos de funcionamento da Renova
	Demonstrativo Financeiro	2019	Público e Irrestrito	Registro das movimentações financeiras da entidade – alocação e aplicação de recursos
Comitê Interfederatvo (IBAMA)	Regimento Interno	2016 e 2019	Público e Irrestrito	Documento composto por um conjunto de regras, normativas, funções e competências, objetivando orientar as ações do CIF interna e externamente
	Relação membros do CIF (acesso virtual)	2019	Público e Irrestrito	Apresenta o conjunto de representações que compõem a referida instância: União, estados (MG ES), empresas mineradoras, organizações sociais e pessoas atingidas

	Deliberação nº 07	2016	Público e Irrestrito	Documento que institui as Câmaras Técnicas permanentes que auxiliarão o CIF
	Deliberação nº 67	2019	Público e Irrestrito	Documento que aprova o desmembramento da Câmara Técnica de Saúde, Educação, Cultura e Lazer
Conselho Nacional de Direitos Humanos	Relatório sobre o rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco e seus efeitos sobre o Vale do Rio Doce	2017	Público e Irrestrito	O documento relata propostas de ações preventivas, protetivas e reparadoras para as populações afetadas pelo rompimento da barragem
	Diligência a comunidades no Espírito Santo atingidas pelo Rompimento da Barragem de Mariana	2019	Público e Irrestrito	O documento verifica a situação das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem nos municípios de Aracruz, Linhares, São Mateus, Conceição da Barra, Colatina e Baixo Guandu
Movimento de Atingidos por barragem	Notícias MAB e Nota Política (Balanço dos 05 anos do rompimento da barragem). Acesso virtual	2018/2019/ 2020	Público e Irrestrito	Publicação periódica dos acontecimentos referentes ao desastre-crime da Samarco, a partir da percepção e do posicionamento político dos atingidos
	Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC)	2016	Público e Irrestrito	O documento trata da estrutura organizativa externa e interna da Renova e dos programas de mitigação a serem implementados

Ministério Público Federal	Termo de Transação e Ajustamento de Conduta Governança (TTAC - GOV)	2018	Público e Irrestrito	O documento trata sobre a inserção participativa dos atingidos nas instâncias de governança da Renova
	Relatório Consolidado – RAMBOLL	2017	Público e Irrestrito	Avalia a execução dos programas socioeconômicos e socioambientais da Renova, referente aos primeiros 09 meses de atividades desenvolvidas
	Parecer nº 279 – Avaliação participativa (TTAC – GOV)	2018	Público e Irrestrito	Avalia, a partir da percepção das pessoas e comunidades atingidas, a proposta participativa do TAC-GOV
	Relatório Fundação Getúlio Vargas	2019	Público e Irrestrito	O documento visa a realizar uma análise das principais informações técnicas e teóricas do Programa de levantamento e cadastro dos impactados, desenvolvido pela Renova
	Relatório Ramboll	2020	Público e Irrestrito	Avaliação dos programas a cargo da Fundação Renova

Fonte: Sistematização do autor, 2021.

Além dos documentos mencionados, utilizamos notícias de jornais na mídia digital como: Século Diário, Estado de Minas, BBC Brasil, Brasil de Fato e Observatório da Mineração.

Ao longo desta dissertação procuramos realizar uma abordagem qualitativa, por meio da aplicação da análise de conteúdo enquanto técnica de análise documental. A análise de conteúdo abrange 03 momentos: a pré-análise, a exploração material e o

tratamento dos resultados. Essa análise permite “conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça” (BARDIN, 2006, p 38).

Bauer (2004) caracteriza a análise de conteúdo como uma “construção social”, pois se coloca em interesse uma determinada realidade. Nesse sentido:

A metodologia da análise de conteúdo possui um discurso elaborado sobre qualidade, sendo suas preocupações-chaves a fidedignidade e a validade [...]. As limitações desses critérios, contudo, se mostram no dilema fidedignidade-validade. Eu acrescento coerência e transparência como dois critérios a mais para a avaliação de uma boa prática de análise de conteúdo (BAUER, 2004, p.203).

Na relação entre o Estado, Fundação Renova e atingidos, há de se compreender também o jogo das forças políticas, econômicas e da conformação da arena das lutas de classes que permeiam o caso do desastre-crime da Samarco. Desta maneira, considerando o **complexo campo investigativo** a que esta dissertação se propõe, a **aplicação da técnica de análise de conteúdo** procurou angariar elementos que contribuíssem na interpretação da essência estrutural e interventiva da Fundação Renova.

Enfim, o pesquisador tem ao seu alcance “resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas” (BARDIN, 2006, p.101).

ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

O presente trabalho está estruturado em 04 capítulos. No capítulo 01 procuramos orientar nossa perspectiva teórica de análise, abordando os conceitos de Estado e classes sociais tais como trabalhadores em textos notáveis de Marx e Engels. Posteriormente, a partir da tradição marxista, discorreremos sobre as percepções de Lênin e Gramsci quanto à constituição do Estado e das classes sociais, considerando as formas particulares do fenômeno estatal, à medida que o modo de produção capitalista vai amadurecendo e se consolidando como forma universal de sociabilidade. No último item apresentamos uma exposição acerca da composição estrutural do Estado dependente e seu papel na divisão internacional do trabalho, trazendo o conceito de superexploração do trabalho como elemento peculiar latino americano. Por fim tratamos da condição primário-exportadora das economias dependentes, com uma atenção mais específica à questão da mineração.

No Capítulo 02, a partir de uma leitura de Estado e sociedade civil em Gramsci, trouxemos a concepção teórica sobre os aparelhos privados de hegemonia, com vistas a compreender o papel das organizações e entidades empresariais no contexto da luta de classes. Este capítulo norteará nosso campo teórico de análise referente ao objeto de estudo desta dissertação.

O capítulo 03 desta pesquisa orientou-se em trazer uma contextualização sobre o uso do Termo de Ajustamento de Conduta e o uso deste dispositivo na mediação de conflitos ambientais, assim como examinar a aplicação deste instrumento no caso do rompimento da barragem da Samarco, e suas implicações no processo de compensação e reparação mediados pela Fundação Renova.

No último capítulo abordamos a Fundação Renova. Ele está dividido em 04 itens: *O percurso constitutivo institucional da Fundação Renova, A governança interna da Fundação Renova, A governança externa da Fundação Renova e Os programas de mitigação da Renova e a relação extenuante com os atingidos*. A discussão apresentada foi realizada a partir dos documentos investigados e do debate teórico apresentado ao longo da dissertação. Procuramos analisar e compreender como a estrutura organizativa e as ações da Fundação Renova têm repercutido nos processos organizativos e na dimensão da luta por direitos dos atingidos.

CAPÍTULO 01- FUNDAMENTOS DE CLASSES DO ESTADO E A PECULIARIDADE DO ESTADO DEPENDENTE

Inicialmente neste capítulo iremos abordar o conceito de Estado a partir da lógica e da dinâmica de formação das classes sociais. A perspectiva teórica para tal exposição partirá das categorias desenvolvidas por Marx e Engels.

Em seguida iremos tratar, com base na tradição marxista, da constituição do Estado burguês sob as percepções de Lênin e Gramsci, considerando que os referidos autores viveram em momentos históricos nos quais o desenvolvimento capitalista, a constituição do Estado e das classes sociais assumiram formas particulares que devem ser consideradas para se apreender a especificidade do fenômeno estatal nos dias atuais.

Posteriormente, faremos uma exposição acerca do arranjo estrutural do Estado dependente e sua condição subalterna na divisão internacional do trabalho, bem como a característica dependente brasileira. Por fim, discorreremos sobre o modelo primário exportador, mais especificamente a mineração, cuja forma e conteúdo parecem ser característicos das economias dependentes.

1.1 A GÊNESE DAS CLASSES SOCIAIS E AS IMBRICAÇÕES DO ESTADO NAS LUTAS DE CLASSES

Nosso ponto de partida sobre os fundamentos das classes sociais e a formação do Estado capitalista começa a se delinear com a abordagem do problema por Marx e Engels no Manifesto Comunista de 1848. Os autores descrevem a constituição e a composição da sociedade burguesa e, com ela, do Estado burguês, bem como o surgimento de duas classes sociais: a classe burguesa e a classe proletária.

Há no Manifesto, entretanto, elementos que dizem respeito à consideração mais geral do problema do Estado e de seu lugar nas sociedades divididas em classes sociais. Cabe resgatar aqui algo dessa consideração, de modo a delinear alguns pontos-chave do fenômeno estatal.

Ao realizar o resgate histórico do processo de constituição da luta de classes no decorrer das transformações entre diferentes formas de vida social, os autores

lembram que a história das sociedades divididas em classes sociais vem sendo a história das lutas entre tais classes. Mencionam Marx e Engels (1997) no manifesto:

Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, burguês de corporação e oficial, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em constante oposição uns aos outros, travaram uma luta ininterrupta, ora oculta, ora aberta, uma luta que de cada vez que acabou por uma reconfiguração revolucionária de toda sociedade ou pelo declínio comum das classes em luta (p. 36).

Em artigo publicado em 1844 com o título “*O rei da Prússia e a reforma social, assinado: Um prussiano*”, Marx já aponta as contradições presentes na natureza do Estado:

O Estado não pode eliminar a contradição entre a disposição e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidade de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição. Ele repousa sobre a contradição entre a vida privada e a vida pública, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares (MARX, 1844, p. 06).

Partindo das concepções da formação do Estado e da constituição das classes sociais, Engels (2019) menciona que ambas surgem no contexto do processo da divisão social do trabalho. A primeira grande divisão da sociedade em classes constituiu-se de “senhores e escravos, espoliadores e espoliados” (p. 150). O autor, em sua obra *A origem da Família, da propriedade e do Estado*, considera que “o aumento da produtividade do trabalho e, portanto, da riqueza com ampliação do campo de produção levou obrigatoriamente à escravidão” (p. 150).

A segunda grande divisão do trabalho apresentada por Engels (2019), refere-se a um período considerado como o limiar da civilização, onde as atividades diversas não mais poderiam ser desenvolvidas por um mesmo indivíduo, tomando como exemplo “a manufatura que se separou da agricultura” (p. 151). Neste mesmo cenário histórico, e com o crescente aumento da produção e do trabalho humano, o trabalho escravo, que por um período foi embrionário e pontual, se tornou “parte integrante do sistema social; os escravos deixam de ser simples auxiliares e são tangidos às dúzias para trabalho no campo e na oficina” (p. 151).

Engels (2019) apresenta como exemplo a situação da sociedade gentílica para demonstrar que, com a divisão social do trabalho e a constituição das classes sociais, o modo de vida anterior tornara-se ultrapassado. Em suas palavras:

Ela não tinha meios coercitivos, a não ser a opinião pública. Porém, surgiu uma sociedade que, em virtude de suas condições econômicas globais de vida, teve de cindir-se em homens livres e escravos, ricos espoliadores e pobres espoliados, uma sociedade que não só será incapaz de conciliar esses antagonismos, como era forçada a exacerbá-los cada vez mais. Uma sociedade como esta só podia subsistir na luta aberta e permanente entre essas classes ou então sob o domínio de uma terceira força, que, aparentemente situada acima das classes em conflito, abafava o conflito aberto entre elas e permitia que a luta de classes fosse travada, no máximo, na esfera econômica, sob a chamada forma legal. A constituição gentílica caducou. Rompeu-se pela divisão do trabalho e pelo resultado desta, a cisão da sociedade em classes. Ela foi substituída pelo Estado (ENGELS, 2019, p. 156).

No que concerne ao conceito de Estado, o comunista alemão sinaliza que este não é um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro, mas sim, que o Estado é produto desta sociedade quando chega a um determinado grau de desenvolvimento, permeado por vários conflitos e antagonismos no decorrer da sua formação histórica (ENGELS, 2019). O Estado ergue-se, pois, da primordialidade de ter sob controle os antagonismos de classe, sendo esta via de regra determinado pela classe política com maior poder econômico dominante. O fato resultante desta dominação permitirá obter “novos meios para subjugar e espoliar a classe oprimida” (ENGELS, 2019, p. 158).

O Estado, tal como apresentado e conceituado pelo autor, não existiu desde sempre: durante a maior parte da história da humanidade, as sociedades não tinham consciência nenhuma de Estado e poder estatal. Foi a partir de determinada fase do desenvolvimento econômico, com a divisão da sociedade em classes, que o Estado se tornou indispensável (ENGELS, 2019) – indispensável, ao menos, para as classes dominantes.

Dentre os momentos históricos que caracterizam a estrutura de formação dos Estados, Engels apresenta sua cronologia até a sociedade moderna, considerando os antagonismos de classe, e argumenta que:

O Estado antigo foi sobretudo o Estado dos donos de escravos para manter os escravos sob controle, como o Estado feudal foi o órgão da nobreza para manter sob controle os camponeses servis e o Estado representativo moderno é o instrumento de espoliação do trabalho assalariado pelo Capital (ENGELS, 2019, p. 158).

Um ponto importante que Engels (2019) apresenta em comum na estrutura dos Estados, em diferentes períodos históricos, é a compreensão do Estado como “uma organização destinada a proteger a classe possuidora da não possuidora” (p.159). De acordo com ele, o Estado e os antagonismos de classe são a síntese da chamada

sociedade civilizada, considerando que neste Estado estão contidos os mecanismos de coerção da classe despossuída e espoliada. Em resumo:

“[...] a espoliação de uma classe por outra, em todo seu desenvolvimento transcorre em permanente contradição. Todo progresso de produção representa simultaneamente um retrocesso na situação da classe oprimida, isto é, da grande maioria. Todo benefício para uns é necessariamente um malefício para os outros, cada nova libertação de uma classe leva necessariamente a uma nova opressão de outra [...]” (ENGELS, 2019, p. 162).

A sociedade moderna burguesa é inscrita por Marx e Engels no processo de transformação das formas de sociabilidade cindidas em classes sociais antagônicas. Essa forma específica de sociabilidade se estabelece através da generalização da compra e venda de força de trabalho, da universalização da relação mercantil, do advento da grande indústria e da consolidação do mercado mundial (MARX; ENGELS, 1997).

A grande indústria estabeleceu o mercado mundial que o descobrimento da América prepara. O mercado mundial deu ao comércio, a navegação, às comunicações por terra, um desenvolvimento imensurável. Este, por sua vez, reagiu sobre a extensão da indústria, e na mesma medida em que a indústria, o comércio, a navegação, os caminhos-de-ferro se estenderam, desenvolveu-se a burguesia, multiplicou os seus capitais, empurrou todas as classes transmitidas da Idade Média para segundo plano (MARX; ENGELS, 1997, p. 37-38).

Assim, o Estado burguês é interpretado como um momento ou estágio do progresso político do Estado. Com o surgimento da burguesia e a captação de sua força política no moderno Estado representativo, tal classe o usa para torna-lo uma “comissão que administra os negócios comunitários de toda a classe burguesa” (p. 38). É interessante mencionar, nesse contexto, o desenrolar das condições sociais das classes que se configuram no crescimento de acumulação do capital. Assim:

Na mesma medida em que a burguesia e o capital se desenvolvem, nessa mesma medida desenvolve-se o proletariado, a classe dos operários modernos, os quais só vivem enquanto encontram trabalho e só encontram trabalho enquanto o seu trabalho aumenta o capital (MARX; ENGELS, 1997, p. 42-43).

Em *Para a Crítica da Economia Política*, escrito em 1859, Marx discorre sobre a formação do Estado burguês, realizando uma leitura crítica desse processo. Os homens o criam, todavia, perdem o controle sobre ele. Também esse modelo de Estado burguês está longe de ser uma expressão de liberdade: em sua aparência apresenta a igualdade política para a solução das desigualdades, porém a ruptura das

contradições desta sociedade passa pela reversão das relações sociais na base da exploração da força de trabalho pelo capital, ou seja, pela abolição da compra e venda de força de trabalho e da propriedade privada dos meios de produção, fundada sobre a expropriação dos produtores diretos (MARX, 1982).

Após uma breve exposição dos pensamentos de Marx e de Engels sobre os fundamentos das classes sociais e do Estado, iremos abordar agora a teorização do Estado desenvolvida por Lênin. Mesmo vivendo em um contexto bem diverso, “sob um regime czarista, numa sociedade sem desenvolvimento capitalista-industrial significativo” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 41-42), o bolchevique parte do método de análise desenvolvido pelos dois autores que o antecederam.

A compreensão da estrutura do Estado e a sua convergência com o pensamento de Marx e Engels já estão demarcadas no primeiro ponto da obra *O Estado e a Revolução*: “O Estado é um produto do antagonismo inconciliável das classes” (LENIN, 2010, p. 25). Desta forma, “[...]. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados” (LENIN, 2010, p. 27).

O modelo estatal se mensura na representação e interesses de uma classe restrita, materializa-se por intermédio do poder coercitivo institucionalizado. Lênin considera que a superação do Estado burguês se dará pela via organizada e armada da classe proletária, visto que o Estado que aí se apresenta é a força armada da burguesia (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010). Desta maneira:

“A substituição do Estado burguês pelo Estado proletário não é possível sem uma revolução violenta. A abolição do Estado proletário, isto é, a abolição de todo e qualquer Estado, só é possível pelo “definhamento” (LÊNIN, 2010, p. 41).

O conceito da luta de classes e Estado empregada por Lênin parte das perspectivas de Marx, cujo horizonte é a revolução socialista, a qual guiará “a reconhecer a supremacia política, a ditadura do proletariado, isto é, um poder proletário exercido sem partilha e apoiado diretamente na força das massas em armas” (LENIN, 2010, p. 46).

De forma objetiva, Lênin (2010) descreve o inimigo comum da classe proletária a ser superado:

O Estado é a organização especial de uma força, força destinada a subjugar determinada classe. Qual é, pois, a classe que o proletariado deve subjugar? Evidentemente, só a classe dos exploradores, a burguesia. Os trabalhadores só têm a necessidade do Estado para quebrar a resistência dos exploradores, e só o proletariado tem envergadura para quebrá-la porque o proletariado é a única classe revolucionária até o fim capaz de unir todos os trabalhadores e todos os explorados na luta contra a burguesia, a fim de a suplantar definitivamente (LÊNIN, 2010, p. 45).

Lênin salienta o papel protagonista da classe proletária ao apontar:

Em virtude do seu papel econômico na grande produção, só o proletariado é capaz de ser o guia de todos os trabalhadores e de todas as massas que, embora tão exploradas, escravizadas e esmagadas quanto ele, e mesmo mais do que ele, não são aptas para lutar independentemente por sua emancipação (LÊNIN, 2010, p. 46).

A conquista do poder político da classe proletária, bem como sua organização em classe dominante são fundantes para a superação do Estado burguês. Para Lenin “[...] esse Estado proletário começará a definir logo em seguida a sua vitória, porque, numa sociedade em que não existam os antagonismos de classes, o Estado é inútil e impossível (2010, p. 49).

Nossa intenção até o momento foi trazer de forma sintética a constituição do pensamento de Lênin sobre o Estado. Em consonância com as formulações de Marx e Engels, o autor apresenta a correlação da luta de classes no seio da formação do Estado burguês, assim como a superação deste Estado a partir da tomada do poder pelo proletariado. Mesmo que o processo de desenvolvimento das forças produtivas e do Estado capitalista tenham passado por novos arranjos e configurações, a essência da luta de classes permanece, ainda que em um cenário com implicações mais complexas.

Nesse sentido, como base de análise para compreender a dinamicidade mais complexa do Estado, iremos discorrer a partir das formulações desenvolvidas por Antônio Gramsci. É importante destacar que, diferentemente da fase do capitalismo concorrencial⁹ vivenciado por Marx e Engels, o ponto de análise do marxista italiano

⁹ “Aproximadamente a partir da oitava década do século XVIII, configura-se esse segundo estágio [...] que perdurará até o último terço do século XIX. No decurso desse período de cerca de cem anos, o capitalismo vai ser consolidar nos principais países da Europa ocidental, nos quais erradicará ou

ocorre numa conjuntura de pós-primeira Guerra Mundial e do capital monopolista¹⁰ (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010). O conceito de aparelho privado de hegemonia será utilizado para elencar a perspectiva de análise do nosso objeto de estudo, abordado de forma mais abrangente no capítulo 02. Aqui adiantaremos apenas alguns aspectos da concepção gramsciana do Estado, em linha com a argumentação quanto ao problema em Marx, Engels e Lênin.

O pensamento de Gramsci compõe umas das vertentes da tradição marxista e, como tal, herdou de Marx seu método de análise a partir da “dimensão da totalidade e da historicidade [...]” (COUTINHO, 2020, p. 19). As análises no âmbito do Estado acontecem em um momento histórico bem diferente de Marx, Engels e Lênin, pois há, como mencionamos anteriormente, um contexto de maior complexidade no arranjo da economia mundial, das relações sociais e na estrutura estatal. Conforme Coutinho (2010), Gramsci “pode assistir a uma intensa socialização da política, resultante da conquista do sufrágio universal, da criação de grandes partidos políticos de massa, da ação efetiva de poderosos sindicatos operários” (p. 24).

Desta maneira, o que se percebe é que a luta política não se permeia somente e explicitamente “entre uma burguesia entrincheirada no Estado e as vanguardas ativas mas restritas da classe operária” (COUTINHO, 2020, p. 24), dadas as transformações advindas do desenvolvimento das forças produtivas e as mudanças na estruturas do conjunto do Estado, as “organizações sociais e políticas envolvendo também as camadas médias e a própria burguesia espalha-se agora pelo conjunto da sociedade capitalista” (COUTINHO, 2020, p. 24).

Gramsci, nesse sentido, aprimora e estende a teoria do Estado, porém, sem perder de vista o fundamento e a perspectiva formulada por Marx e Engels. Como assinala Coutinho (2010), nesta passagem:

[...]. Ao contrário do que fazem hoje muitos pensadores liberais e social democratas, Gramsci não trata a sociedade civil como uma zona neutra situada “para além do Estado e do Mercado”. Ao contrário, ele a considera

subordinará sua dinâmica as relações econômicas e sociais pré-capitalistas, e revelará as suas principais características estruturais” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 184-185).

¹⁰ De acordo com Netto e Braz (2012), “[...] já então, entre fins do século XIX e os primeiros anos do Século XX, o grande capital [...], firmemente estabelecido na produção industrial, se constituía como coluna vertebral da economia capitalista, articulando formas específicas de controle das atividades econômicas (o pool, o cartel, o sindicato, o truste etc.)” (p. 191).

como parte do Estado, como uma decisiva arena de luta de classes, na qual os diferentes grupos sociais lutam para conservar ou conquistar hegemonia. Nunca é demais insistir em que a “ampliação gramsciana da teoria do Estado é uma ampliação *dialética*: os elementos novos aduzidos por Gramsci não eliminam o núcleo duro da teoria de Marx e Engels (ou seja, o caráter de classe e o momento repressivo de todo poder estatal, mas o *desenvolvem* no sentido de acrescentar-lhe *novas determinações*, Gramsci parte da distinção entre duas esferas essenciais no interior na superestrutura: a “sociedade política e” a “sociedade civil” (p. 25).

Adentraremos agora as formulações mais diretas do pensamento gramsciano sobre o Estado. Por questões de limitação temporal do pesquisador, o estudo não se dará a partir das obras originais de Gramsci, mas as interpretações teóricas serão desenvolvidas, em grande medida, por meio dos estudos de Carlos Nelson Coutinho. O referido autor é um dos grandes pesquisadores sobre Gramsci no Brasil, ainda que sua leitura se vincule expressamente a interpretações do pensamento do marxista sardo que vêm sendo objeto de questionamento e problematização¹¹. Sua linguagem e o modo como organiza sua exposição permitem uma compreensão mais pedagógica dos conceitos desenvolvidos pelo marxista italiano – mas, nem por isso, menos marcada pela embocadura política de sua interpretação teórica do pensamento gramsciano, que certamente marca o autor do presente trabalho neste momento de sua trajetória.

Gramsci desenvolve o conceito de Estado Ampliado ou Estado Integral, cuja estrutura medular seria composta pelas esferas da sociedade civil¹² e da sociedade política¹³. Tais esferas seriam dispositivos utilizados para permanência de determinado modelo econômico, conforme o interesse “de uma classe social fundamental” (COUTINHO, 2010, p. 26). Assim descreve Gramsci:

[...] Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é, precisamente, uma representação da forma corporativa-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma

¹¹ Para maior aprofundamento sobre esse debate, ver: DIAS, Edmundo Fernandes, 1996, *O outro Gramsci*, 2ª Edição, Editora Xamã. BIANCHI, Alvaro, 2018, *O laboratório de Gramsci*. São Paulo: Alameda, 2008. NEVES, Victor, 2019, *Democracia e socialismo: Carlos Nelson Coutinho em seu tempo*.

¹² Segundo Fontes (2010): “Em Gramsci a sociedade civil não pode ser seccionada ou amputada da totalidade na qual emerge: responde a uma extensão da socialização do processo produtivo, mas não atua apenas nos espaços produtivos. Compõe-se de aparelhos privados de hegemonia que, ao mesmo tempo em que procuram diluir as lutas de classes, expressam e evidenciam sua difusão e generalização no conjunto da vida social. A sociedade civil, para Gramsci, é parte integrante do Estado e somente por razões analíticas pode dele ser destacada” (p. 216).

¹³ Conforme Coutinho (2010): “Por meio da sociedade política [...], exerce-se sempre uma ditadura, ou seja, uma dominação mediante a coerção (e por coerção não se deve entender apenas a violência pura e simples, mas todos os atos que sou obrigado a cumprir ainda que não concorde com eles [...])” (p. 26).

vez que se deve notar que, na noção geral de Estado, entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção (GRAMSCI, 2010, p. 269).

Coutinho (2010) argumenta que as duas esferas, sociedade política e sociedade civil, apresentam uma materialidade social singular, tendo “a sociedade política seus portadores materiais na burocracia militar executiva” (COUTINHO, 2010, p. 26) e a sociedade civil nos assim chamados “aparelhos privados de hegemonia¹⁴, ou seja, organismos sociais relativamente autônomos em face do Estado em sentido restrito” (p. 26). Montañó e Duriguetto (2010), ao mencionarem as concepções de sociedade civil em Gramsci, descrevem que sua composição envolve “uma rede organizações sociais (associações, sindicatos, partidos, movimentos sociais, organizações profissionais, atividade culturais, meios de comunicação, sistema educacional, parlamentos, igreja etc.)” (p. 43).

Apesar de apresentar essa dualidade estrutural entre sociedade civil e política, Coutinho (2010) lembra que “o dialético Gramsci não perde de vista o momento unitário entre elas” (p. 26). Para o marxista italiano há uma unidade na diversidade entre as duas esferas. Desta maneira, no complexo arranjo em que a luta de classes se apresenta, a predominância de um grupo social se expressa de duas formas: “como domínio e como direção intelectual e moral” (COUTINHO, 2010, p. 27).

Diante de tal questão, descreve Gramsci:

Separação da sociedade civil em relação à sociedade política: pôs-se um novo problema de hegemonia, isto é, a base histórica do Estado se deslocou. Tem-se uma forma extrema de sociedade política: ou para lutar contra o novo e conservar o que oscila, fortalecendo-o coercitivamente, ou como expressão do novo para esmagar as resistências que encontra ao desenvolver-se etc. [...]. Nesta multiplicidade de sociedades particulares, de caráter duplo – natural e contratual ou voluntário -, uma ou mais prevalecem relativamente ou absolutamente, constituindo o aparelho hegemônico de um grupo social sobre o resto da população (ou sociedade civil), base do Estado compreendido estritamente como aparelho governamental-coercitivo (GRAMSCI, 2010, p. 272).

Essa concepção de sociedade civil à qual Gramsci se remete é também uma arena da luta de classes, compreendida por um grupo de “organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão de ideologias” (COUTINHO, p. 25). Gramsci (2010)

¹⁴ “Aparelho privado de hegemonia é a categoria teórica capaz de abranger a diversidade e as lutas sociais contidas na sociedade civil, espaço organizativo e de lutas de classe[...]” (FONTES, 2020, p. 16).

argumenta sobre o papel desenvolvido por um aparelho privado de hegemonia na construção da formação ideológica e sua disposição para uma “reforma das consciências e dos métodos de conhecimento [...]” (p. 195).

Até o momento procuramos apresentar uma breve síntese sobre as concepções teóricas de classes sociais e Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci, com vistas a demarcar nossa perspectiva teórica de análise ao objeto de pesquisa proposto.

Posto isso, cabe demarcar que no Capítulo 02 retomaremos o debate gramsciano, através de autores contemporâneos, sobre a concepção de aparelho privado de hegemonia. Com isso, pretendemos, ao mesmo tempo, alargar nossos horizontes sobre o assunto e, até certo ponto, caminhar no sentido da superação da unilateralidade da interpretação coutiniana do pensamento gramsciano. Esta será uma das categorias centrais para o campo de análise de nossa pesquisa, que permitirá desenvolver elementos para a compreensão da complexidade que perpassa as relações de força e consenso entre Estado, mineradoras, Fundação Renova e atingidos, no contexto do crime da Samarco ocorrido em 2015.

Por hora, abordaremos, no próximo item, o arranjo estrutural do Estado dependente, sua condição subalterna na divisão internacional do trabalho e a peculiaridade no contexto brasileiro, tomando como base as elaborações da Teoria da Dependência a partir da vertente marxista¹⁵. Em seguida, vamos aludir a reflexões sobre o modelo primário-exportador, mais especificamente a mineração, cuja forma e conteúdo parecem ser característicos das economias dependentes.

¹⁵ Não iremos adentrar o trato das diferentes concepções sobre o desenvolvimento da América Latina em nossa pesquisa. Todavia, de forma sucinta, cabe mencionar que: “Nos anos de 1960, nasceu a Escola da Dependência em meio às ditaduras implantadas nos principais países do continente, que não se constituirá como modelo único, mas sim, como um espaço central de diálogo e enfrentamento entre vários pensadores latino-americanos de distintas correntes teóricas e metodológicas. A escola da dependência levando em conta os principais elementos elaborados pela Cepal, começa um diálogo e evidencia, desde o início os diferentes enfoques sobre o desenvolvimento latino-americano. Pela vertente marxista, Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Augustin Cueva debatem criticamente o porquê do desenvolvimento proposto pela Cepal não ter condições de gerar nas economias latinas, um outro processo de desenvolvimento desigual. Por outro lado, o da vertente Weberiana, schumpeteriana, capitalista, Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Enzo Faletto argumentam o porquê da permanência no atraso e da possibilidade, ainda viável, de se lograr um desenvolvimento diferente, moderno de capitalismo avançado” (TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 28). Sobre o tema ver também em Fernando Corrêa Prado, *Ideologia do desenvolvimento e controvérsia da dependência no Brasil* (Editora Lutas Anticapital, 2020).

1.2 A PECULIARIDADE DO ESTADO DEPENDENTE E A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Como base de análise teórica e bibliográfica, iremos recorrer aos apontamentos desenvolvidos por Jaime Osório sobre a especificidade do Estado Capitalista Dependente, assim como seu arranjo funcional e subalterno à lógica da acumulação capitalista internacional. O conceito da *superexploração do trabalho* formulado por Ruy Mauro Marini será outro ponto norteador para tal imersão, cuja premissa teórica considera que esta é uma peculiaridade que perpassa os países de economias dependentes¹⁶.

No contexto do capitalismo mundial e da América Latina, o Estado dependente é constituído como um espaço de correlação de forças, de poder político e de domínio, no qual diversas classes, frações ou setores existentes têm por objetivo alcançar seus interesses. Conforme as relações sociais e os aparatos de força se naturalizam, o Estado passa a se apresentar como uma entidade de interesses em comum, e esses interesses e projetos de classe dependem, para sua concretização, da intervenção do Estado (OSÓRIO, 2017).

Bichir (2017), em sua tese sobre *A questão do Estado na Teoria Marxista da Dependência*, afirma que, mesmo que tais formulações buscassem caracterizar as particularidades sobre a estrutura da formação dos Estados latino-americanos, as concepções teóricas desenvolvidas partem da teoria geral do Estado capitalista. “Ambos constituem esse mesmo tipo de Estado, o Estado Capitalista, que possui estrutura jurídica-política própria a esse modo de produção” (BICHIR, 2017, p. 42).

Sob o ponto de vista de Bichir (2017), no que concerne ao debate marxista do Estado, as contribuições de Jaime Osório apresentam um importante avanço para a definição do Estado dependente na contemporaneidade. Para a autora:

Osório aponta dois elementos centrais que caracterizam os Estados no capitalismo dependente latino-americano. O primeiro deles é a soberania restringida desses Estados. Em um sistema mundial caracterizado pelo exercício desigual da soberania dos Estados, os Estados do capitalismo

¹⁶ Conforme Marini (2011): “[...] Compreender a especificidade do ciclo do capital na economia dependente latino-americana significa, portanto, iluminar o fundamento mesmo de sua dependência em relação à economia capitalista mundial” (p. 154). O autor ainda destaca que: “[...] chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. É nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana” (2011, p. 155).

dependente podem ser definidos como subsoberanos. Isso não significa, segundo o autor, que falte algo a este Estado, mas sim que suas ações se encontram subordinadas às operações e decisões dos centros imperialistas. As classes sociais dominantes locais têm suas condições de reprodução condicionadas pelo capital imperialista e por seus projetos, o que reproduz a dependência e subordinação. Outro elemento é a particularidade da exploração nas sociedades dependentes, a qual se sustenta na superexploração da força de trabalho, ou seja, na estrutura de permanente violação do valor da força de trabalho e na conversão de parte do fundo de consumo e de vida dos trabalhadores em fundo de acumulação de capital (BICHIR; 2017, p. 51-52).

Ao tratar sobre a especificidade do Estado Latino americano, Osório considera necessário fazer uma distinção entre soberania e poder político, pois, embora estejam atreladas, não possuem o mesmo significado. As formas de consolidação da soberania, com viés autônomo das classes dominantes nos países periféricos¹⁷, são quase inexistentes na história da América Latina. Conforme Osório (2014), “Predominou a subordinação das economias periféricas aos projetos hegemônicos do mundo central e se gestaram autonomias muito restringidas, e isso se deu, pois a burguesia periférica não tem uma vocação de burguesia nacional” (p. 190).

Entretanto, há no contexto histórico do Século XX, dada a situação conjuntural em nível internacional, um breve ensaio das burguesias latino-americanas sobre o projeto de nação autônoma, mas que não perdurou muito tempo. Este fato se apresentou:

Apenas entre a crise do modelo agro-mineiro exportador e o fim da etapa fácil de substituição de importações – que coincide, grosso modo, com a Primeira Guerra, a crise de 1929-1939 e a Segunda Guerra -, as classes dominantes latino-americanas mostraram certa margem de decisão independente e desenvolveram esboços de um projeto autônomo de nação, em parte propiciados pelos problemas que enfrentavam as regiões centrais e as burguesias imperialistas.

Mas uma vez que o mundo se reorganizou, agora sob a égide dos Estados Unidos, a burguesia industrial latino-americana não teve pudores para abandonar qualquer projeto autônomo e terminar se unindo às iniciativas da burguesia central (OSÓRIO, 2014, p. 190).

A condução de uma soberania limitada¹⁸, contudo, não reduziu o poder político de setores das classes dominantes dos países periféricos, no que concerne à

¹⁷ “[...] a partir de sua reformulação pela teoria da dependência (tanto em sua vertente radical cepalina, quanto na marxista), centro e periferia (ou economias desenvolvidas e economias dependentes, conforme assinalou mais precisamente esta teoria) são as duas caras de um único processo: a expansão do capitalismo como sistema mundial, que ao longo de sua história gera regiões e nações diferenciadas do ponto de vista da capacidade de se apropriar de valor (o centro) e outras despojadas de valor (a periferia)” (OSÓRIO, 2014, p. 182-183).

¹⁸ Para Osório (2014), “[...] este exercício desigual da soberania no interior do sistema mundial capitalista é uma característica estrutural, processo que se acentua ou se atenua em diferentes processos históricos, mas que provoca no Estado capitalista dependentes relações de subsoberania.

consolidação de seus projetos. Esta questão só foi concebível porque tais projetos possuem “fortes pontos de confluência com as classes dominantes do mundo central ou imperialista. Assim se fecha uma equação de uma soberania fraca frente a um poder político forte” (OSÓRIO, 2014, p. 191).

O caráter subordinado que marca a submissão das classes dominantes periféricas diante dos interesses do capital estrangeiro, somado às contradições presentes no processo de acumulação capitalista mundial, rebatem na conformação estrutural do Estado e nas características particulares do processo hegemônico no capitalismo dependente. Para compensar tal debilidade na sua estrutura organizativa, muitas vezes são estabelecidas ações de “dimensões autoritárias do Estado e do Governo, mesmo sob feições democráticas” (OSÓRIO, 2014, p. 207). Outra característica que perpassa o Estado no capitalismo dependente está no seu forte caráter intervencionista estatal, sendo usado como mecanismo para conduzir projetos hegemônicos, ainda que a narrativa predominante seja contrária à intervenção do Estado nas mediações político econômicas (OSÓRIO, 2014).

Como mencionado anteriormente, a partir dos apontamentos de Bichir (2017), as análises do Estado dependente feitas por Jaime Osório nortearam-se sobre as bases da Teoria Geral do Estado, ou seja, a partir do reconhecimento de sua composição por classes sociais antagônicas. Para a análise do Estado dependente o autor avança no debate ao explicar sobre as particularidades estruturais que o caracterizam, e menciona dois processos:

O primeiro se refere às condições dependentes da formação social em que se constitui. O segundo se refere ao significado da particular modalidade de exploração no capitalismo dependente – superexploração -, que determina as relações entre classe, frações e setores (OSÓRIO, 2014, p. 205).

Segundo Osório (2014), as determinações da reprodução do capital nas economias dependentes estão assentadas essencialmente na superexploração da força de trabalho. Essa dinâmica traz consequências na produção e reprodução das condições de vida da população trabalhadora destes países. O processo produtivo realizado se dimensiona prioritariamente no atendimento ao mercado externo “ou para estreitas

Entre outras coisas, a dimensão subsoberana do Estado do Capitalismo Dependente implica a subordinação/associação do capital e das classes dominantes locais frente ao capital e as classes soberanas do mundo desenvolvido e imperialista, situação que não deve ser considerada como obstáculo, mas, ao contrário, como uma condição de vida das classes dominantes locais, o que não exclui a possibilidade de conflitos” (p. 206).

camadas que conformam os reduzidos - embora poderosos - mercados internos, gerados em meio à aguda concentração de riqueza” (p. 208). A frágil estrutura produtiva é outro ponto que debilita a reprodução social nas economias dependentes, dada pelos reduzidos números de trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho. Contraposto a esse cenário há uma grande parte de trabalhadores subempregados e desempregados. Tais condições favorecem, “por sua vez, o aumento da intensidade do trabalho e das jornadas de trabalho dos trabalhadores ativos” (p. 208).

Diante da precarização das condições de vida, gerada pelas formas de reprodução do capital nos moldes mais específicos da superexploração, Osório (2014) menciona que:

Ilha de riqueza no meio de um mar de pobreza, trabalhadores esgotados prematuramente, miséria e desemprego. Tudo isso tende a criar condições para potencializar os enfrentamentos sociais e a luta de classes. Assim, a ordem social se torna possível sobre a base de um exercício férreo do poder político, o que requer um Estado no qual os mecanismos coercitivos operam de forma recorrente (p. 209).

A fetichização das relações de poder é uma das características do Estado capitalista, pois através de seus aparatos oculta as relações tais como são, apresentando apenas uma sociedade de homens livres e iguais. Nas palavras de Osório, (2017, p. 29): “[...] o Estado se constitui como uma abstração fetichizada que se sobrepõe à sociedade [...] criando um imaginário fictício de comunidade”.

A figura das autoridades é um exemplo concreto do papel do poder no Estado capitalista, que parece estar acima da sociedade. No Estado capitalista dependente este atributo toma uma proporção ainda maior, diante da barbárie escancarada que o modo de produção capitalista tende a suscitar nas condições de vida da população. Essas circunstâncias geram uma situação de debilidade social sobre os sujeitos, assolados por forças que não conhecem nem controlam, submetidos a autoridades estatais e ao aparato de Estado que aparecem como um refúgio, como espaço de coerção e proteção (OSÓRIO, 2014, p. 209).

Neste contexto complexo, há outros componentes importantes a mencionar sobre as características do aparato constitutivo do Estado dependente. Entre eles estão:

Fenômenos políticos como o caudilhismo de lideranças populistas, tão comuns na história política regional, são frutos dessa situação, com variantes de direita ou inclinados à esquerda.

Neste mesmo sentido se encontra a tendência à despolitização da população (e dos cidadãos) e a ideia de que a política é uma atividade reservada para setores especiais, dotados de qualidades carismáticas, de preparação, de experiência e de conhecimento.

Em um mundo social com enormes carências sociais e em que o aparato de Estado tendencialmente se constitui como uma grande instituição que reparte doações e benefícios e concede auxílio – não como direitos dos cidadãos, mas como dádivas daqueles que mandam [...] como encarnação de um poder que, por dádivas e auxílios, permitiria mitigar o despotismo cotidiano do capital [...] (OSÓRIO, 2014, p. 209-210).

Intentamos até o momento, trazer alguns apontamentos característicos dos aparatos constitutivos do Estado Dependente, no âmbito da sua composição na luta de classes, força, poder político e disputa hegemônica no conjunto das relações de reprodução do capital internacional. Nesta perspectiva, apesar de já mencionada, para compreender melhor tal complexidade do Estado dependente iremos recorrer agora à categoria superexploração do trabalho¹⁹. Assim como Osório (2014), Luce (2013), Traspadini e Amaral (2020), consideramos a superexploração do trabalho como uma categoria peculiar do capitalismo dependente latino-americano.

Para Traspadini e Amaral:

[...] diferentemente do que ocorre nos centros imperialistas, na América Latina dependente, a superexploração é tecida pelos capitais que aqui atuam/dominam, como processo de compensação de sua atuação subordinada na lógica internacional.

A superexploração nos tristes trópicos determina que a processualidade violenta da extração de mais valia, ao longo da história, somente ocorra às custas de uma intensa violência estrutural contra determinados grupos sociais: negros, indígenas e camponeses. E é esta violência a que determina que o nascimento do capitalismo dependente ocorra atrelado dando sentido histórico à dinâmica estrutural da superexploração (TRASPADINI; AMARAL, 2020, p. 03).

Sob a mesma perspectiva de análise na compreensão da subordinação das economias latino-americanas à dinâmica do capital internacional, Osório (2017) compreende que o modo de inserção do Estado dependente ou da economia dependente no mercado capitalista mundial consiste em transferir a riqueza produzida para o fundo de acumulação do capital presente nas economias dos países centrais. A essa modalidade de exploração Osório descreve como superexploração,

¹⁹ Nas palavras de Marine (2011): “[...] a superexploração não corresponde a uma sobrevivência de modos primitivos de acumulação de capital, mas que é inerente a esta e cresce correlativamente ao desenvolvimento da força produtiva de trabalho. Supor o contrário equivale a admitir que o capitalismo, à medida que se aproxima de seu modelo puro, converte-se em um sistema cada mais explorador e logra reunir as condições para solucionar indefinidamente suas contradições internas” (p. 184).

desenvolvida conceitualmente por Marini²⁰. Mas o que seria a superexploração do trabalho para Marini?

De uma forma geral, Marini (2011) destaca que o conceito de superexploração não é igual ao da mais-valia absoluta, haja vista que compõe também uma modalidade da mais-valia relativa. Assim, a superexploração se desenvolve através de três mecanismos:

[...] a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva.

[...]. Além disso, importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal (MARINI, 2011, p. 149).

Neste contexto, convém enfatizar que tanto a dependência como a superexploração do trabalho são condições intrínsecas às formas de reprodução e acumulação do capitalismo mundial. É importante compreender que a dependência e superexploração estão articuladas no contexto de subordinação das economias periféricas, ou seja, são funcionais nos mecanismos de transferência de valor aos grandes centros capitalistas. As formas particulares da reprodução capitalista dependente são razões pelas quais determinados governos se impõem nos países latinos, ferindo, ao longo do processo histórico, a participação popular e a democracia, geralmente e em grande parte através de golpes e modos autoritários de fazer política (MARINI, 2011).

Segundo Traspadini e Amaral (2020), o autor (Marini) não desenvolve o conceito de superexploração apenas “reproduzindo ou ecoando *O Capital*, como lei tendencial e contínua” (p. 03). A superexploração da força de trabalho é desenvolvida para explicar o papel das economias latino-americanas e sua subordinação no plano da divisão internacional do trabalho, pois sendo produtora e exportadora de bens primários por

²⁰ Segundo Marini (2011): “A tarefa fundamental da teoria marxista da dependência consiste em determinar a legalidade específica pela qual se rege a economia dependente” (p. 184).

meio da extração dos recursos naturais, cedem continuamente parcela das riquezas que produzem em seus territórios. Sendo assim:

[...] seja por conta de um comércio internacional desigual, seja por conta do pagamento de juros e amortizações de dívidas, remessas de lucro como contrapartida a investimentos diretos estrangeiros, pagamento de royalties, ou mesmo por conta das concessões historicamente feitas pelo Estado aos capitais monopolistas, garantindo o direito ao uso da terra para espoliação extrativista, entre outras formas.

Ocorre o que Marini chama de cisão das fases do ciclo do capital, que indica basicamente que é gerado valor internamente e esse valor não será absorvido na acumulação interna de capital, entrando na circulação internacional. Ou seja, na dinâmica produtiva das economias latino-americanas, o que se define como desenvolvimento tem uma característica *sui generis*: funcionar como uma engrenagem do capital monopolista e, por conta disso, encontrar mecanismos que contrarrestem uma suposta condição de subdesenvolvimento (TRASPADINI; AMARAL, 2020, p. 03).

A economia latino-americana, sob a égide dos anseios do capital, nasce para responder às “exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais, e centrada portanto sobre o mercado mundial” (MARINI, 2011, p. 155). A produção dos países latinos está voltada para atender às demandas externas, e não depende do consumo interno para que esta se realize. Marini (2011) avalia que esse é um ponto-chave para compreender a peculiaridade da economia latino-americana, pois

Na economia exportadora latino-americana, as coisas se dão de outra maneira. Como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais valia. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário. Sem se preocupar em criar as condições para que este se reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo (MARINI, 2011, p. 156-157).

Cabe reportar que devido à limitação do nosso foco de estudo na presente dissertação, não entraremos na discussão sobre o desenvolvimento industrial nos países latino-americanos ocorrido em meados do século XX. Esse debate traz à tona outras discussões, entre elas o papel que a industrialização desempenhou no processo de substituição das importações²¹.

²¹ Para aprofundamento sobre debate ver em: TAVARES, Maria da Conceição, 1976, Da Substituição de importações ao Capitalismo Financeiro. *Ensaio sobre a economia brasileira*, Editora Zahar, 8ª edição.

Todavia, faz-se necessário considerar que:

[...] por significativo que tivesse sido o desenvolvimento industrial no seio da economia exportadora [...], não chegou nunca a conformar uma verdadeira economia industrial, que definindo o caráter e o sentido da acumulação de capital, acarretasse uma mudança qualitativa no desenvolvimento econômico desses países. Ao contrário, a indústria continuou sendo ali uma atividade subordinada à produção e exportações primárias, que constituíam, estes sim, o centro vital do processo de acumulação (MARINI, 2011, p. 159).

Os momentos em que essas situações se alteraram se deveram a contextos históricos pontuais devido ao período de crise da economia capitalista global, em consequência da Primeira e Segunda Guerras mundiais. Esse contexto limitou a produção voltada para o mercado externo, nesse sentido a estrutura de acumulação alicerçou-se na economia industrial que predominou na região (MARINI, 2011).

Considerando o percurso de análise desenvolvido até o momento, sobre Estado dependente e superexploração do trabalho, procuramos elucidar brevemente elementos para a compreensão das particularidades latino-americanas, compreendendo o seu caráter subordinado na inserção da reprodução capitalista mundial. Com base nesta perspectiva, iremos discorrer brevemente sobre componentes constitutivos do capitalismo dependente brasileiro, uma vez que foi neste contexto que a República Federativa foi alicerçada. Essa estrutura formal da república, assentada sobre os moldes econômicos e políticos subalternos ao capital internacional prevaleceu, dando condições concretas para que a superexploração se perpetuasse como forma de apropriação de valor.

O país, ao longo dos primeiros 70 anos do século XX foi predominantemente rural. Todavia, “abria passos – desde um feito subordinado à nova lógica imperialista mundial – ao capitalismo dependente em sua face urbano-industrial” (TRASPADINI; AMARAL, 2020, p. 02). Essa transição social entre campo-cidade fora consumada sem que estivessem solucionadas “as mazelas dos mais de 500 anos de escravidões dos povos africanos e originários do continente” (p. 02).

Neste aspecto, pode se dizer que as formas estruturais econômicas, trazidas pela assim chamada modernização, acabaram por manter as mesmas condições de dependência e de expropriação das condições de vida da população brasileira.

Conforme descreve Vitorino (2016),

[...] a dependência não desapareceu com a independência formal do Brasil. Esta trouxe a república, a democracia e o aumento da massa de riqueza, mas em seu formato concentrado, para alguns abastados da sociedade, os privilegiados. Esta realidade tem sido posta porque as demandas políticas e socioeconômicas do país são dinamizadas em função dos interesses externos que estão associados aos destes poucos abastados da burguesia local. Contudo, esta dinâmica só é possível pela vigência dos condicionantes históricos-estruturais da dependência: a exportação contínua das riquezas nacionalmente produzidas a manutenção do mecanismo da superexploração do trabalho e o subimperialismo. Todos existentes para compensar esta condição, sendo que este fundamento tem reproduzido uma realidade marcada pela expressão da pobreza existente entre brasileiros, que é distinguida pela significativa concentração de renda e riqueza vigente no país (p. 66).

Segundo Vitorino (2016), o novo momento da dependência latino-americana e brasileira ocorre entre os anos de 1980 e 1990. Esse período é marcado pela adoção de projetos com viés neoliberal²². Esse fato econômico e político foi imposto pelos países centrais através de organismos internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Interamericano de desenvolvimento, e foi apresentado como uma alternativa necessária para a recuperação das economias no cenário pós-crise da dívida. Entretanto, a principal intenção era expor de forma ainda mais acentuada os “aparelhos nacionais dos países periféricos à concorrência internacional, sendo, segundo o discurso imperialista, uma ação inevitável em tempos de globalização” (VITORINO, 2016, p. 46).

Em linhas gerais, essas medidas acentuaram para o Brasil sua condição de subalternidade no quadro das relações geopolíticas, pois como argumenta Vitorino (2016):

[...] o neoliberalismo reforça muitos dos problemas estruturais do país – com o aumento da concentração de renda e propriedade, desemprego em massa, crescimento da pauperização, perda da autonomia decisória -, conformando-os sob uma nova lógica e aprofundando e generalizando o capitalismo dependente brasileiro.

É através da pressão sobre a dívida pública e das instituições multilaterais (como FMI e Banco Mundial) que estas imposições tem se dado e se reconfigurado em política econômica de cunho neoliberal e de suposta estratégia de desenvolvimento para o país, que nessa busca por um lugar de destaque junto aos gigantes da economia mundial, tem barganhado a possibilidade de uma economia mais autônoma pela submissão à economia mundial, tem permutado seu projeto do desenvolvimento da indústria nacional pela “reprimarização produtiva” – agora via grande monopólios/oligopólios do

²² Cabe referenciar que os antecedentes históricos dessas medidas passam pela crise econômica mundial já na década de 1970 (VITORINO, 2016).

agronegócio -, tem espoliado seus recursos naturais e expulsado ainda mais seus trabalhadores do campo, sem contar todos os efeitos sociais a que esses estão sujeitos ao irem para as cidades ao se juntarem à grande massa de desempregados e superexplorados dos grandes centros urbanos (VITORINO, 2016, p. 48).

A expansão da agenda neoliberal teve no conjunto mais recente do Brasil, o aprofundamento da precarização nas condições de trabalho. Esse contexto por exemplo, deu condições para que a contrarreforma trabalhista fosse aprovada em 2017, permitindo uma difusão ainda mais fragilizada das condições de trabalho e com um mínimo de garantias trabalhistas possíveis. Muitas das vezes, essas novas formas de trabalho, sob condições adversas, acabam sendo veladas pelo sistema. Como argumentam Transpadini e Amaral (2020):

[...] a perda de direitos em si já nos exige um repensar frente à categoria superexploração, num sentido de entender quão flexível ela é para incorporar essas novas formas de trabalho sem que se comprometa seu próprio sentido categorial (p. 04).

Em meio às mudanças ocorridas neste período, a lógica da expropriação dos recursos naturais com vistas a atender às demandas do mercado externo permaneceram na estrutura do modelo econômico brasileiro. O cenário da crise ocorrida na primeira década no século XXI e o aprofundamento da desindustrialização²³ nacional intensificaram para esse processo, fazendo com que a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho estivesse assentada de acordo com Salama (2016):

[...] em produtos cuja a intensidade tecnológica é cada vez menor (com excessão de alguns setores como o da aeronáutica), acarretando desde 2008, um déficit na balança comercial em termos de produtos industriais, transformando-se rapidamente em um fosso, que cada vez menos chegava a cobrir o excedente proveniente da venda de matérias-primas; (p. 129).

A discussão feita até o momento quis esboçar questões que caracterizam o Estado, e, nele, sua forma especificamente dependente, a economia dependente e sua condição subalterna no conjunto da reprodução capitalista internacional. Nesse arranjo estão presentes os antagonismos de classe, permeados por conflitos econômicos, políticos e sociais que recaem sobre as populações mais pauperizadas. Na próxima sessão, iremos discorrer sobre o caráter primário exportador das economias dependentes, com destaque para a questão da mineração, haja vista que

²³ “No Brasil [...] a desindustrialização se desenvolveu nos anos 1990 e acentuou-se nos anos 2000, com uma perda relativa de competitividade na indústria de transformação, a qual se juntam infraestruturas de transportes deficientes (estradas de ferro, instalações portuárias e aeroportuárias, estradas) e capacidade energética insuficiente” (SALAMA, 2016, p. 131).

essa produção extrativa compõe um dos elementos fundamentais para compreender quais foram os impactos diante do rompimento da barragem da Samarco e o papel que a Fundação Renova exerce entre empresas, mineradores e atingidos.

1.3 O PADRÃO PRIMÁRIO EXPORTADOR E A MINERAÇÃO COMO CARACTERÍSTICA DAS ECONOMIAS DEPENDENTES

Decorridos cinco séculos desde a chegada dos invasores europeus, o continente latino americano permanece atendendo aos interesses hegemônicos dos países centrais na demanda por produtos primários. O modelo extrativo de produção, empreendido por setores dominantes do capital na América Latina, é caracterizado por ações de degradação ao meio ambiente e expropriação da classe trabalhadora, além de gerar espaços de confrontos sociais (GONÇALVES, 2016). Este padrão de produção vincula-se a uma relação de dependência mediada pelo mercado mundial, bem como à divisão “das sociabilidades locais, [...], subordinação dos governos aos interesses das empresas privadas, geralmente as transnacionais com sede nos países ricos do hemisfério norte” (GONÇAVES, 2016, p. 45).

Apesar de algumas mudanças pelo fato do incentivo ao desenvolvimento da indústria na América Latina, a estrutura e a característica do modelo dependente permaneceram os mesmos. Acerca do processo de desenvolvimento da indústria nos países latinos, podemos dizer que, em determinado contexto histórico do século XX e devido a questões conjunturais, protagonizou-se a implantação da indústria e a substituição de importações, com o intuito de desenvolver e atender ao mercado interno. Sobre essa questão, Vânia Bambirra (1968) menciona que, mesmo sendo implantada de forma precária, ocorreram estímulos para a implantação de um parque industrial. Tal condição não foi meramente por acaso, devem-se considerar as tensões internacionais por causa da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), como também pela crise de 1929 e, mais adiante, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

De acordo com a autora:

[...] gestam-se estímulos para a instalação de novas indústrias através da intensificação do processo de substituição de importações. Isso se deve também à demanda insatisfeita provocada pela restrição das importações, bem como à disponibilidade de divisas formada durante as duas guerras, que se acentuam devido à expansão das exportações de alguns produtos, especialmente de matérias-primas latino-americanas para os países beligerantes (BAMBIRRA, 1968, p. 31).

Contudo, com a crise capitalista no final dos anos 1960 encerra-se o ciclo dos “projetos de industrialização nas economias latinas e se dá início ao *novo padrão exportador de reprodução do capital*”²⁴ (FERREIRA; OZÓRIO; LUCE, 2012, p. 103). Conforme os autores, este novo padrão exportador de reprodução do capital significou o desfecho do modelo industrial que permaneceu “na América Latina entre as décadas de 1940 e 1970 nas principais economias da região”²⁵ (FERREIRA; OZÓRIO; LUCE, 2012, p. 105-106), gerando um grande desmantelamento da indústria, reconduzindo-a aos antigos moldes econômicos e a uma vital desindustrialização.

Ao se analisar o continente latino-americano em um contexto mais recente, Gonçalves (2016) assinala que no início do século XXI, devido à alta dos preços das commodities, o setor extrativo mineral cresceu de forma significativa. Países como Brasil, Peru e Chile vivenciaram este processo de exploração e investimento, cujas demandas postas pelo mercado internacional vinham da Coréia do Sul, Japão e Índia e, principalmente, da China.

O autor destaca nesse processo de exploração das riquezas naturais, o protagonismo das grandes empresas mineradoras transnacionais, dentre as quais podemos destacar algumas como a “BHP Billinton, Glencore Xtrata, Anglo American, Rio Tinto, Vale S.A, Newmont y Gold Corporation, Barrick Gold Corporation e AngloGold Ashanti” (GONÇALVES 2016, p. 41). Muitas dessas empresas também estão presente no Brasil.

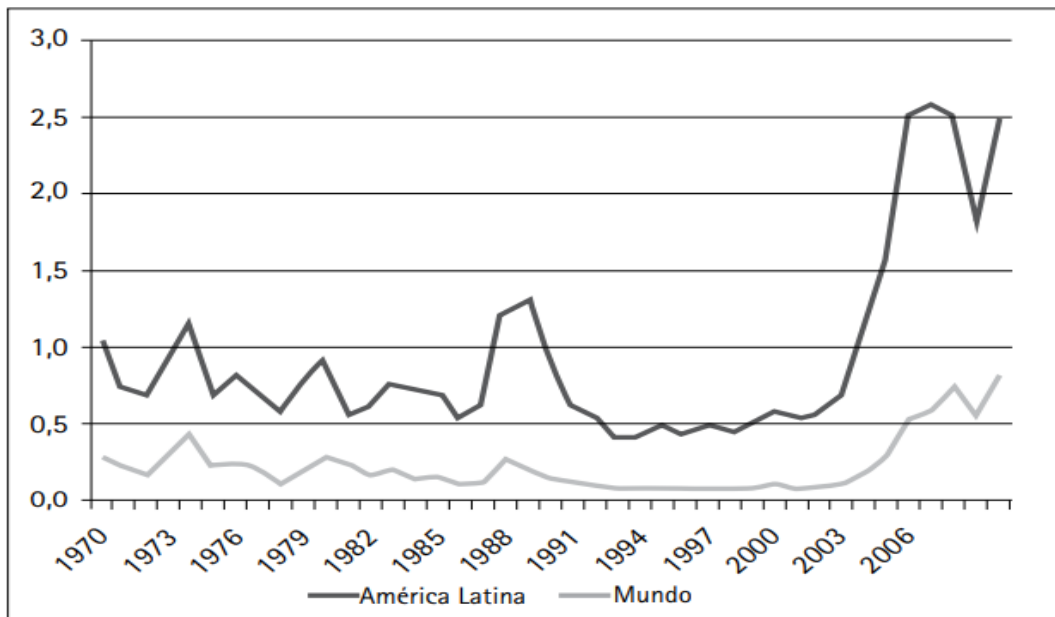
O fato de conter em seu subsolo uma enorme quantidade de riquezas minerais, como “ouro, prata, diamantes, cobre, zinco, níquel, ferro, carbono, lítio etc.” (GONÇALVES 2016, p. 41), fez com que a América Latina tenha se tornado um campo de disputa estratégica, pautado em atender aos interesses econômicos e geopolíticos das grandes corporações da área. Entretanto, mesmo com o ligeiro crescimento da exportação de produtos minerais e o seu grande destaque na formação do Produto Interno Bruto nas economias latino-americanas, Gonçalves (2016) descreve que não houve mudanças estruturais, pois:

²⁴ Para um maior debate sobre o “Novo padrão exportador de especialização produtiva”, cf. *Padrão de Reprodução do Capital* (Boitempo Editorial, São Paulo, 2012) Org.: Carla Ferreira, Jaime Osório, Mathias Luce, Capítulo 02, “Padrão de Reprodução do Capital: uma proposta teórica”.

²⁵ Sobre as principais economias da região os/a autores referem-se Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México.

[...] presencia-se também a reprodução histórica da condição de exportador de produtos primários extraídos desta região do continente americano. Isso revela também o movimento global de reprodução do capital na apropriação privada dos bens comuns e consolidação da posição subalterna de países dependes do modelo primário exportador (GONÇALVES, 2016, p. 42).

Figura 1: O crescimento da renda mineral²⁶ na América Latina e no mundo:



Fonte: Banco Mundial (2011); Milanez e Santos (2013).

O gráfico acima exemplifica os apontamentos feitos por Gonçalves (2016), sobre o crescimento significativo do setor da mineração no início dos anos 2000, tendo como ponto de inflexão os aumentos dos preços das commodities, e sinaliza o que Osório (2012), caracterizou como o desfecho do cenário industrial na América Latina com a crise capitalista no final dos anos 1960 e o início do *novo padrão exportador de reprodução do capital*²⁷.

No Brasil a questão da mineração não difere essencialmente do restante da América Latina, ao considerarmos o aspecto da expropriação dos recursos naturais. Na escala do ciclo da exploração mineral, o ouro foi a primeira mercadoria a ser retirada do nosso subsolo, viabilizando o que Coelho (2017) chama de tríade: “acumulação primitiva do capital; mercantilismo; empresa colonial no Brasil” (p. 09). Esses fatores históricos e

²⁶ A renda mineral é definida como a diferença entre o valor de produção de um mineral a preços mundiais e seu custo total de produção. Os minerais considerados neste cálculo são estanho, ouro, chumbo, zinco, ferro, cobre, níquel, prata, bauxita e fosfato (MILANEZ; SANTOS, 2013, p. 127).

²⁷ Esse novo padrão exportador [...], apresenta semelhanças com o anterior, como o peso dos bens agromineiros no total das exportações, aos quais se somam agora alguns bens secundários, seja de produção local, seja de maquiladoras (FERREIRA; OSÓRIO; LUCE, 2012, p. 103).

sociais possibilitaram o fim do regime feudal então existente na Europa, favorecendo a constituição e o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Porém, diferentemente do continente Europeu, onde a força de trabalho era empregada através da condição de assalariamento, no Brasil a força de trabalho constituiu-se de trabalho escravo. Apesar de diferentes, ambas estavam atreladas ao processo de acumulação capitalista “fincado a mineração” (COELHO, 2017, p. 10).

O autor aponta alguns elementos quanto ao modelo da indústria da mineração no país, onde discorre que:

A indústria da mineração sempre foi desenvolvida no Brasil por um capitalismo dependente, subdesenvolvido e baseada numa economia reprimarizada, com um crescente processo de violência que determinou a uma casta da sociedade ser apenas um ator social, vadio e sobranter, nas franjas de toda essa riqueza mineral e das engrenagens da grande fazenda em formação do modelo agrário exportador que moldaria toda a economia nos últimos cinco séculos (COELHO, 2017, p. 10).

Em consonância com o autor supracitado, Silva (2017) menciona que foi por causa desse modelo econômico “que o capitalismo pôde se desenvolver na Europa, sobretudo na Inglaterra” (SILVA, 2017, p. 33). É importante destacar que a exploração de minério persiste há 300 anos no território brasileiro. Apesar do longo período deste modelo de exploração, o debate sobre a questão da mineração é pouco conhecido pela população: há um desconhecimento sobre o desempenho deste modo de produção que afeta as condições de vida e o meio ambiente.

De acordo com Silva (2017), o país possui uma das maiores reservas minerais do mundo e está em segundo lugar no ranking dos maiores produtores de ferro do mundo. A extração desses recursos é realizada por grandes multinacionais, as quais obtêm imensas remessas de lucro “com pouco regulação ou retorno ao Estado brasileiro” (SILVA, 2017, p. 35). Há de se ressaltar o caráter finito da atividade que embasa esse modelo econômico predatório (BERTOLLO, 2018). Sua finitude se coloca ante a

[...] lógica predatória do atual estágio de desenvolvimento capitalista. Os recursos minerais, por mais que se apresentem em abundância na natureza, ao serem passíveis de uma imensa extração vão extinguindo-se (BERTOLLO, 2018, p, 217).

As características predatórias da mineração mencionadas pelo autor, conduz o nosso debate para apreensão da situação ocorrida no rompimento da barragem da Samarco. Considerando que o modelo de exploração mineral traz consigo vontades e interesses de determinados segmentos de classe, orientados sob a ótica da expropriação²⁸ e acumulação capitalista.

No caso do rompimento da barragem de 2015, há fatos históricos que o antecedem e nos ajudam a compreender que o desastre-crime não foi uma mera situação acidental, mas uma resultante de ações e conivências entre empresas mineradoras e órgãos ambientais do Estado.

O relatório final do Grupo de Estudos POEMAS²⁹, da Universidade Federal de Juiz de Fora traz alguns elementos para reflexão. Dentre eles, o fato que o rompimento de barragens é um risco inerente ao modo de produção extrativo mineral, e que tal situação foi acentuada “nas etapas de pós-*boom* (2011 em diante) das *commodities*. Apesar do risco associado a essas obras de engenharia, pouca atenção é dada aos repetidos eventos de rompimento de barragens de mineração no Brasil” (p. 47). Essa situação se confirma na matéria apresenta pelo site do Observatório da Mineração, ao trazer alguns dados do relatório da Agência Nacional de Águas (ANA), 2019:

[...] o Brasil registrou aumento de 129% no número de barragens em funcionamento no país, consideradas críticas. São 156 barragens críticas de todos os tipos em 22 estados. Entre essas, as barragens de rejeitos de mineração são destaque negativo. A principal causa é o estado de conservação ruim das barragens, observado em 144 estruturas. Outras 38 barragens não tem estabilidade comprovada ou não apresentam documentos essenciais³⁰.

No caso da mineradora Samarco, o documento aponta que a empresa acumula uma série de crimes contra o meio ambiente dos mais diferentes tipos e que todos estão relacionados ao descaso de cumprimento com a legislação ambiental e de impacto

²⁸ Conforme descrito por Fontes (2010): A expropriação capitalista não é uma relação entre “coisas”, ainda que incida sobre “coisas” (como a terra), nem entre pessoas e coisas (ainda que as envolva), mas uma relação social, entre classes, através da qual grupos crescentes de trabalhadores são incapacitados de assegurar sua plena existência, impedidos de recuar para as antigas formas, mesmo quando não se lhes oferece condições para assegurar sua subsistência nas novas modalidades sociais (p. 83).

²⁹ O Grupo de Estudos Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (POEMAS), sediado na Universidade Federal de Juiz de Fora, surge a partir da necessidade de compreender o papel social, econômico e ambiental da extração mineral em escala local, regional e nacional.

³⁰ Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/brasil-tem-aumento-de-129-em-barragens-consideradas-criticas-mais-de-mil-estruturas-estao-no-nivel-mais-alto-de-risco/>, acesso em 06/05/2021.

iminente as populações que estão ao seu redor (POEMAS, 2015). Pra se ter uma da situação, “[...], quase que anualmente a mineradora foi notificada por alguma irregularidade pelo órgão ambiental estadual ou federal: em 1997, 1999, 2000, 2002, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2010, 2011, 2013 e 2014” (p.41). Diante de repetidas falhas e irregularidades, há de se considerar uma suposta convivência dos órgãos licenciadores quanto as irregularidades das empresas mineradoras. Essa situação perpassa pela disputa de interesses no campo político, onde as propostas legislativas para mediar os conflitos e impactos engendrados pela mineração são identificadas, conforme Milanez (2019), por duas circunstâncias:

[...] por um lado, há aquelas que simplesmente buscam reduzir a capacidade de um efetivo controle ambiental do Estado; por outro lado, há políticas que vêm apenas facilitar o aprofundamento do atual modelo mineral brasileiro, voltado na extração de recursos para exportação (p. 408).

Neste sentido, há, portanto, imbricações de conflitos de interesses nos próprios órgãos do Estado: tais empresas conseguem adentrar e intervir nos aparatos decisórios de controle ambiental, pautando aquilo que convém na realização de sua atividade extrativa. Isso ocorre, como veremos, com a mediação de seus aparelhos privados de hegemonia e suas imbricações na ossatura do Estado.

CAPÍTULO 02 - ENTRE COERÇÃO E CONSENSO: OS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA NA TÔNICA DA LUTAS DE CLASSES

A partir da concepção teórica de Antônio Gramsci sobre aparelhos privados de hegemonia, abordaremos neste capítulo o papel das organizações e entidades empresárias no contexto da luta de classes. Por meio de interlocuções no âmbito do Estado e da sociedade civil, essas entidades atuam através de ações sociais, políticas e ideológicas na consolidação da reprodução social da ordem burguesa, agindo através de mecanismos de coerção e consenso.

No capítulo 01 já tratamos do conceito de Estado ampliado, sociedade civil e sociedade política. Entretanto, consideramos necessário retomar alguns pontos dessa discussão para desenvolvermos uma compreensão mais robusta dos Aparelhos Privados de Hegemonia, que nos instrumentalize para um exame mais refinado da Fundação Renova. Cabe destacar que o intuito não é tratar os conceitos de forma fragmentada e dissociada, pois compreendemos que o conjunto de categorias constitutivas da análise gramsciana se entrelaça e não é possível fazer uma análise da totalidade sem desenvolvê-las de modo combinado. O debate, neste capítulo, sobre APHs, procura dar ênfase específica à referida categoria com intuito de angariar elementos que nos orientem a compreender as características estruturantes da Fundação Renova, sua relação com as empresas mineradoras e os mecanismos interventivos utilizados para ações coercitivas e consensuais diante do desastre-crime da Samarco.

2.1 APARELHOS DE HEGEMONIA E SUA DIMENSÃO CONSTITUTIVA DE CLASSE

O estudo e a análise dos APHs e APHEs³¹ que compõem a ossatura do Estado capitalista parece ser atualmente, conforme aponta Hoeveler (2019), um dos profícuos conceitos que nos orientam a compreender a complexidade dos projetos em disputa entre as frações/segmentos das classes sociais e que constituem a estrutura da dinâmica de acumulação capitalista. No cenário contemporâneo, esses aparelhos atuam através de ações interventivas por meio de uma ampla e variada composição

³¹ Temos usado as abreviações para designar os Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) e Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais (APHEs).

de fundações, institutos e associações, empregadas como meio para o fortalecimento e a consolidação de determinados segmentos sociais no poder.

Segundo Virgínia Fontes (2010):

O fulcro do conceito gramsciano de sociedade civil – e dos aparelhos privados de hegemonia – remete para a organização e, portanto, para a produção coletiva, de visões de mundo, da consciência social, *de formas de ser* adequadas aos interesses do mundo burguês (a hegemonia) ou, ao contrário, capazes de opor-se resolutamente a este terreno dos interesses (corporativo), em direção a uma sociedade igualitária (“regulada”) na qual a eticidade prevaleceria, como o momento eticopolítico da contra-hegemonia (p.133).

Para ela, os aparelhos privados de hegemonia são a estrutura central da sociedade civil, composta por “instâncias associativas formalmente distintas da organização das empresas e das instituições estatais, apresenta-se como associatividade voluntária sob inúmeros formatos” (FONTES, 2010, p.133). Os aparelhos privados de hegemonia são, portanto, organizações de *adesão voluntária*. Assim:

Clubes, partidos, jornais, revistas igrejas entidades as mais diversas se implantam ou se reconfiguram a partir da própria complexificação da vida urbana capitalista e dos múltiplos sofrimentos, possibilidades e embates que dela derivam. Não são homogêneos em sua composição e se apresentam muitas vezes como totalmente descolados da organização econômico-política da vida social (FONTES, 2010, p.133).

Ao reportar a formulação teórica do conceito de aparelhos privados de hegemonia, Hoeveler (2019) destaca que esse processo foi fruto de precisa investigação histórica de Gramsci, sendo, pois, a partir do estudo e análise da “política francesa pós-1870 que Gramsci notou como as mais importantes iniciativas não emergiram de organismos políticos que eram baseados no voto, mas de organismos privados [...]” (p.155), ou, posto de outro modo, entidades e organizações de adesão voluntária. Ainda sobre esse trajeto de formulação teórica dos aparelhos de hegemonia, podemos considerar que:

O estudo do papel dos intelectuais na formação do Estado nacional Italiano também levou o marxista sardo a essa conclusão. Afinal, naquele processo histórico – diferente do francês – os elementos políticos moderados foram capazes de estabelecer o aparelho (aqui, Gramsci equivale “aparelho” a “mecanismo”) de sua “hegemonia política, moral e intelectual” (HOEVELER, 2019, p. 155).

A luta de classes, segundo Gramsci, perpassa integralmente o conjunto das relações da vida nas sociedades divididas em classes sociais, e se instala no cerne da

sociedade civil através dos aparelhos privados de hegemonia. A sociedade civil é, portanto, uma arena da luta de classes, onde ocorre o embate entre aparelhos privados de hegemonia no sentido do convencimento, da formação, da educação de quadros de sua organização segundo objetivos e projetos de classes contrapostos (FONTES, 2010, p.291).

Deve-se sublinhar, neste ponto, que tal localização só é adequadamente compreendida se consideramos que o referido embate se processa imerso na coerção, que se manifesta desde a vida econômica (coerção a vender a própria força de trabalho, coerção a recorrer ao mercado de modo a sobreviver) até os aspectos mais diretamente político-militares (aparato policial, judiciário etc.). Essas esferas da vida social são incompreensíveis caso examinadas sem sua consideração enquanto componentes dessa totalidade social em que interagem coerção e consenso, determinando-se reciprocamente.

O Estado se apresenta como mediador das contradições postas na disputa hegemônica das classes. Apesar das aparências, não há uma constituição mutuamente exclusiva entre sociedade civil e Estado (FONTES, 2010). Considerando a perspectiva de Gramsci sobre o atributo da sociedade civil, Fontes observa que:

[...] sociedade civil é duplo espaço de lutas de classes, intra e entreclasses, através de organizações nas quais se formulam e moldam as vontades e a partir das quais as formas de dominação se irradiam como práticas e como convencimento. Tal como Lênin, Gramsci procura compreender o duplo movimento característico do capitalismo imperialista: uma expansão concomitante ao aumento da concorrência (e da tensão) interna às classes dominantes com seus embates entre diferentes grupos e frações. [...]. O convencimento, a persuasão e a pedagogia se tornam, doravante, tarefas permanentes e cruciais. Não dispensam, entretanto, as formas coercitivas, exatamente por estar a sociedade civil entremeada ao Estado (2010, p.136).

Assim, neste entrelaçamento expandido entre Estado e sociedade civil, as formas de persuasão se direcionam, de acordo com Fontes (2010), de duas maneiras: “dos aparelhos privados de hegemonia em direção à ocupação de instâncias estatais e, em sentido inverso, do Estado, da sociedade política, da legislação e da coerção” (p.136), com vistas a atender aos anseios dos projetos da classe dominante por meio da sociedade civil, estas classes se empossam do Estado por meio de seus aparelhos privados de hegemonia. Enfim, neste conjunto de relações não existe “um isolamento entre o terreno do consenso e do convencimento, [...], e o âmbito da coerção e da violência. Ambas encontram-se estreitamente relacionadas” (p. 136).

O acirramento de confrontos sociais nos aparelhos privados de hegemonia, dado pela complexidade estrutural que molda o Estado capitalista, fez com que fossem crescentes as disputas das organizações em seus diferentes níveis. Nesse contexto, Gramsci observa de forma perspicaz que o Estado poderia integrar, na sua pauta, demandas advindas de reivindicações das classes subalternas. A incorporação controlada de tais demandas sustenta a impressão de ampliada participação política e democrática, entretanto tal participação (que é enganosa, mas ocorre efetivamente, de modos determinados, pela própria dinâmica da luta) tende a apaziguar e manter a subalternização das classes trabalhadoras (FONTES, 2010). Desta maneira:

Sua superação, para Gramsci, demandaria enorme esforço organizativo das classes dominadas para contrapor-se, em todo os âmbitos, às múltiplas e reiteradas modalidades de subalternização promovidas pelas cambiantes formas da hegemonia burguesa.

A democratização alcançada pelas lutas populares ocorreu no contexto de uma dada dominação de classes que, mantida, reconstitui em novos patamares, e com novas complexidades, as formas hegemônicas de organização (FONTES, 2010, p.139).

A apurada análise de Gramsci sobre o Estado e sua relação com os APHs possibilitou compreender a composição de uma ampla “rede de associatividade para consolidação do capitalismo no período monopolista” (FONTES,2010 p.139). Ainda que, para Gramsci, essa reflexão se sobrepusesse nos confrontos entre classes sociais, sua sutileza permitiu examinar as peculiaridades entre as burguesias compreendendo suas formas associativas e organizativas por meio dos aparelhos privados de hegemonia. Nesse arranjo estrutural organizativo ocorrem conflitos e discordâncias no interior das classes dominantes, bem como alastra-se “para além dos limites estreitos da própria classe, envolvendo de maneira educativa e formadora setores subalternos [...] no sentido de conter distintos projetos burgueses” (FONTES, 2010, p. 139-140).

Para Mendonça (2014), as contribuições do pensamento gramsciano iluminam a reflexão sobre os mecanismos da hegemonia capitalista ocidental do começo do século XX, na sua forma imperialista. Sob tal conformação mundial econômica ocorreram mudanças na estrutura do processo produtivo que geraram impactos na transformação e complexificação da superestrutura, as quais asseguravam a “reprodução da ordem social”, devendo ser examinadas “mediante o estudo dos processos de organização das vontades coletivas como o espaço particular da política, da cultura e da ideologia” (p. 32). Pode-se dizer que as análises e

contribuições realizadas pelo marxista sardo avançaram consideravelmente em relação ao “pensamento de Lênin, elaborando um rico e inovador conceito de Estado” (p. 32). A concepção do Estado moderno em Gramsci não aponta para uma entidade específica de apenas uma classe social: o Estado moderno aparece como a manifestação universal de todo o conjunto de uma sociedade, agregando de certa forma “demandas e interesses dos grupos subalternos, mesmo que deles extirpando sua lógica própria” (p.34). Assim:

o fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isso é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, 2000, p.48).

Esse mesmo Estado cumpre, deste modo, seu papel essencial de instituição destinada a assegurar a reprodução da ordem burguesa. Gramsci, ao desenvolver sua concepção sobre o Estado no capitalismo, tem grande preocupação e cautela para não elaborar uma visão reducionista, evitando o entendimento de que este constituir-se-ia apenas com o atributo coercitivo. Ao Estado incumbe também a elaboração do consenso (MENDONÇA, 2014). No que concerne ao entendimento sobre o Estado ampliado formulado pelo marxista italiano, Mendonça apresenta dois conceitos fundamentais:

[...] sociedade política e sociedade civil. O primeiro termo é bastante claro na obra de Gramsci, referindo-se ao Estado em seu sentido restrito – ou seja, os aparelhos governamentais incumbidos da administração, da organização dos grupos em confronto, bem como do exercício da coerção sobre aqueles que não consentem, sendo por ele também denominado “Estado político” ou “Estado Governo”.

[...] a noção de sociedade civil implica no conjunto dos organismos chamados de “privados” ou aparelhos privados de hegemonia, no sentido da adesão voluntária de seus membros. Dentre esses aparelhos Gramsci destaca igrejas, associações privadas, sindicatos, escolas, partidos e imprensa. É em torno a eles que se organizam as vontades coletivas, seja dos grupos dominantes, seja dos dominados (MENDONÇA, 2014, p. 35).

É importante observar na formulação do pensamento gramsciano, no que se refere ao Estado capitalista de sua época, a funcionalidade objetiva dos aparelhos de hegemonia, pois são mecanismos complexos e, estando em posse dos setores/grupos dominantes, ajudam na consolidação e apaziguamento das grandes massas pouco articuladas em suas organizações políticas. Todavia, cabe ressaltar

que as relações de disputa e conflito se permeiam também entre grupos no interior das próprias classes sociais. Presentes no âmbito do Estado, moldam-se em distintas formas nos aparelhos privados de hegemonia, com vistas a disputar e consolidar suas vontades política, econômica e cultural, através de uma estrutura capitalista de sociabilidade que lhes mantenha no cerne do poder (MENDONÇA, 2014).

A contribuição de Gramsci, ao desenvolver a concepção de Estado ampliado, foi fundamental para a compressão das arenas de lutas que permeiam as classes sociais. Sobre esse pensamento inovador desenvolvido pelo marxista sardo, Mendonça (2014) aponta que:

[...] a marca peculiar ao Estado Capitalista, desde sua época, reside no fato dele guardar, simultaneamente um espaço de consenso e não apenas de violência, sendo o consenso – consentimento – obtido, segundo ele, através da ação dos aparelhos de hegemonia da sociedade civil, assim como através da ação do próprio Estado restrito, que promove e generaliza o projeto da fração de classe hegemônica em certo contexto historicamente dado (p. 37).

Nessa perspectiva, a mudança no âmbito do Estado e da sociedade capitalista tem de passar, como aponta Gramsci, pelo desdobramento dos aparelhos de hegemonia da sociedade civil, que se dá por meio de disputas de projetos societários de mundo ou desejos coletivos organizados. Através de tais espaços se disputam, “todo o tempo, a manutenção de um projeto hegemônico ou a imposição de um contra hegemônico, em busca da hegemonia” (MENDONÇA, 2014, p.38). Assim sendo, os aparelhos privados de hegemonia compõem a arena da disputa política, sendo pois

[...] indispensável que o grupo ou fração de classe, organizado neste ou naquele aparelho de hegemonia, atue no sentido de inserir alguns de seus representantes – ou intelectuais – junto ao Estado restrito. Vê-se pois, que a ideia do Estado em Gramsci, além de altamente dinâmica e enriquecedora para a compressão do papel do Estado na atualidade, é coerente com o jogo de contradições que atravessa sociedade civil e sociedade política (MENDONÇA, 2014, p. 38).

2.2 OS APARELHOS INTERVENTIVOS EMPRESARIAIS COMO INSTRUMENTO HEGEMÔNICO DE CLASSE

A participação de empresas por meio de suas fundações, institutos e associações, com finalidade interventiva nos campos da saúde, educação, cultura, meio ambiente, tem sido crescente nos últimos anos e não é novidade no contexto internacional e brasileiro. Para Fontes (2010), tais “entidades empresariais atuavam corporativa e politicamente como sociedade civil [...], como aparelhos privados de hegemonia, e

participavam intimamente do Estado, antes e durante o período ditatorial” (p.242). Essas entidades têm assumido o papel do Estado na execução de políticas públicas, tornando-as seletivas, excludentes, focalizadas e reduzindo a concepção universalizante de acesso aos direitos sociais por parte da classe trabalhadora.

Tais entidades empresariais começam a surgir a partir do começo do século XX. No Brasil sua consolidação e generalização data de meados dos anos de 1950. As ações interventivas giravam inicialmente em torno de comunidades próximas às empresas, constituindo já nesse período uma estratégia de hegemonia. Mediante as transformações históricas, a partir da crise do capital na década de 1970, ocorreram mudanças no mundo do trabalho, do papel do Estado e da sociedade civil, como também do enfrentamento das expressões da questão social³² para o mercado (MANSUR, 2012).

Duarte (2008), em seu artigo sobre as transformações ocorridas nesse período, destaca que:

A partir de 1970 o padrão de produção e acumulação capitalista entra em crise, visto que não mais responde às necessidades e aos interesses do capital de altas taxas de lucro e manutenção de sua hegemonia. Como alternativa, o capital inicia um amplo processo de reestruturação, com vistas à recuperação do seu ciclo reprodutivo e acumulativo, utilizando-se de estratégias em 03 dimensões que se articulam: a reestruturação produtiva, as transformações na órbita do trabalho e a reforma ou contrarreforma do Estado (DUARTE, 2008, p.50).

O processo de reestruturação do capital, como aponta a autora, repercutiu sobre a função do Estado e da sociedade civil. A política econômica neoliberal imposta aos países latino-americanos fez com que a intervenção social do Estado fosse reduzida, apelando, nos termos de Duarte (2008), para o incentivo da participação da sociedade civil na execução de políticas sociais e abrindo espaço para o capital financeiro internacional.

Conforme argumentam Mendonça e Nakatani, há neste período um esgotamento nos modelos das políticas desenvolvimentistas e a adoção de medidas liberais. Essa reorientação política irá fundamentar-se na redução do papel do Estado na garantia

³² Conforme Badaró (2013): “A questão social, cuja gênese é o conflito capital-trabalho, possui atualmente expressões múltiplas (pobreza, desemprego, violência, discriminação de gênero, raça, etnia e orientação sexual, trabalho precário, dificuldade de acesso à saúde, à educação e ao trabalho, falta de moradia, violação dos direitos das crianças e idosos)” (p.18). Para maior adensamento sobre o assunto, ver em: REVISTA TEMPORALIS. Ano: II, Nº 03, jan/jun de 2001.

de direitos sociais, rebatendo diretamente na política social. A mudança no papel do Estado perpassa por transformações que envolvem um vasto processo de desestatização das economias, através da abertura dos mercados financeiros, reformas previdenciárias, privatizações e desregulamentação do mercado de trabalho. Nesse contexto, diversos autores (como MENDONÇA, 2001; NAKATANI, 2001, p.03) irão argumentar que há uma “tendência em curso de redefinição da divisão internacional do trabalho, em especial no continente Latino Americano”, pois o plano neoliberal de desenvolvimento foi de uma inclusão subordinada aos sistemas financeiros mundiais.

É contra esse pano de fundo que iremos trazer alguns elementos para estudo e análise das entidades empresariais, com intuito de explanar seu viés classista, suas interlocuções políticas, ideológicas e econômicas na composição do Estado. Para realizar esta imersão, iremos recorrer ao conceito de aparelho privado de hegemonia (APH), considerando sobretudo sua versão especificamente empresarial (APHE), o qual consideramos chave fundamental para a compreensão das imbricações intra e entre as classes sociais no âmbito das entidades empresariais. Sobre a perspectiva crítica adotada para o referido debate, estamos em consonância com os apontamentos feitos por Fontes (2020). Em suas palavras:

Marx e Gramsci oferecem base sólida para a análise da disseminação em grande escala dos procedimentos burgueses voltados para a esterilização das lutas de classes e para o aumento da exploração da força de trabalho (p. 16).

Para Fontes (2020), a configuração do Estado ampliado com a participação de entidades empresariais delinea-se para atender aos interesses das camadas dominantes detentoras do capital. Esses aparelhos privados de hegemonia, para além das funções já assinaladas acima, também se apresentam como meio para apropriação dos recursos públicos que deveriam ser destinados às políticas sociais universalizantes. A sociedade civil empresarial detém considerável volume de capitais, assim como capacidade organizativa de articulação no âmbito das representações políticas que compõem as estruturas do Estado. Esse arranjo favorável permite que os aparelhos privados hegemônicos empresariais adentrem as esferas dos setores públicos e direcionem propostas até mesmo de alterações legislativas vigentes. Essas mudanças são muitas vezes camufladas por discursos de cunho “estatal-legal, a certas elaborações que voltadas para áreas particulares,

corporativas [...] tornam-se imposições da generalização de tais interesses, como se fosse interesse de todos” (FONTES, 2020, p.20).

No entanto, a autora bem lembra que somente a elaboração de leis para consolidação de interesses não são suficientes, ainda mais nos setores das classes dominantes, pois:

Como a competição intercapitalista prossegue malgrado a existência de monopólios, segmentos defrontam-se permanentemente dentro (e fora do) Estado a outros setores particulares oponentes, com interesses imediatos diversos, embora da mesma classe. Isso sem falar da atuação constante de outras classes sociais, cujas condições reais de existência impulsionam reivindicações de ordem variada, gerando a constituição de suas próprias modalidades associativas (FONTES, 2020, p.20).

Neste arsenal de interesses intra e entre classes sociais na disputa de projetos hegemônicos, é importante compreender que o Estado não é um sujeito de vontades próprias, ainda que aparentemente se apresente como tal. Essa forma de sua apresentação, porém, permite que as ações direcionadas “apareçam como uma vontade ‘comum’ numa sociedade profundamente dividida. Tampouco é uma coisa, ou um mero instrumento na mão de burguesias, mesmo se muito poderosas” (FONTES, 2020, p.21).

As contradições estão intrinsecamente presentes no arranjo estrutural da sociedade capitalista e percorrem todo o conjunto organizacional, sem exclusão do Estado. Sob esse ponto de vista, o estudo sobre sociedade civil a partir da perspectiva de análise gramsciana nos orienta a entender a funcionalidade dos aparelhos privados hegemônicos nos dispositivos do Estado e mostra que não é possível realizar uma análise do Estado negligenciando os processos de luta e organização da sociedade civil, sob o risco de mutilar o entendimento dos mecanismos de dominação e as formas de confrontá-lo (FONTES, 2020). Contudo,

[...] o viés gramsciano também não deve afastar-se da análise das condições gerais do próprio processo de produção e reprodução (ampliada) do capital, que constitui o solo a partir do qual se ramificam os diversos interesses e a defesa de modos de ser (ou sociabilidades) que se complexificaram ao longo da história do capitalismo (FONTES, 2020, p.21).

Sendo assim, deve-se considerar que tanto as formas de exploração direta do capital como a própria atuação dos aparelhos privados de hegemonia empresariais caminharam para colocar os trabalhadores sob uma condição de disputa acirrada, instalando um cenário de perda de direitos, mesmo que de forma extremamente

distinta entre os países. A internacionalização dos fluxos de capitais, através de seus grandes agentes (bancos, empresas multinacionais, oligopólios), deu condições para que esses grupos capitalistas se instalassem onde os processos de exploração do trabalho fossem mais lucrativos, considerando, dentre outros fatores, as possibilidades de atualização da condição proletária mediante expropriação, inclusive de direitos anteriormente conquistados (FONTES, 2020). Podemos dizer que esse panorama apresentado promoveu

uma enorme centralização e concentração da riqueza cuja contraface vem sendo a explosão de condições degradadas de existência para as grandes maiorias. De maneira concomitante, APHs empresariais se expandiram e se implantaram internacionalmente, agregando setores locais e internacionais (FONTES, 2020, p. 22)

No Brasil, o movimento de expropriação da população rural condicionou a crescente ocupação das cidades, processo esse acelerado na segunda metade do século XX. Essa população migrante contava apenas com a venda de sua força de trabalho para a sobrevivência, ficando submetida a condições precárias de subsistência e dependendo da benevolência de certos setores da sociedade civil, em especial da Igreja Católica (FONTES, 2020).

A transição demográfica campo-cidade se acentua entre os anos de 1960 e 1970, passando assim a compreender um maior volume populacional nas cidades do que no meio rural, massas destituídas de qualquer tipo de proteção social (FONTES, 2020). Vivendo sob condições da realidade urbana, as gigantescas concentrações de trabalhadores “sob condições de dramática concorrência, contribuem para pressionar e reduzir à obediência e ao silêncio grandes parcelas de trabalhadores tradicionais, que ainda contam com direitos” (p.22). Esse contexto foi favorável para que se implementassem políticas de retirada de direitos, que persistem se expandindo após breve interregno dos anos 1980, marcados por forte ascenso das formas organizativas das classes trabalhadoras.

As condições adversas de reprodução da vida social decorrentes da precarização das condições de trabalho e da redução de direitos geram um clima de grande tensão na massa dos trabalhadores. Para conter qualquer movimento que possa colocar as estruturas do grande capital em risco, a atuação dos aparelhos de hegemonia empresarial ascende neste momento, com intuito de apaziguar e controlar esses

trabalhadores através de medidas seletivas e focalizadas. Fontes (2020) descreve o seguinte:

Sob tais condições, vemos como no Brasil os dois movimentos assinalados por Gramsci tendem a se intensificar, o da coerção e o do convencimento. Aumenta a interferência cultural de intelectuais orgânicos das classes dominantes para educar em formas para a subalternidade essas massas agora desprovidas de “patrões” diretos (que até então cumprem em parte esse papel “formativo) e expropriadas de direitos coletivos, o que assegurava parcela da reprodução social dos trabalhadores. As conquistas – implantadas na constituição de 1988 – que permitiam sua formação através de instituições públicas tornam-se alvo de ingerências crescentes de tais APHs (FONTES, 2020, p.23).

É por isso que, no tocante à funcionalidade dos APHEs no Brasil, pode-se afirmar que

Há uma síntese histórica urgente a estabelecer, de maneira a sistematizar uma significativa quantidade de estudos sobre a sociedade civil empresarial, utilizando termos como associações empresariais, fundações e associações sem fins lucrativos (FASFIL), organizações não governamentais (ONGS), Terceiro Setor, organizações da sociedade civil (OSC) [...]. (FONTES, 2020, p.23).

Como sustenta a autora que vem sendo citada, isso deve ser feito analisando suas vinculações com as classes sociais e com o Estado.

2.3 A FUNCIONALIDADE DOS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA EMPRESARIAIS (APHEs) NO BRASIL

Dando continuidade ao nosso estudo sobre os APHEs, atentaremos por tratar das entidades empresariais no Brasil e sua atuação no campo das lutas sociais. Conforme argumentado anteriormente, a perspectiva de análise para o estudo dos APHs e APHEs parte da sua compreensão enquanto momento constitutivo das classes sociais. Eles são, portanto

[...] a expressão de lutas sociais, permeadas pelas condições e posições de classe, por tensões geradas entre sociabilidades diferentes e contrapostas. Os próprios APHs suscitam novas contradições para além da inserção heterogênea do Estado. Todas as formas associativas populares ou empresariais nascem em terrenos de lutas, intra e entre classes, e essa correlação é fundamental para identificar os fios que se entrelaçam no extenso novelo de APHs, que é profundamente desigual (FONTES, 2020, p.24).

No campo organizativo popular, entre os séculos XX e XXI a constituição e composição das entidades associativas foram intensas. Entretanto, oscilavam estruturalmente devido à combinação entre escassez de recursos e diversos tipos de coibição. O ambiente repressivo do século XX, protagonizado pelo furor de setores

militares e paramilitares, fez com que a capacidade organizativa e de mobilização popular fosse meticulosamente enfraquecida, controlada, reorientada (FONTES, 2020).

A autora nomeou esse período de “*ampliação seletiva* do Estado Brasileiro, uma vez que as lutas na sociedade civil de cunho popular tiveram bloqueios poderosos à sua conversão em políticas universais [...]” (FONTES, 2020, p.24). Embora a situação fosse adversa, a luta pela consolidação dos direitos sociais seguiu-se e gerou resultados “(em alguns casos mesmo sob ditaduras), quando mais não fosse pela incorporação de parcelas de suas reivindicações, condição para assegurar as condições gerais da reprodução social sob o capitalismo” (FONTES, 2020, p.24).

A chamada “modernização capitalista acelerada – a ferro e fogo – sob a ditadura militar”, descrita por Fontes (2010, p.224), contribuiu para o processo de aprofundamento da conformação das entidades associativas, e, dentre elas, dos APHEs. Esses grupos estavam atrelados a setores hegemônicos, “expressando interesses corporativos empresariais, uma vez que a seletividade repressiva e autocrática estrangulava as vias de crescimento das entidades organizativas populares” (FONTES, 2010, p. 224-225).

Para Fontes (2020), os supostos avanços obtidos no campo dos direitos foram dispersados por meio de uma ampla participação e gerenciamento de entidades empresariais e patronais, sendo, pois, fragilizada e mutilada a característica universalizante das políticas públicas. É importante destacar que, nos momentos em que prevaleciam os regimes democráticos, o volume de associações e organizações do campo popular aumentou, mas isso não significou o avanço nas referidas políticas universalizantes – pelo contrário, parecem ter sido encontradas formas de captura de tais organizações populares pelo Estado, nos limites não apenas do ordenamento social vigente, mas também de sua forma especificamente neoliberal e periférica.

Casimiro (2016), em sua apurada pesquisa sobre o conjunto dos aparelhos de ação político-ideológica dos setores burgueses no Brasil entre 1980 a 2014, ajuda-nos a compreender as novas configurações dessas entidades empresariais, em um período inicialmente marcado por grandes mobilizações sociais, sindicais e de redemocratização do país. Conforme descreve o autor:

Os anos de 1980 constituíram-se como um marco importante na história recente do Brasil, tendo em vista o complexo processo de transição para a democracia, após quase três décadas de ditadura civil-militar, onde ocorrem importantes transformações, no que concerne à ocidentalização da sociedade brasileira. Entre as lutas pela democracia empreendidas por movimentos sociais e grupos progressistas que almejavam a universalização de direitos de cidadania e bem-estar social, povoaram também nessa sociedade civil – cada vez mais complexa e ocidentalizada – uma multiplicidade de organizações da classe dominante, que nos remete a sua necessidade de rearticular suas estratégias de acumulação e, principalmente, sua relação com a ossatura do Estado (p.123).

De acordo com Fontes (2020), decorrida a consolidação formalmente democrática, percebe-se no cenário pós-1988 um gigantesco crescimento de aparelhos empresariais, tendencialmente orientados para “atuar diretamente em processos de sociabilidade popular, em temas de cultura, educação e ambiente” (p.25).

Neste ambiente conjuntural de mudanças, a década de 1990 foi marcada também pela consolidação e intensificação de projetos burgueses voltados para a economia de mercado, através de bandeiras “lançadas na década anterior empunhadas por uma multiplicidade de aparelhos privados de hegemonia” (CASIMIRO, 2016 .123). A ação dessas entidades volta-se, portanto, para formular e consolidar os processos de reformas políticas e reconfiguração do papel do Estado. Sobre esse período, Fontes (2010) argumenta que:

[...] havia no Brasil uma plêiade de aparelhos privados de hegemonia com pesos e formatos organizativos diversificados, a começar pelo controle quase monopólico dos meios de comunicação, nos quais predominava de maneira incontestada a Rede Globo. Uma parcela recém-constituída desses aparelhos privados de hegemonia se anunciava claramente como acoplada à classe social que lhe dava origem – os de base direta e imediatamente empresarial (p. 271).

No panorama internacional, o entusiasmo quanto à chamada globalização configurou-se como instrumento elementar na luta de classes, com intuito de apresentar a perspectiva da ideologia neoliberal como forma natural do processo (CASIMIRO, 2016). Sendo assim, como descreve o autor:

[...] apresentada, por esses agentes, como a própria expressão da “modernidade” notadamente por ser considerada como resultado das forças de mercado “liberadas das correntes nocivas da ação do Estado”. Por conseguinte, o discurso dos organismos internacionais como o FMI – Fundo monetário internacional, o Banco Mundial e BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – era o de que as reformas estruturais que incentivassem o funcionamento dos mercados, apoiadas na iniciativa privada e na menor presença estatal nas atividades econômicas, garantiriam a essas nações a retomada das altas taxas de investimento e, por sua vez, o crescimento econômico (p.124).

Esse plano de reformas estruturais apresentado pelos órgãos internacionais foi expresso através do “receituário decorrente do chamado Consenso de Washington”³³ (MAURIEL, 2013, p.100), com intuito de aplicar medidas de reforma econômica aos países latino-americanos. Neste período há um intenso incentivo de participação da sociedade civil na intervenção sobre as refrações da questão social. Abarcadas por esse cenário, as organizações não-governamentais irão atuar como parceiras do Estado na gestão e execução das políticas sociais (MAURIEL, 2013).

A condução orientada por essas novas estratégias de ação, no plano da política econômica e social, parte da concepção de uma suposta reconfiguração do papel do Estado que abrange “desde a gestão das pequenas reformas para implantar as grandes reformas até a formulação de uma nova conformação social” (CASIMIRO, p.124, 2016). Isso posto, temos no período inicial dos anos de 1990 dois cenários: o primeiro refere-se ao quadro do capitalismo mundial, cunhado pela ideologia da globalização e da reestruturação produtiva; o segundo foca a conjuntura brasileira, cuja burguesia nacional movimenta-se para retificar sua relação com o Estado, visando a garantir sua permanência hegemônica de classe, assim como a manutenção de seus anseios por mais capital (CASIMIRO, 2016).

Cabe destacar que houve formas de enfrentamento por parte da classe trabalhadora brasileira contra o projeto neoliberal implementado e consolidado no país. A organização política contra as reformas neoliberais contou com a participação de “intelectuais progressistas, estudantes, movimentos sociais, sindicais e partidos de esquerda, entre outros” (CASIMIRO, p.125, 2016). Esse movimento popular adverso às assim chamadas reformas, termo melhor definido como contrarreformas, segundo Behring (2003)³⁴, exigiu dos setores dominantes uma atuação coercitiva mais acentuada, com um plano de ação melhor arquitetado na construção da produção do

³³ O Consenso de Washington decorreu de reunião realizada em novembro de 1989, com intuito de aplicar reformas aos países latinos americanos, impostas pelo FMI aos governos devedores. As medidas que compunham o receituário foram: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, regime cambial de mercado, abertura comercial, eliminação de controle sobre investimento direto estrangeiro, privatização, desregulamentação de leis trabalhistas e institucionalização da propriedade intelectual. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 211).

³⁴ Para o debate mais detalhado ver em: BEHRING, 2003. *Brasil e contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*.

consenso, mediado por seus formuladores orgânicos e aparelhos privados. A contrarreforma do Estado brasileiro, em suma, resultou de:

[...] fatores estruturais e conjunturais externos e internos, e pela disposição política da coalizão de centro-direita protagonizada por Fernando Henrique Cardoso. Uma contra-reforma que foi possível a partir de algumas condições gerais, que precedem os anos 1990: a crise econômica dos anos 1980 e as marchas e contramarchas do processo de democratização do país (BERING; BOSCHETTI, 2007, p.152).

O processo de mudança do capitalismo internacional, regrada pelas proposições da globalização, tal como da reestruturação produtiva, exigiu que as classes burguesas inovassem suas relações e estratégias de dominação sob o aparato do Estado (CASIMIRO, 2016).

Sob essa perspectiva:

A burguesia brasileira, nessa reconstrução das regras do jogo democrático, passa a defender de forma mais aberta e articulada o seu modelo de sociedade fundada nos valores da economia de mercado e da meritocracia. Temos de um lado a organização burguesa brasileira em defesa dos seus interesses imediatos de ampliação da acumulação e da defesa de sua concepção de mundo – o que implica em articulações, cisões e conflitos intra-classe, denotando a complexidade dessas relações de poder [...]. Por outro lado, temos as formas de resistência ao avanço de tais projetos de hegemonia burguesa – que mobilizam movimentos sociais, sindicatos das classes trabalhadoras – acionando diferentes grupos sociais, assim como forçando estratégias complexas para garantia e atualização da dominação entre a coerção e a produção do consenso (CASIMIRO, 2016, p.125).

O autor enfatiza como as formas de ação gestadas na etapa anterior são heranças contraditórias e continuamente presentes no contexto brasileiro, informando posições, projetos, ações, afinidades e repulsões.

De um lado, a permanência da truculência generalizada contra qualquer movimento de reforma agrária, em paralelo ao crescimento da concentração da propriedade da terra. As agressivas campanhas de privatização e reformatação do Estado, conduzidas por algumas entidades, terão em paralelo, uma nova postura “negociadora” de parcela da burguesia que, paulatinamente, vai alcançando quase toda a burguesia brasileira. No mesmo sentido, uma insistência nas reformas constitucionais, que foram realizadas sempre que conseguiram maiorias parlamentares, ainda que a troca de pagamentos espúrios, e o bálsamo das entidades de “responsabilidade social” ou do discurso do capitalismo para os trabalhadores (CASIMIRO, 2016, p.126).

No cerne da burguesia brasileira percebe-se uma ampla disputa de projetos hegemônicos, moldados representativamente pelas múltiplas organizações dos setores empresariais e que atuam nas distintas áreas de atividade pública. O amplo

leque de organizações é constituído por entidades que empreendem forças na cooptação de lutas das classes subalternas, e agem como uma “espécie de organização de ‘nichos de mercado’ que, em muitos casos, acabam por dismantelar certas conquistas populares e converter essas atividades em formas de obtenção de lucro” (CASIMIRO, 2016, p.127).

Sobre o aspecto da mercantilização das conquistas populares, aqui abrimos um parêntese que se refere ao trato da questão social, pois os anos 80 e 90 são marcados pelo retorno desta temática ao centro dos debates empresariais, com o discurso de combate e tratamento das desigualdades no Brasil. O país, nesse período, passava por um processo de crescente mobilização e participação popular, além de grande ascensão dos movimentos sociais, o que fez com que o empresariado redimensionasse sua participação no meio sociopolítico e fim de consolidar sua posição no centro hegemônico³⁵. A assim chamada *responsabilidade social* vem sendo estratégica para a formação de consensos que fortalecem a lógica do capital na atualidade, haja vista que, no lugar do Estado, as empresas têm participado de forma mais direta na execução de ações supostamente voltadas ao enfrentamento das expressões da questão social (PFEIFER, 2006).

Uma reflexão importante nesse contexto está em compreender que as organizações empresariais, através de suas entidades, pautadas no discurso da promoção social e melhoria da qualidade de vida das comunidades em nível local, regional e nacional, expressam o caráter ideológico de valores e práticas que, ao final, tendem a despolitizar e amenizar as demandas negligenciadas pelo poder público, substituindo as obrigações sociais do Estado. Nas ações realizadas para supostamente atender à comunidade, as empresas atuam principalmente na focalização de uma pretendida erradicação da pobreza em áreas negligenciadas pelo setor público, visando desenvolver um papel ideológico de funcionalidade aos interesses do capital.

Mansur (2012) atenta que nesse “novo” processo de participação pelos setores do meio empresarial através de suas fundações, associações e institutos há um discurso que passa por abandonar modalidades de ações filantrópicas realizadas no decorrer

³⁵ O termo aqui se refere, em termos gramscianos, à prevalência de um determinado projeto coletivo que se afirma diante de outros que disputam a direção da sociedade, a partir da constituição de um bloco histórico que expressa a dialética da relação de interesses entre as classes (Simionato, 2004).

do século XX, pautando-se em ações eficazes ao utilizar instrumentos empresariais (MANSUR, 2012). Sobre esse “novo” processo Marilda Iamoto (2006) assinala que:

[...] constata-se uma tendência à refilantropização social, em que grandes corporações econômicas passam a se preocupar e a intervir na questão social dentro de uma perspectiva de filantropia empresarial. Nos programas e projetos mantidos por organizações empresariais privadas, a ênfase recai sobre a qualidade dos serviços prestados. Esses passam a ser seletivos, estabelecidos conforme escolhas e prioridades das corporações em suas ações filantrópicas, em detrimento da garantia da universalidade no acesso, tal como o previsto pela Constituição vigente no país (IAMAMOTO, 2006, p. 43).

Ao apresentarem o caráter da assim chamada responsabilidade social, esses setores empresariais deslocam-se para espaços de decisão política, como conselhos de direito e outros espaços de construção democrática. O acesso ao fundo público, a isenção de impostos, subsídios e incentivos também estão no pacote de privilégios destas organizações, utilizando-se destes para obterem mais lucros. O Estado realiza o papel articulador de transferir fundo público e aparato legal/jurídico do país para empresas transnacionais e instituições financeiras (MANSUR, 2012).

A essas medidas concedidas pelo Estado, Salvador e Teixeira (2012), descrevem que:

A dimensão do financiamento indireto permite analisar as implicações das desonerações tributárias concedidas pelo governo, em especial, no contexto de crise do capital, no financiamento de políticas sociais, pois implica no aumento da participação do setor privado na oferta de políticas sociais e na ausência do controle democrático dessas medidas (SALVADOR; TEIXEIRA 2014, p.23).

Em um contexto não tão distante da história brasileira, Gentil (2017), descreve que a política econômica do Governo Dilma esteve atrelada à geração de incentivos e à abertura de mercado para empresas privadas, através de grandes desonerações tributárias em grandes proporções. Essas desonerações, segundo a autora, prejudicaram de forma drástica o financiamento das políticas sociais. Tais medidas foram tomadas em um momento de crescente índice de desemprego e da informalidade, além da redução dos salários reais. O montante de tais desonerações representou em 2015 um valor maior do que a soma de tudo o que foi gasto no ano de 2014 em Saúde, Educação, Assistência Social, Transporte e Ciência e Tecnologia pelo governo federal (GENTIL, 2017).

Este breve parêntese sobre o deslocamento das lutas sociais na composição dos interesses de nicho mercadológico, cujas ações foram cooptadas e mediadas através

das entidades empresariais, nos permite vislumbrar as imbricações entre as “estruturas estatais e intelectuais coletivos privados no processo de formulação de políticas públicas [...]” (CASSIMIRO, 2016, p.127). Tais mudanças só foram possíveis em razão da variedade e multiplicidade do processo, tendo em conta o decurso de ocidentalização da sociedade civil brasileira, que contou com a presença de novos atores, sobretudo as organizações não governamentais³⁶ (ONGs) e as Fundações e associações sem fins lucrativos, conhecidas como Fasfil³⁷ (CASIMIRO, 2016).

Como já mencionado, essas organizações concorrem entre si por recursos públicos, transferindo o sentido público e universal para os fins privados e seletivos. Tais entidades têm ampliado suas participações nos terrenos de luta, pautando estratégias das classes dominantes com intuito de dar “unicidade e/ou organicidade à multiplicidade de frentes no interior da burguesia” (CASSIMIRO, 2016, p.127). Para se ter uma ideia da amplitude dos espaços interventivos destas entidades empresariais, Casimiro (2016) apresenta, em sua tese de doutoramento, uma pesquisa realizada pelo IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, feita conjuntamente com a Abong e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE, sobre as organizações da sociedade civil no Brasil, nos mostrando o quão extenso é seu campo de atuação. O autor aponta que

[de] acordo com o estudo, em 2010, havia 290,7 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil) no Brasil, voltadas predominantemente, à religião (28,5%), associações patronais e profissionais (15,5%) e ao desenvolvimento e defesa de direitos (14,6%). As áreas de saúde, educação, pesquisa e assistência social (políticas governamentais) totalizavam 54,1 mil entidades (18,6%). As Fasfil concentravam-se na região Sudeste (44,2%), Nordeste (22,9%) e Sul (21,5%), estando menos presentes no Norte (4,9%) e Centro Oeste (6,5%) (CASIMIRO, 2016, p.129).

Casimiro (2016) observa que a composição desta nova forma de sociabilidade tem na figura do “empreendedor” e na conduta administrativa empresarial de gerenciamento “seu grande referencial que deveria ser reproduzido em todas as esferas da vida

³⁶ “O universo dos aparelhos privados de hegemonia é extenso e multiforme. Dele participam as entidades autodenominadas ONGs, termo confuso e vago, que oculta as classes e as lutas que contestam diretamente a dominação de classes” (FONTES, 2010, p. 268).

³⁷ Conforme menciona Casimiro (2016): “As Fundações e Associações sem fins lucrativos (Fasfil) brasileiras de acordo com o Código Civil Brasileiro (CCB), promulgado por meio da lei nº 10.406/002, são classificadas como pessoas jurídicas de direito privado. O CCB estabelece que tais entidades são uniões de pessoas para fins econômicos, não existindo direitos e obrigações recíprocas entre seus associados” (p.127).

social” (p.129). Através e por meio do terreno das políticas públicas encontra-se a possibilidade da “conversão de atribuições universalistas do Estado a mecanismos focalizados da iniciativa privada” (p.129).

O Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), é outro exemplo concreto para apreender a atuação dos aparelhos privados hegemônicos empresariais. O GIFE nasce a partir do círculo de debates e ações direcionadas em torno da filantropia empresarial, considerada uma organização sem fins lucrativos. Seu objetivo “seria o de fornecer uma aparelhagem preparada para orientar, dirigir e apoiar as intervenções político-sociais do empresariado na sociedade civil” (CASIMIRO, 2016, p.131), com vistas a elaborar ações conjuntas envolvendo os principais grupos empresariais atuantes no Brasil.

O GIFE também desempenha o papel de intelectual coletivo da classe burguesa, bem como agrega as diferentes posições e interesses intraclasse, firmando uma postura ideológica mais unificada a partir de preceitos neoliberais (CASIMIRO, 2016). De forma geral, pode-se dizer que:

Assumindo o papel de porta-voz dos interesses parcelares e desconexos da infinidade de entidades associadas e apoiadoras de seus projetos, o GIFE entra no cenário político como um APH, atuante para o alinhamento e acomodação dos diferentes interesses que compõem o universo heterogêneo das Fasil, na busca por um reordenamento do papel do Estado, a partir do investimento social privado (CASIMIRO, 2016, p.135).

Segundo Casimiro (2016), o GIFE assume uma função social norteadada pelo caráter mercadológico e filantrópico, com intuito de apaziguar os conflitos sociais e contribuir na formulação de consensos, naturalizando as novas formas de sociabilidade existentes. Para ele, embora evidencie, no primeiro momento, atuar especificamente no terreno político-ideológico referente às questões sociais, seu percurso interventivo amplia-se, “na medida em que assume o papel de unificação desses matizes em uma concepção de mundo coerente e sintonizada às relações bem mais profundas entre sociedade civil e Estado [...]” (p.136). O GIFE é apenas um exemplo dos amplos e significativos grupos empresariais que tem atuado no processo de redefinição de composição da sociedade civil, atrelando seus interesses em articulação com o Estado, formulando concepções de sociabilidade de consenso entre as camadas populares e utilizando-se destes meios para permanência e manutenção enquanto classe hegemônica.

A discussão até o momento sobre aparelhos privados de hegemonia empresariais procurou desenvolver elementos com vistas a contribuir na análise do nosso objeto de pesquisa. O conceito teórico de Gramsci, bem como as análises dos autores contemporâneos que tratam sobre o estudo e análises dos APHEs, deram-nos condições para apreender a complexidade estrutural das organizações empresariais na arena da luta de classes, assim como sua composição na ossatura do Estado capitalista, particularmente no caso brasileiro.

Entretanto, antes de adentrarmos na análise do complexo arranjo estrutural da Renova, sua relação no âmbito do Estado, com as empresas mineradoras e com as pessoas atingidas, abordaremos sobre o percurso constitutivo do Termo de Ajustamento de Conduta e suas implicações diante do desastre-crime da Samarco, haja vista que esse dispositivo extrajudicial foi utilizado para estruturar o sistema de Governança e as ações de mitigação da Fundação Renova.

CAPÍTULO 03- OS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA NO CASO DO ROMPIMENTO DE BARRAGEM DA SAMARCO

A proposta deste capítulo é localizar o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), instrumento de mediação de conflitos e conformação de consensos, na dinâmica brasileira contemporânea do processo de desenvolvimento capitalista. A partir dessa discussão pretendemos contextualizar o uso do TAC no caso do rompimento da Barragem da Samarco, assim como apontar reflexões sobre a funcionalidade deste dispositivo no contexto desse crime ambiental.

3.1 “DEMOCRATIZAR” OS DANOS E PRIVATIZAR OS LUCROS: O TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA COMO DISPOSITIVO CONCILIADOR DE CONFLITOS

A consolidação e a universalização do modo de produção capitalista, marcada pelo desenvolvimento avançado das forças produtivas ocorrido a partir da Revolução Industrial no século XVIII na Inglaterra, determinou mudanças radicais no modo de vida do conjunto da humanidade, assim como em sua relação com a natureza. A transição do modo de produção da manufatura para a grande indústria aumentou enormemente a produtividade do trabalho, mas isso ocorreu de tal modo que correspondeu ao aprofundamento dos processos de reificação, alienação e estranhamento, expropriação dos produtores diretos e formação de diversos estratos de superpopulação relativa, deteriorando, ao mesmo tempo, a qualidade do meio ambiente e, conseqüentemente, o bem estar de amplos setores da população (POTT; ESTRELA, 2017).

Cabe-nos, neste momento do presente trabalho, examinar com mais vagar certos aspectos da assim chamada questão ambiental. Passados três séculos desde a Primeira Revolução Industrial, com um exponencial crescimento na degradação dos rios, na poluição do ar e no desmatamento das florestas, tornou-se inescapável discutir na sociedade, comunidade científica e governos, ações que buscassem prevenir, mediar e reduzir tais impactos na natureza. No entanto, apesar da urgência do debate acerca da questão ambiental, está só começou a ser tratada na segunda metade do século XX, entre o final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Esse período foi marcado pela elaboração de uma série de conferências, acordos, protocolos e

leis³⁸, cuja proposta era tornar o desenvolvimento econômico menos impactante ao meio ambiente e à população (POTT; ESTRELA, 2017).

Para os objetivos do presente trabalho, devem ser feitas algumas considerações sobre a relação entre justiça ambiental³⁹ e questão ambiental. De acordo com Acselrad (2010), “a noção de ‘*justiça ambiental*’ exprime um movimento de ressignificação da questão ambiental⁴⁰” (ACSELRAD, 2010, p.108). Essa apropriação singular do termo ocorre devido às intervenções sociopolíticas tradicionalmente implicadas na composição da justiça social, ou seja, está associada, na arena das lutas sociais, às refrações da questão social. (ACSELRAD, 2010).

Segundo Acselrad (2010), ao mencionarmos essa tal ressignificação da questão ambiental, faz-se necessário resgatar os conceitos que lhe foram atribuídos neste contexto recente. O primeiro sentido, posto como **contracultural**, baseava-se no questionamento ao modo de vida “que tem justificado o padrão dominante de apropriação do mundo material – consumismo dito fordista, industrialização química mecanizada da agricultura etc.” (ACSELRAD, 2010, p.108). O segundo sentido, posto como **utilitário**, foi iniciado pelo assim chamado Clube de Roma⁴¹, onde “após 30 anos de crescimento econômico nos países centrais, preocupava-se em assegurar a continuidade da acumulação do capital, economizando recursos em matéria e energia” (ACSELRAD, 2010, p.108).

Os dois sentidos aqui apresentados disputavam a ressignificação da questão ambiental, correspondendo a ações estratégicas: 1) de um lado, tem-se o

³⁸ A exemplo de algumas leis mencionadas pelas autoras nesse período temos: Lei da Política Ambiental em 1969 (EUA), Conferências das Nações Unidas em 1972 (Estocolmo), Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental em 1967 (na antiga URSS) e Conferência de Belgrado, que deu origem à carta de Belgrado em 1975 (Iugoslávia).

³⁹ Justiça ambiental é uma noção emergente que integra o processo histórico de construção subjetiva da cultura dos direitos. Na experiência recente, essa noção de justiça surgiu da criatividade estratégica dos movimentos sociais que alteraram a configuração de forças sociais envolvidas nas lutas ambientais e, em determinadas circunstâncias, produziram mudanças no aparelho estatal e regulatório responsável pela proteção ambiental (ACSELRAD, 2010, p.111).

⁴⁰ Para o adensamento do debate à partir da perspectiva crítica ver em: FOSTER, Jhon Bellamy. *A Ecologia de Marx – Materialismo e Natureza*, 2005, Editora: civilização brasileira. Ou ver em: LOWY, Michael. *O que é ecossocialismo?*, 2ª edição, São Paulo: Cortez, 2014.

⁴¹ O Clube de Roma é a instituição que encomendou o relatório de pesquisa que tomou o nome de *Limites ao Crescimento* e que, no início dos anos 1970, simulou as perspectivas futuras da economia mundial, apontando os riscos de crise do capitalismo por carência de insumos materiais e energéticos (ACSELRAD, 2010, p.115).

engajamento na assim chamada “modernização ecológica”, a qual se caracteriza pela lógica do mercado, desenvolvimento técnico e consenso político; 2) de outro, a ação de denúncia e superação da desigualdade, no que se refere aos danos e benefícios ambientais (ACSELRAD, 2010). Tais ações e concepções enunciadas pelo autor se inserem nas disputas de projetos, discursos e condutas de diferentes indivíduos, grupos e classes sociais.

Essa divergência aponta para os variados sentidos que podem ser atribuídos à questão ambiental e a seu enfrentamento, determinando o que se veio denominar de “conflitos ambientais” (ACSELRAD, 2010, p.109). Esses conflitos perpassam pelo campo dos direitos, por sujeitos que denunciam a desigualdade ambiental causada pelo impacto do “desenvolvimento”, considerando que tais impactos não são “democráticos” e afetam de formas variadas os grupos sociais envolvidos. Para cada modelo de desenvolvimento estabelecido em determinado território, hão de surgir formas específicas de conflito ambiental (ACSELRAD, 2004).

No Brasil, do período pós-guerra até os anos 1980, foi estabelecido um “fordismo periférico”, em que os grandes projetos executados pelo Estado desenvolvimentista (malgrado as gritantes divergências de posição política, projeto societário, formas de tratamento das refrações da questão social, dentre outras, que marcam os atores que podem ser enfeixados sob tal classificação) encadearam a fixação de uma complexa estrutura industrial. Acselrad (2004) caracteriza que esse foi um período em que houve:

[...] uma importante ampliação dos espaços integrados à dinâmica do desenvolvimento capitalista (grandes obras de infraestrutura, grandes barragens, projetos de mineração e irrigação para a agroindustrialização) e aceleração do ciclo industrial de extração de materiais/emissão de efluentes e resíduos, em um processo de crescimento que apoiou-se na concentração da renda e do esforço exportador, notadamente de produtos com elevado valor energético (ACSELRAD, 2004, p. 27).

Os grandes projetos realizados nesse período trouxeram consideráveis impactos nos territórios, afetando a biodiversidade de ecossistemas, atingindo pequenos produtores, comunidades ribeirinhas e indígenas. A expulsão compulsória de populações inteiras provocou seu deslocamento para áreas com condições insuficientes (terras menos produtivas, escassez de água etc.), e tais circunstâncias

de reprodução da vida social estiveram na base da eclosão de inúmeros conflitos ambientais.

Para Acselrad (2004), esses conflitos ambientais despontaram a partir do momento em que os despossuídos começaram a ter condições de se colocar nos espaços públicos. As lutas e demandas apresentadas pelos atingidos giravam em torno de pautas como: água, terra fértil e estoque pesqueiro, uma vez que os impactos causados provocaram uma diminuição na produtividade necessária à própria sobrevivência dessas comunidades.

Historicamente, o cenário de guerras mundiais e, em seguida, da assim chamada Guerra Fria, marcou as modalidades de busca por solução de conflitos e formação de consensos que se desenvolveram ao longo do século XX. Surge, com isso, a perspectiva da resolução negociada de conflitos, presente em uma série de organizações e agências de cooperação internacional (VIÉGAS; PINTO; GARZON, 2014). Um fato importante mencionado pelos autores sobre o desenvolvimento da perspectiva de resolução de conflito, foi que seu surgimento ocorre em consonância com a ideia de consenso, sobretudo a partir do Consenso de Washington. Desse modo,

[...] esta invade as agendas públicas internacionais de discussão sobre o desenvolvimento, especialmente em matéria de combate à pobreza e de políticas sociais. A partir de então, os “consensos”, emanados, em sua grande maioria, das agências internacionais da ONU (como Banco Mundial, PNUD etc.) passam a tratar de objetivos, compromissos, instrumentos estabelecidos em conferências que trazem geralmente o nome da cidade onde as mesmas foram realizadas: Monterrey, Cairo, Beijing, Copenhague etc. (VIÉGAS; PINTO; GARZON, 2014, p. 39-40).

Nesse contexto histórico, há dois cenários antagônicos mencionados pelos autores quanto à concepção negociada de conflitos: 1) contrariar tal proposta é colocar-se fora das novas formas de relacionamento internacional estabelecidas pelas agências multilaterais; 2) concordar com tais consensos “envolve submeter-se à aceitação de tudo o que os envolve: a moral da compaixão, a técnica da focalização, a correção das fraudes, as metodologias de resolução de conflitos e divergências etc.” (VIÉGAS; PINTO; GARZON, 2014, p. 45). Esse panorama é reafirmado por Acselrad (2010), ao mencionar que os organismos multilaterais, empresas e governos estão alinhados a propósitos comuns no que concerne à “substituição do projeto contestatório, por uma

atuação técnico-científica associada ao discurso do localismo e à aplicação de tecnologias de formação de consensos” (p.107).

É perceptível, em face das contradições do modo de produção capitalista, a busca pela criação de mecanismos de controle para a formação de consensos, cujos objetivos direcionam-se ao apaziguamento das populações que sofrem com os impactos das grandes obras realizadas em seus territórios. Esses mecanismos são primordiais para a reprodução do discurso supraclassista e para a despolitização dos espaços de reivindicação e discussão. No fundo, a tônica do discurso que comparece direciona-se a atender os interesses expressos por figuras que personificam o grande capital (por exemplo: dirigentes empresariais, acionistas), “democratizando” os danos causados ao meio ambiente e privatizando os lucros.

Ainda se tratando do processo de formação de consensos e da atuação política dos setores comprometidos com a perspectiva aqui criticada, Zhouri (2008), aponta que:

O jogo político dá-se, então, no âmbito do paradigma da adequação ambiental, o qual é destinado a viabilizar o projeto técnico, incorporando-lhe algumas “externalidade” ambientais e sociais na forma de medidas mitigatórias a compensatórias, desde que essas, obviamente, não inviabilizem o projeto do ponto de vista econômico-orçamentário. Dessa forma, assegura-se a dominação do espaço de tomada de decisões por uma visão hegemônica do que sejam as possibilidades de “uso” dos recursos naturais a partir da lógica do mercado (ZHOURI, 2008, p. 100).

Isso posto, abordaremos a seguir o tema dos métodos e instrumentos empregados para a solução de conflitos, mais especificamente o Termo de Ajustamento de Conduta, considerado um instrumento alternativo extra judicial.

A constituição e a implantação de dispositivos legais para a solução de conflitos iniciaram-se na década de 1980, voltados para questões interpessoais ou grupos, com intuito de dar uma nova roupagem às instituições de mediação de conflitos, como, por exemplo, o Ministério Público. As assim chamadas “soluções” alternativas ou extra judiciais buscavam, através das instituições, direcionar as ações de seus profissionais na mediação/negociação de problemas das partes envolvidas sem passar por um processo de judicialização do fato (VIÉGAS; PINTO; GARZON, 2014).

A nova forma de lidar com situações de conflitos está adjetivada a uma lógica que se pauta em termos como “eficiência e eficácia, na harmonia e pacificação, no consenso e solidariedade” (VIÉGAS; PINTO; GARZON, 2014, p. 03), com a tônica de dar

celeridade às questões e desburocratizar as formas de lidar no trato dos conflitos. Esses tipos de soluções alternativas não judiciais têm sido fomentados e utilizados na área do debate ambiental, atraindo ingredientes novos para as esferas pública e privada brasileiras. Ao mesmo tempo, é importante considerar que essa nova configuração caracteriza-se “como fruto da busca por uma nova hegemonia discursiva, que passa a ser concorrente com o discurso judicial” (VIÉGAS; PINTO; GARZON, 2014, p. 03).

As leis e normativas elaboradas nesse âmbito da disputa política procuram adaptar o trato com o meio ambiente e a sociedade a propostas supostamente técnicas, via medidas reparatórias ou compensatórias. Um bom exemplo sobre essa questão são os processos de licenciamento ambiental⁴² que não cumprem suas devidas prerrogativas. De acordo com Zhouri (2008):

O processo de licenciamento ambiental, neste paradigma, deixa de cumprir sua função precípua de ser um instrumento de avaliação da sustentabilidade socioambiental das obras para ser um mero instrumento viabilizador de um projeto de sociedade que tem no meio ambiente um recurso material a ser explorado economicamente (ZHOURI, 2008, p.101).

O Termo de Ajustamento de Conduta é um dispositivo extrajudicial que foi introduzido na lei brasileira em 1990, através do art. 211 da Lei Federal nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Ainda no mesmo ano, por meio do art. 113 da Lei Federal nº 8.078/90⁴³ – O código de Defesa do Consumidor – mudou a Lei Federal 7.347/85 – Lei de Ação Civil Pública, complementando que as instituições públicas pudessem obter o Termo de Ajustamento de Conduta junto aos interessados, na forma dos requisitos legais (VIÉGAS; PINTO; GARZON, 2014).

Tal parágrafo inovou o Direito Brasileiro por admitir que órgãos públicos legitimados à Ação Civil Pública ou Ação Coletiva pudessem compelir o causador dos danos de direitos difusos, coletivos ou indivíduos homogêneos a ajustar sua conduta ao estabelecido legalmente através de acordos. Caso as obrigações acordadas sejam descumpridas, este termo serve como título

⁴² Sobre o licenciamento ambiental, ver Lei nº 6.938/81 – Dispõe sobre a Política Nacional do meio Ambiente e mecanismos de formulação e aplicação. Ver também Lei nº 9.746/18 – Dispõe sobre a padronização e certificação de procedimentos de licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidoras ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

⁴³ Esta lei dispõe sobre a proteção do consumidos e dá outras providências. “O art. 113 da Lei Federal nº 8.078/90 acrescenta os § 4º, 5º e 6º ao art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985. Dentre eles, cabe especial destaque ao § 6º, que estabelece que os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante combinações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial” (VIÉGAS; PINTO; GARZON, 2014, p.04).

executivo extrajudicial fundado em obrigação de fazer ou não fazer (DORNELAS, et al. 2016, p. 348).

O uso deste dispositivo na busca de solução de conflitos apresenta posicionamentos e decisões políticas com variados propósitos, podendo se dar tanto para a busca e a garantia de direitos quanto para atender aos anseios econômicos particulares “mediante a salvaguarda de empreendimentos e atividades produtivas sob a justificativa de sua suposta ‘utilidade pública’ ou de seu premido ‘interesse social’” (VIÉGAS; PINTO; GARZON, 2014, p. 08). Uma outra característica apontada pelos autores no uso do TAC se dá no campo das supostas celeridade e eficiência, o que, entretanto, com a ausência de parâmetros objetivos para a implementação do dispositivo não se concretiza, uma vez que determinadas obrigações definidas no termo são prorrogadas permitindo que “práticas ambientalmente agressivas ao meio ambiente e à saúde humana sejam mantidas sob a égide da lei⁴⁴, na forma do Termo de Ajustamento de Conduta” (VIÉGAS; PINTO; GARZON, 2014, p. 12).

No que concerne à eficácia social do TAC, os autores aqui citados afirmam que ela só poderá ser concebida se os órgãos que o aplicam conseguirem envolver uma ampla participação democrática dos setores populares, com vistas a contribuir no processo de politização e reflexão de questões que perpassem as demandas dos sujeitos envolvidos (VIÉGAS; PINTO; GARZON, 2014). O estudo e análise do nosso objeto de pesquisa irá nos conceder elementos concretos para verificar se tal situação, mencionada pelos autores, está correta. Há questões bem mais complexas, decorridas os aspectos de interesses de classe que permeiam tal dispositivo. Participação sem poder de decisão é apenas uma ilustração superficial de democracia nas instâncias da Renova.

O Termo de Ajustamento de Conduta é o dispositivo apresentado pelos autores como um mecanismo que tem protagonizado as mediações de conflito no âmbito das questões ambientais. Tem sido utilizado como instrumento alternativo na resolução de conflitos, determinados em grande parte pelo modelo de desenvolvimento predatório característico do processo de consolidação do modo de produção capitalista nas periferias e, em particular, no Brasil. No próximo item abordaremos o

⁴⁴ No capítulo 4 iremos apresentar exemplos concretos dessa situação, ao tratarmos das condições de execução dos programas de reparação da Fundação Renova.

TAC e sua implementação a partir do desastre ambiental da Samarco, ocorrido em 2015, com a proposta de verificar como o uso desse mecanismo, ao longo desses mais de 05 anos, apresenta problemáticas soluções compensatórias e reparatórias às populações atingidas.

3.2 O TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA NO CONTÍNUO DESASTRE AMBIENTAL DA SAMARCO: ENTRE A LÓGICA EMPRESARIAL E A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Para tentar mediar e tratar das condições subsequentes ao desastre, o Estado e as empresas mineradoras assinam o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta. Como já mencionado no tópico anterior, trata-se de dispositivo extrajudicial, sendo usado para, supostamente, solucionar situações de conflito, orientado na proposta de “harmonizar” e “pacificar” os diversos interesses das comunidades atingidas (ZORZAL E SILVA; CAYRES; SOUZA 2019). Assim, as 260 cláusulas presentes no acordo, com vistas a “harmonizar” situações dessa natureza, procuram dar condições institucionais que possibilitem orientar e desempenhar “as ações de reparação, mitigação e compensação para o maior desastre socioambiental envolvendo rejeitos de mineração do mundo [...]” (ZORZAL E SILVA; CAYRES; SOUZA 2019, p. 03).

Figura 2: Percurso da lama até a chegada na foz do Rio doce.



Fonte: Barcelos, 2015.

As referidas autoras apontam um importante fator a se considerar quanto à dimensão política do emprego deste instrumento:

Está claro, portanto, que o adequado entendimento da dimensão política que perpassa o TTAC implica em considerar como pano de fundo, de um lado as mudanças efetuadas nas gramáticas do sistema jurídico brasileiro direcionada à resolução de conflito de natureza difusa, e de outro, a conjuntura crítica de ingovernabilidade e de tensões políticas que marcou o cenário nacional brasileiro durante todo o ano de 2015 – que veio culminar com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016 (ZORZAL E SILVA; CAYRES; SOUZA 2019, p.06)

Esses apontamentos nos ajudarão a analisar o modo como estão se comportando as instituições encarregadas de acompanhar e gerenciar a implantação dos programas e ações do TTAC em nível da esfera federal, nos dois estados e municípios que foram atingidos pela lama da Samarco. A saber mais especificamente, em que medida os órgãos federais intervêm na instrumentalização e efetivação dos programas em cada

estado e municípios que sofreram os danos ambientais e sociais (ZORZAL E SILVA; CAYRES; SOUZA, 2019).

Oficialmente, o TAC foi assinado no dia 02 de março de 2016 pelos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e pelas mineradoras. O dispositivo apresenta uma série de medidas interventivas através de programas de caráter socioambiental e socioeconômico, visando a atender às cidades e comunidades que foram afetadas pelo escoamento do minério ao longo de seu trajeto. No entanto, quanto à participação dos atingidos nos espaços de decisão, “o acordo foi elaborado e negociado sem qualquer tipo de participação dos atingidos, de modo que estes não puderam opinar sobre os termos de ajuste” (LOPES, 2016, p. 380).

Há também neste contexto alguns empecilhos quanto à efetiva execução dos programas apresentados no TAC, decorrente da sua estrutura institucional complexa preliminarmente negociada. A criação da Fundação Renova foi a resultante deste acordo, cuja forma complexa mencionada concede uma vasta capacidade nos processos decisórios por parte das empresas mineradoras. Reafirmando uma leitura sob essa mesma ótica, os autores Coelho, Milanez e Pinto (2016), descrevem que:

Dentro do contexto das relações entre Samarco/Vale/BHP Billiton, o Estado e comunidades, talvez o episódio que melhor represente as relações de poder, as estratégias e a capacidade de influência das empresas tenham sido a assinatura do “Termo de Transação e Ajustamento de Conduta” (Acordo), em março de 2016 (COELHO; MILANEZ; PINTO, 2016, p. 199).

Apesar da constituição do Comitê Interfederativo⁴⁵ na função de direcionar, validar e fiscalizar os programas executados, a decisão da estrutura técnica operativa e a forma como os mesmos serão efetivados ficaram sob responsabilidade da Fundação, a qual exerce o papel de atuar conforme os interesses das empresas que a financiam.

Um dos grandes desafios na implementação do TTAC está na forma como foram feitas a construção e a execução dos programas, pois o referido dispositivo estabelece a

⁴⁵ Instância de governança externa da Fundação Renova, presidido pelo Ibama e composto por representantes da União, dos governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, dos municípios impactados, das pessoas atingidas, da Defensoria Pública e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (IBAMA, 2020). No capítulo 04 iremos tratar de forma mais aprofundada sobre o Comitê Interfederativo e sua constituição organizativa.

participação⁴⁶ das comunidades atingidas em todas as fases de sua implementação, assim como a permissão do acesso às informações através de uma linguagem compreensível a pessoas exteriores ao meio jurídico⁴⁷. Todavia, o que se tem apresentado por parte das empresas é uma aparente negligência quanto a esses instrumentos, bem como o total descumprimento do acordo (ZORZAL E SILVA, 2019). Em termos de “garantias” participativas das comunidades atingidas nas instâncias Renova, ela só ocorreu após a assinatura do TAC – Governança⁴⁸ em 2018, pois até então, o único meio de participação era por via de audiências públicas⁴⁹ (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2018b).

Uma consideração importante a ser feita diante desse arranjo institucional é que a celeridade, apontada como relacionada à efetividade das decisões em situações de conflito por meio do TAC, não é garantida apenas pelo fato da assinatura do acordo. A concretude das medidas acordadas necessita sobretudo da atuação social dos atingidos, haja vista que são os principais interessados diante da problemática socioambiental apresentada: os atores envolvidos nessas situações são geralmente pertencentes a camadas populares, trabalhadores informais, com baixa remuneração e com limitado poder de voz nos espaços públicos decisórios (COELHO; MILANEZ; PINTO, 2016). Assim,

[...] um TAC que tem como objeto o maior desastre ambiental do Brasil deveria ter suplantado uma visão representativista e tecnicista e contando com a participação efetiva dos grupos atingidos entre eles: trabalhadores rurais, moradores, sindicatos do setor da mineração, povos indígenas e etc. na negociação das condições de modo, tempo e lugar para as adequações de conduta ambiental (COELHO; MILANEZ; PINTO, 2016, p. 203-204).

Diante dos apontamentos feitos pelos autores, observa-se que os espaços organizativos da Fundação Renova foram estruturados justamente para retalhar a

⁴⁶ **Cláusula 11:** Entende-se como participação nos PROGRAMAS a possibilidade de os IMPACTADOS efetivamente participarem, serem ouvidos e influenciar em todas as etapas e fases decorrentes do presente acordo, tanto na fase de planejamento como na efetiva execução dos programas e ações referidas neste acordo, devendo tal participação ser assegurada em caráter coletivo, seguindo metodologias que permitam expressão e participação individual, nos termos deste acordo (BRASIL, 2016, p.28).

⁴⁷ **Cláusula 12:** O acesso à informação implica que todo os PROGRAMAS decorrentes deste Acordo devem ser de acesso público e divulgados em linguagem acessível aos impactados, devendo ser apresentados de uma forma transparente, clara e, sempre que possível, objetiva (BRASIL, 2016, p.28).

⁴⁸ Iremos tratar sobre o TAC-Governança no item 3.3.

⁴⁹ **Cláusula 61:** Fica reconhecida a multiplicidade de formas e procedimentos de divulgação e efetiva participação social, desde audiências públicas até o uso de múltiplas mídias de modo a favorecer uma participação esclarecida (BRASIL, 2016, p. 44).

participação das pessoas atingidas, neste sentido cabe destacar a importância da mobilização social e participativa para além das esferas institucionais (empresa causadora da tragédia e Estado), como “canais e espaços democráticos de comunicação, debate e deliberação por parte dos atingidos, os movimentos sociais e grupos parceiros (DORNELAS, et al. 2016, p. 364). O rompimento da barragem da Samarco e os danos do desastre permanecem cotidianamente sobre as vidas dos atingidos, a elas é negado o direito de ter condições de tentar reconstruir seu modo de vida.

3.3 O TAC-GOVERNANÇA E OS LIMITES DA PARTICIPAÇÃO EFETIVA

O Termo de Ajustamento de Conduta-Governança, ou TAC-Governança⁵⁰, assinado em 25 de junho de 2018, corresponde a uma proposta de reestruturar o modelo do acordo assinado entre União, estados de Minas Gerais e Espírito Santo e empresas mineradoras. Essa medida visa a reajustar os programas, projetos e ações elaborados nos processos de reparação e compensação do rompimento da barragem da Samarco (BRASIL, 2018a).

A forma como foi estabelecida a assinatura do TTAC entre as empresas causadoras do rompimento da barragem, bem como as medidas de mitigação no plano ambiental, social e econômico foram alvo de contestação pelo Ministério Público Federal, movimentos sociais e comunidade científica. Uma outra questão apresentada por essas entidades, foi quanto à estrutura institucional para a deliberação e execução dos programas, tal como a limitada participação dos atingidos nos principais processos decisórios (SOUZA; CARNEIRO, 2018; BRASIL, 2019).

Milanez e Losekann (2018) ao realizar uma análise do TAC-Governança, entendem que o arranjo apresentado no acordo não foi definido em determinado momento por um ator específico, mas concebido pela interação de diversos sujeitos, com múltiplas capacidades e relações desiguais de poder. Os autores consideram que o TAC-Governança deve ser interpretado como uma emenda do TTAC, firmado em 2016.

⁵⁰ O TAC-Governança foi firmado no âmbito de duas ações judiciais que tratam do desastre do Rio Doce – uma delas proposta pelo Ministério Público Federal, a outra ajuizada pela União e pelos governos de Minas Gerais e do Espírito Santo (BRASIL, 2018a).

Na trajetória dos termos extra judiciais assinados desde a tragédia ocorrida em novembro de 2015, o TAC-Governança é o quarto acordo assinado, sendo o TTAC o primeiro, e não contou com a participação dos atingidos, tampouco com a anuência por parte do Ministério Público e das Defensorias Públicas. Em seguidas foram celebrados o Termo de Ajustamento Preliminar e o Termo Aditivo ao TAP, ambos firmados com o Ministério Público, entretanto ainda sem a presença dos atingidos (SOUZA; CARNEIRO, 2018).

Segundo Vieira (2019), as negociações estabelecidas após 2016 foram direcionadas na busca do aperfeiçoamento dos dispositivos de controle e no monitoramento das medidas reparatórias e compensatórias firmadas com as empresas mineradoras. Neste processo de aprimoramento, Vieira (2019) menciona o Termo de Ajustamento Preliminar (TAP) e o Termo aditivo ao TAP, descrevendo a síntese de suas definições e objetivos de atuação:

Em janeiro de 2017 foi firmado um termo de Ajustamento Preliminar (TAP) que definiu a contratação de organizações para atuarem como peritos, assessorias técnicas e assistentes do MPF, visando à realização de diagnósticos socioambientais e socioeconômicos da situação pós-rompimento da barragem de Fundão [...] (VIEIRA, 2019, p. 76).

Meses depois, em novembro de 2017, foi assinado um Termo Aditivo ao TAP, [...]. O Aditivo ao TAP estendia o direito à contratação de assessorias técnicas também às pessoas atingidas ao longo da bacia do Rio Doce. Significando que poderiam contratar, por livre escolha, um grupo de profissionais especializados que os auxiliassem em questões técnicas, jurídicas, entre outras, garantindo-lhe o suporte necessário para dialogarem com o mesmo nível de conhecimento dos funcionários e representantes dos órgãos legitimados do sistema de governança instituído pelo TTAC, [...] (VIEIRA, 2019, p. 76-77).

A escolha das assessorias técnicas foi considerada um ganho importante no contexto transitório dos Termos assinados. Tal situação só pode ser efetivada a partir do Termo Aditivo ao TAP⁵¹. Mesmo não sendo um direito reconhecido em lei, este foi um passo avaliado como fundamental para que o atingidos tivessem a oportunidade de uma assessoria técnica de sua confiança, permitindo maior autonomia e organização nos processos decisórios (SOUZA; CARNEIRO,2018). Apesar de aprovadas nos termos

⁵¹ Foi o Fundo Brasil de Direitos Humanos - entidade do MPF, a responsável pela realização da escolha das empresas contratadas para a realização das Assessorias Técnicas aos atingidos (SOUZA; CARNEIRO,2018). Nesse processo ficaram de fora as cidades “mineiras de Mariana, Barra Longa e suas adjacências (Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Distrito de Xopotó), que já encontravam com as respectivas assessorias técnicas contratadas ou em via de contratação” (SOUZA; CARNEIRO,2018, p. 48).

assinados desde de 2016, veremos no próximo capítulo que grande parte das comunidades atingidas encontram-se desassistidas de tais assessorias.

Com a assinatura do TAC-Governança, foi estabelecida a formação de instâncias consultivas compostas apenas por atingidos. O estabelecimento dessas instâncias permitiu o amparo às assessorias técnicas e a previsão da constituição do Fórum de Observadores⁵². Milanez e Lozekann (2018) apontam essa dinâmica participativa como uma das principais mudanças na estrutura definida pelo TTAC, pois permite o monitoramento das ações desempenhadas pela Renova, assim como das consultorias técnicas contratadas pelo Ministério Público (MILANEZ; LOZEKAN, 2018).

Contudo, o referido dispositivo extra judicial não trata meramente apenas da participação. Ele combina distintas formas e perspectivas de diferentes atores, no que tange ao processo da configuração e deliberação em relação aos modos de compensação do desastre (MILANEZ; LOZEKANN, 2018). Conforme mencionado pelos autores, é possível conceber “duas lógicas normativas propostas: uma governativa e outra participativa” (MILANEZ; LOSEKANN, p. 31). Sendo assim:

A lógica governativa está mais ligada ao modelo já existente criado pelo TTAC. Ela envolve tanto os agentes privados, quanto as instâncias criadas para acomodar o, já fraco, controle governamental. Esse modelo é dual, tentando se equilibrar na interação entre uma instância decisória (Diretoria Executiva da Fundação Renova) e uma instância de fiscalização e controle (o Comitê Interfederativo). Seguindo a “racionalidade dos modelos de governança, ela transmite ao setor privado o protagonismo e reduz a atuação do Estado.

A lógica participativa, por sua vez, está mais ligada à proposta do MP e da Defensoria Pública (DP) de incluir as comunidades atingidas de forma institucionalizada no debate sobre as ações de mitigação, compensação e reparação do desastre. Esta inclusão responde, em parte, a um processo de mobilização que foi ampla e difusamente brotando entre as pessoas atingidas nos territórios, e articulando de forma mais organizada pelo Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), entre outras organizações que surgiram no processo. Ao longo do processo, essa mobilização contou com o apoio de grupos acadêmicos e organizações da sociedade civil (MILANEZ; LOSEKANN, 2018, p. 31).

Cabe destacar que o TAC-Governança não suprimiu os acordos anteriormente assinados, no entanto possibilitou modificações no sistema de governança

⁵² “Cláusula Décima Nona – As partes acordam em criar o fórum de observadores, de natureza consultiva, como uma das instâncias de participação e controle social, cujo objetivo será acompanhar os trabalhos e analisar os resultados dos diagnósticos e das avaliações realizadas pelos EXPERTS DO MINISTÉRIO PÚBLICO e acompanhar os trabalhos da FUNDAÇÃO, podendo apresentar críticas e sugestões [...]” (BRASIL, 2018a, p. 10).

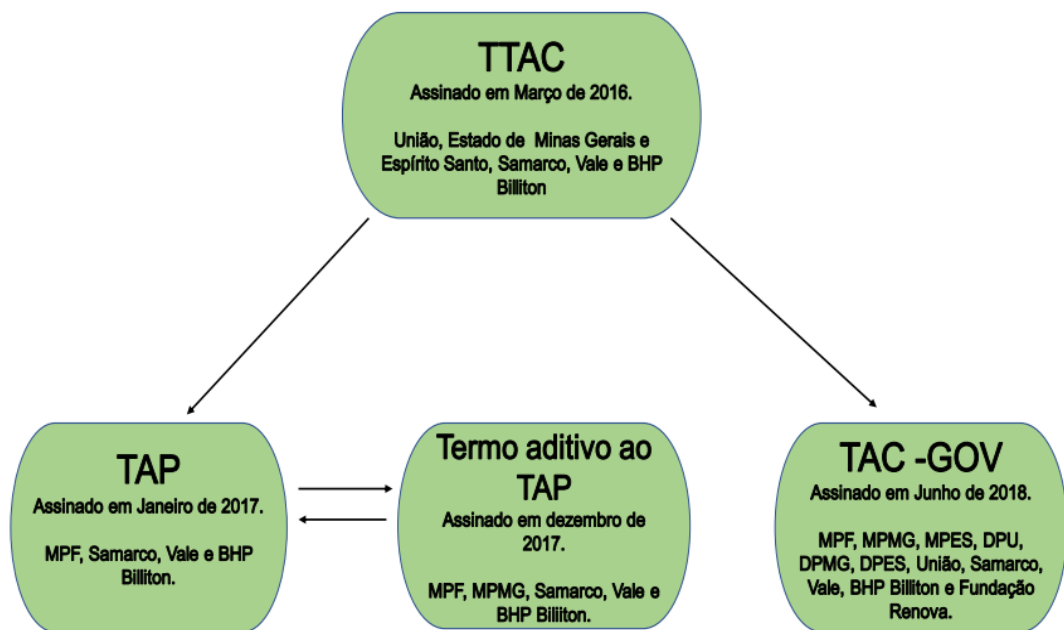
estabelecido pelo TTAC. Tais mudanças, apesar de limitadas, procuraram aperfeiçoar os instrumentos de controle e dar garantias para uma consolidada “participação dos atingidos em todas as fases do processo de reparação dos danos, bem como estabelecer um processo de repactuação dos programas socioambientais e socioeconômicos” (VIEIRA, 2019, p. 77).

Ainda no que concerne à validade dos acordos anteriormente assinados até a elaboração do TAC-Governança, Souza e Carneiro (2018) lembram que:

Na Cláusula Centésima Segunda do TAC-Governança (a primeira das Disposições Finais), há o reconhecimento de que seu conteúdo não invalida os Acordos anteriores (TTAC, TAP e Termo Aditivo ao TAP), naquilo que for compatível com suas disposições. Desta forma, os processos de reparação dos danos decorrentes do desastre de Fundão são disciplinados pelo TAC-Governança e suplementarmente pelo TTAC, TAP e Termo Aditivo ao TAP (SOUZA; CARNEIRO, 2018, p. 47).

Figura 3 – Trajetória dos acordos assinados pós rompimento da barragem da Samarco

CN1



Elaboração própria. Fonte: Sistematização a partir dos seguintes documentos: Termo de Transação e Ajustamento de conduta (2016); Termo de Ajustamento Preliminar (2017a); Termo Aditivo ao Termo de Ajustamento Preliminar (2017b); Termo de Ajustamento de Conduta de Governança (2018a).

A probabilidade de conflitos no arranjo dos documentos referente aos processos de mitigação no caso do rompimento da barragem da Samarco “é bastante factível, tendo em vista que estão em vigor quatro acordos (TTAC, TAP, Termo Aditivo ao TAP e

TAC de Governança) celebrados em circunstâncias muito distintas e marcadas por conflitos de interesses” (SOUZA; CARNEIRO, 2018, p. 49).

Todavia, ressalta-se que, havendo discordância entre os acordos, prevalecerá o que está posto no TAC-Governança. Nos casos referentes à discordância das partes envolvidas (Empresa x Atingidos) na execução dos termos e não havendo consenso, “esta será decidida pelo juízo da 12ª Vara Federal Cível/Agrária de Minas Gerais, que é o foro competente para as questões relativas ao desastre de Fundão” (SOUZA; CARNEIRO, 2018, p. 49).

Neste complexo cenário, temos um “novo” arranjo organizacional empregado para desenvolver o sistema de governança, dado que as ações compensatórias e reparatórias no caso do desastre da Samarco passam agora a constituir-se por esferas consultivas e deliberativas, para além da Renova:

“[...] as pessoas atingidas, nelas incluídas os povos e comunidades tradicionais; as empresas responsáveis pela reparação integral dos danos; os órgãos do Ministério Público (MPF, MPMG e MPES), das Defensorias Públicas (DPU, DPES e DPMG) e de governo (União e os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo); os experts contratados (pelas empresas e pelo MP); as Assessorias Técnicas os observadores (sociedade civil e grupos acadêmicos) (SOUZA; CARNEIRO, 2018, p. 50).

No tocante aos órgão/instâncias previstos no TAC-Governança, encontram-se as Comissões Locais de Pessoas Atingidas; o Fórum de Observadores; as Câmaras Regionais; o Comitê Interfederativo e as Câmaras Técnicas. Todos com as diretrizes de funcionamento e atribuições estabelecidas pelo TAC-Governança [...] (SOUZA; CARNEIRO, 2018, p. 51).

O que pode ser observado em toda a estrutura do TAC-Governança é a tentativa de conciliar o dispositivo já existente à perspectiva de participação nos moldes defendidos pelo Ministério Público. O referido órgão considera que o “novo” acordo de governança traz modificações no sistema de reparação quanto à centralidade em torno da Fundação Renova, pois viabiliza outras formas de participação dos atingidos em espaços em que anteriormente ela não era possível, como o Comitê Interfederativo, as câmaras Técnicas e a Fundação (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2018b). Essas instâncias agora passam a se submeter à fiscalização:

- a) dos atingidos, por meio das Comissões Locais e das Câmaras Regionais;
- b) da Sociedade Civil por meio do Fórum de Observadores;
- c) do Poder Público, que passa a contar com orçamento específico para realizar maior controle das atividades executadas pela Fundação; e

- d) do Ministério Público e da Defensoria Pública, que tem poderes de vetar nomes que não tenham perfil adequado para compor o quadro da Fundação (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2018b, p. 04).

Entretanto, Losekann e Milanez (2018) apontam algumas considerações importantes que devem ser analisadas mediante o “novo” acordo:

Em primeiro lugar, influencia nesse desenho o limitado poder político do MP. Ele tem uma pequena margem de ação negocial, uma vez que, tendo optado pela estratégia de negociação, tem de fazer propostas sempre à estrutura criada pelo TTAC.

Em segundo lugar, há também a limitada capacidade institucional dos técnicos do MP, em propor sistemas de participação. Como procuradores e promotores não necessariamente têm a formação para tal trabalho, e como as negociações prescindiram da participação direta das organizações das pessoas atingidas, as instâncias participativas criadas ficaram bastante limitadas (p.41).

Sob o ponto de vistas dos autores, a argumentação utilizada pelo Ministério Público é a de que não seria plausível “voltar à estaca zero, onde não houvesse Fundação Renova ou CIF. [...] Nesse processo o TAC-Governança acaba por herdar uma série de vícios e fragilidades criados pelo TTAC” (LOSEKANN; MILANEZ, 2018, p. 41). Ainda sobre o empenho do Ministério Público referente às perspectivas da participação, Losekann e Milanez (2018), salientam:

Ao que parece, o MP, apesar de seu esforço, apenas conseguiu emular as formas de participação com as quais estava familiarizado: as audiências públicas (adotadas no formato dos Comitês Locais) e a democracia representativa ou a democracia participativa institucionalizada (adotada nas Câmaras Regionais, no Conselho Curador da Fundação Renova, Conselho Consultivo, CIF e Câmaras Técnicas do CIF). Essa escolha deixou em aberto, por exemplo, questões associadas à participação das comunidades tradicionais, uma vez que o TACG faz apenas uma vaga referência à Convenção 169 da OIT (LOSEKANN; MILANEZ, 2018, p. 41).

Posto isso, Losekan e Milanez (2018) consideram o TAC-Governança como uma investida na institucionalização da mobilização e participação dos atingidos. Todavia, embora a institucionalização possa ser significativa e necessária, esta não precisa ser a única via estratégica empregada pelas comunidades que sofreram o impacto do rompimento da barragem da Samarco. Essa estratégia é apenas uma das ações viáveis, “que pode ser somada a outras, tais como o envolvimento da opinião pública, manifestações, mobilização do direto etc.” (LOSEKAN; MILANEZ, 2018, p. 41).

Em síntese, os autores apontam que as diversas concepções sobre o conceito de participação, presentes no “novo” acordo, trazem incertezas sobre o que se espera com a participação, haja vista que no texto do dispositivo assinado é colocada “grande

parte da responsabilidade na própria capacidade do MP e DP de continuarem o acompanhando o caso” (LOSEKAN; MILANEZ, 2018, p. 42).

A partir das discussões elaboradas neste capítulo, vimos que os TACs acordados estruturam o sistema de governança da Fundação Renova. No próximo capítulo pretendemos abordar a operacionalidade desse arranjo institucional nas instâncias de gerenciamento da Renova, bem como trazer um panorama de sua relação com as empresas mineradoras, órgãos do Estado e com as pessoas atingidas.

CAPÍTULO 04 – OS DESCAMINHOS DA REPARAÇÃO: A FUNDAÇÃO RENOVA COMO MECANISMO INTERVENTIVO DA CLASSE EMPRESARIAL

Neste último capítulo, abordaremos a Fundação Renova, procurando analisar seu complexo sistema de governança, a relação com os órgãos do Estado e, principalmente, com as comunidades atingidas, visando a compreender suas interlocuções no âmbito da luta de classe.

Para nortear o *corpus* de análise de nossa pesquisa, tomaremos como base o conceito teórico desenvolvido ao longo do capítulo 02, sobre Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs). No estudo e descrição da Fundação Renova, utilizamos documentos como relatórios, demonstrativos financeiros, notas técnicas, pareceres e notas políticas elaboradas pela própria Renova, órgãos do Estado (Ministério Público Federal, Conselho Nacional de Direitos Humanos) e Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), bem como fontes diversas (periódicos e notícias de jornais na mídia digital) que têm acompanhado o caso.

4.1 A FUNDAÇÃO RENOVA E SEU ARRANJO INSTITUCIONAL

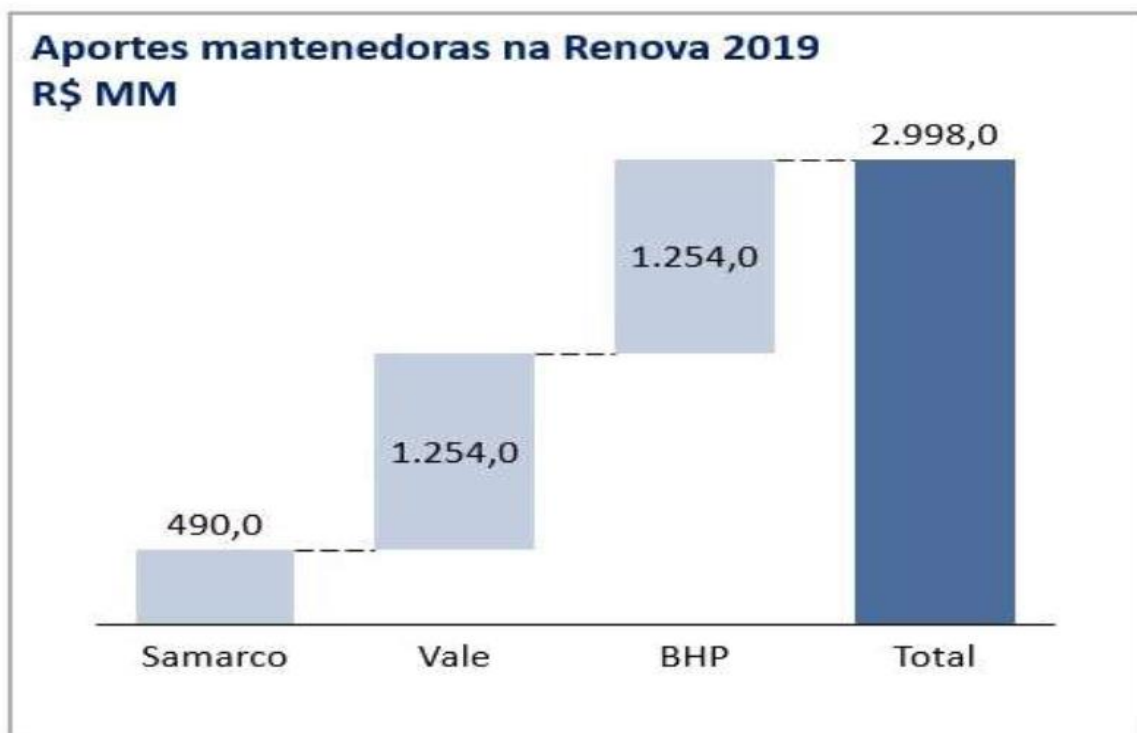
A antessala e gênese da Fundação Renova começa a configurar-se após o rompimento da barragem de Fundão, ocorrido no Complexo Industrial de Germano pertencente à mineradora Samarco S.A, cidade de Mariana-MG. Diante do contexto de devastação socioambiental ocasionado pela lama tóxica, a União, os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, juntamente com os órgãos ambientais e as empresas mineradoras Samarco Mineração S.A, Vale S.A e BHP Billiton Brasil LTDA, assinam, em 02 de março de 2016, o Termo de Ajustamento de Conduta⁵³. O acordo extra judicial estabelecido entre Estado e empresas mineradoras visa a pactuar as formas de reparação e compensação dos danos ambientais, sociais e econômicos causados pelo desastre-crime. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2018a; RAMBOL, 2017).

A Renova, no âmbito jurisdicional, caracteriza-se como pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, sendo, pois, uma entidade pertencente ao ramo do

⁵³ Dispositivo examinado no Capítulo 03 desta dissertação.

Terceiro Setor⁵⁴. O aporte financeiro para o exercício de suas funções é realizado pelas empresas Samarco S.A (mantenedora principal), e as acionistas Vale S.A e BHP Billiton (RENOVA, 2019a).

Figura 4 – Aporte Financeiro das empresas mineradoras a Fundação Renova



FONTE: DEMONSTRATIVO FINANCEIRO RENOVA, 2019b, p.11.

Apesar de a mineradora Samarco S.A constar, no estatuto da Renova, como sua mantenedora principal, os dados do demonstrativo financeiro de 2019 revelam que a maior parte dos aportes financeiros são realizados pelas empresas Vale S. A e BHP Billiton. Veremos mais adiante que as referidas empresas exercem grande influência nas instâncias deliberativas da Fundação Renova, e que tal influência repercute na relação da instituição com os atingidos e, principalmente, na celeridade (ou na ausência dela) das medidas de mitigação nos territórios.

⁵⁴ Não adentraremos no debate sobre a temática do Terceiro Setor. Todavia, cabe mencionar que tal referência integra um conjunto de organizações não-governamentais, organizações da sociedade civil, institutos e fundações, cabendo mencionar algumas reflexões de Montaño (2010) a respeito da utilização do termo: “O termo Terceiro Setor não reúne um mínimo consenso sobre sua origem nem sobre sua composição ou característica. Tal dissenso é clara expressão de um conceito ideológico que não dimana da realidade social, mas tem como ponto de partida elementos formais e uma apreensão da realidade apenas no nível fenomênico. Sem a realidade como interlocutora, como referência, acaba-se por ter diversos conceitos diferentes” (p.58).

A Renova possui um objetivo exclusivo de intervenção que orienta suas ações. Trata-se, no caso, de

gerir e executar medidas previstas nos programas socioeconômicos e socioambientais, incluindo promoção de assistência aos impactos em decorrência do rompimento da barragem de propriedade da Mantenedora Principal, localizada no Complexo de Germano, em Mariana (“Evento”), observada a situação socioambiental e socioeconômica anterior a 05 de novembro de 2015 [...] (RENOVA, 2019b, p.02).

Inicialmente, podemos observar que a Renova é expressão de um acordo entre Estado e empresas mineradoras. Utilizando-se do aparato jurídico burguês e de seus dispositivos legais, as empresas réis, sob o aval do Estado, criam uma instituição que irá gerenciar os danos socioambientais que elas mesmas cometeram. Note-se que tais espaços, plasmados através de ações interventivas e que representam anseios e vontades de um determinado segmento de classe, podem ser entendidos como formas daquilo que Gramsci chamou de aparelho privado de hegemonia.

O modelo institucional interventivo, orientado sob caráter representativo empresarial, não é algo novo para as mineradoras envolvidas no rompimento da barragem. Antes mesmo da criação da Renova, as empresas Vale e Samarco já possuíam instituições/fundações, voltadas para desenvolvimento de projetos sociais destinados a comunidades que estão no entorno de suas edificações, com ações tendentes à mediação de conflitos e à formulação de consensos. Essas empresas, por meio de suas fundações, estão associadas ao grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), e atuam, conforme descrito por Casimiro (2016),

[...] como um aparelho privado de hegemonia que representa certos interesses no sentido econômico e no enfrentamento político nas lutas sociais, aceitando, por um lado, o diagnóstico da desigualdade e pobreza e, por outro, revirando-se para sua concepção de gestão (p.138-139).

Segundo Fontes (2020), a referida categoria possui um papel histórico significativo para a compressão da sociedade civil empresarial brasileira, pois,

[...] tem alcance suficiente para abrigar as diferentes modalidades organizativas, as tendências diversas que se abrigam no âmbito da sociedade civil, os conflitos que se expressam e seu papel na luta de classes e na configuração do Estado capitalista (p.23).

Neste cenário das organizações empresariais, a Renova possui uma modalidade organizativa peculiar, haja vista que seu desenho institucional foi estruturado por meio

de um dispositivo extra judicial, o TTAC. Todavia, tal peculiaridade não exige a entidade de orientar suas ações conforme os interesses das classes dominantes.

A consolidação da Renova só foi possível alguns meses depois da assinatura do TTAC, em 30 de junho de 2016, tendo sua sede estabelecida na cidade de Belo Horizonte-MG. Entre o percurso do desastre até as ações de mitigação, foram 09 meses de espera, iniciando suas ações em 02 de agosto de 2016 (RENOVA, 2016).

Nos primeiros meses das atividades de reparação emergencial, a Renova contava com um pequeno quadro de funcionários constituído por técnicos efetivos, contratações temporárias e por técnicos cedidos pelas empresas mineradoras, conforme descrito no quadro abaixo:

Tabela 2 – Quantitativo de Trabalhadores da Fundação Renova em 2016

Equipe Renova	Homens	Mulheres	Total
Efetivos	41	31	72
Serviços Compartilhados (técnicos das empresas mineradoras)	214	27	241
Contratos Temporários	169	137	306

Elaboração própria. Fonte: Relatório de Atividade/Renova, 2016, p.21.

No cenário mais recente, o demonstrativo financeiro apresentado pela entidade em 2019, revela que as admissões diretas e indiretas passaram a atingir em torno de 6.272 contratações, sendo, pois, este quadro técnico utilizado para as ações interventivas da entidade (RENOVA, 2019b).

Atualmente, apenas 9% dos funcionários pertencentes ao corpo técnico da Renova advém das empresas mineradoras, sendo 8,1% da Samarco, 1% da Vale e 0,2% da BHP Billiton. No começo das atividades, esse percentual representava quase a totalidade dos profissionais da Renova (BERNARDES, 2019 apud VIEIRA, 2019). As alterações no quadro de profissionais ocorrem a partir da mudança do *modus operandi*

na gestão da reparação, das empresas mineradoras para a Renova, de acordo com Vieira (2019):

[...] com o início de suas atividades, ocorre a transição dessa responsabilidade, da Samarco para a Fundação Renova, a qual dá continuidade às ações, já em curso, iniciadas pela mineradora. Embora sem maiores esclarecimentos acerca desse processo de transição, fica evidente que a estrutura de profissionais que já estava em atuação foi aproveitada pela Renova, que passa a assumir a frente da gestão dos processos de reparação, seguindo as normas previstas no TTAC (p. 82).

Apesar da mudança no quadro técnico de funcionários, as empresas mineradoras irão compor a maior parte das representações nas instâncias de governança interna da Renova. Esse aparente “descolamento” da Fundação com as empresas parece procurar ocultar o viés representativo de classe da entidade. Os APHs muitas vezes “tendem a apagar tal comprometimento, apresentando-se como [...], porta vozes da neutralidade informativa inexistente” (FONTES, 2010, p.134)

Segundo o Parecer de Avaliação Participativa do Ministério Público Federal (2018), a composição do quadro técnico de terceirizados e, em consequência, a alta rotatividade de funcionários devido aos contratos temporários feitos pela Fundação Renova, estão entre algumas reclamações mencionadas pelos atingidos. Avalia-se que ela tem comprometido o retorno em relação às demandas apresentadas:

Tal situação ocasiona muito desgaste, pois eles explicam a sua situação ou fazem uma demanda a um funcionário e depois quando voltam com a expectativa de obter o retorno, há outro funcionário, o que faz repetir tudo o que disseram outra vez (p.17).

A contratação de serviços terceirizados tem tornado o acesso às medidas de reparação dificultosas. Tal situação foi herdada desde quando a Samarco iniciou a gestão dos impactos no pós-rompimento da barragem. O relatório do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (2017), o qual contou com a participação dos atingidos nas áreas impactadas às margens da bacia do Rio Doce, descreve que tal prática não é de agora:

e. A Samarco contratou terceirizadas para realizar as obras, que coagem os moradores, pois não há um canal de comunicação que garanta o sigilo para reclamações: uma reclamação feita resulta em represálias diretas pela empresa terceirizada, que “vem pra cima dos atingidos” (CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2017, p. 22).

Essa relação indica a forma funcional e coercitiva das empresas mineradoras em lidar com a situação dos impactos socioambientais. Todavia, agora não mais diretamente com a empresa que cometeu o crime, mas com a Renova e as empresas terceirizadas, capatazes das vontades empresariais, coibindo vínculos e reduzindo os canais de comunicação.

O sistema de governança assinado em 2016 passa por uma reestruturação institucional em 2018, referente à inserção participativa dos atingidos e outros órgãos do Estado. Tal mudança requer de nossa exposição um esforço crítico visando a não perder de vista a totalidade dos fatos, compreendendo a Renova como uma instituição decorrente de determinações antagônicas de classes. A assinatura deste “novo” TTAC⁵⁵ não suprimiu os acordos estabelecidos em 2016, no entanto permitiu mudanças no sistema de governança outrora pactuado. Alegadamente, as mudanças do modelo de governança tiveram como objeto:

I – a efetiva participação das pessoas atingidas na criação, discussão avaliação e fiscalização dos PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES;

II- o aprimoramento de mecanismos de efetiva participação das pessoas atingidas pelo ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO em todas as etapas e fases do TTAC e do presente acordo; e

III- o estabelecimento de um processo de negociação visando à eventual repactuação dos PROGRAMAS; (BRASIL, 2018a, p. 04).

O site da Fundação Renova, ao se referir ao modelo de governança, menciona que seu arranjo institucional procurou possibilitar ações que garantissem a “participação e validação de todos os atores interessados, em especial as pessoas atingidas pelo **evento**, e que a reparação e compensação dos danos estejam em conformidade com os programas estabelecidos no TTAC”⁵⁶. Consideramos que o uso do termo “evento” no site institucional da entidade procura mistificar e desresponsabilizar os verdadeiros culpados pelo maior crime socioambiental do país, apresentando uma postura de solidariedade coletiva e consensual pelo fato ocorrido, protagonizado pelas suas mantenedoras.

Apesar de conter nas cláusulas do TTAC e no site da Renova menções sobre a efetiva participação dos atingidos nas instâncias da Fundação, a realidade tem demonstrado

⁵⁵ Discutimos essa modalidade de governança no item 3 do capítulo 03 desta dissertação.

⁵⁶ Disponível em: <https://transparencia-fundacaorenova.hub.arcgis.com/pages/governanca> acesso em 19/03/2021.

que a situação apresentada é controversa quanto ao que vem sendo vivenciado pelos atingidos. Sobre este cenário, o Parecer de Avaliação Participativa, elaborado pela Força Tarefa do Ministério Público de Minas Gerais, descreve que,

O referido TTAC foi contestado pelo Ministério Público Federal, por movimentos sociais e pesquisadores por diversas razões, entre elas a “ausência de participação efetiva dos atingidos nas negociações”. Com efeito, nem o arranjo institucional desenhado pelo TTAC, nem os programas ali estabelecidos foram discutidos com os atingidos, ainda que se reconhecesse o dever de assegurar aos “impactados” participação nos programas, projetos e ações decorrentes do acordo (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2018a, p. 03).

Um outro ponto apresentado no Parecer de avaliação da Força Tarefa, que demonstra que a situação de participação é controversa ao que vem sendo exposto no site da Renova e nos documentos acordados, decorre das contestações feita pelos atingidos referentes à elaboração do TTAC 2016 e do TTAC – Governança 2018:

O primeiro acórdão foi feito e muito criticado por ter sido feito sem a participação dos atingidos. Aí, vocês me fazem um segundo novamente sem a participação dos atingidos. [...] A gente não pode aceitar um negócio desses (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2018a, p. 20).

A única coisa que eu acho que não faz sentido, acho que todo mundo pensa mais ou menos dessa forma, é que o processo venha pronto ou que seja construído sem a participação dos atingidos. Você não pode fazer uma novela com o protagonista da novela não participando. O galã da novela tá doente e você o põe só no último dia da novela. Muitos acordos são feitos sem a participação do atingido. [...] Você decidir a vida do atingido sem a participação dele é um processo fora de questão. Eu é que sei o que eu quero. Eu é que sei o que é bom pra mim. Você pode trazer o verde, o amarelo e o azul pra mim, mas eu gosto é do vermelho. Entendeu? Então a participação do atingido é imprescindível. Dos atingidos, não de uma comissão representando os atingidos, nem do poder público representando os atingidos, nem do Ministério Público representando os atingidos. Mas sim do Ministério Público, poder público e da comissão de atingidos e os atingidos juntos, construindo o processo (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2018a, p. 21).

Como podemos observar, a participação efetiva nas instâncias decisórias da Renova é uma das grandes lacunas apresentadas pelos atingidos em ambos os TTAC's. Para entender esse cenário, iremos adentrar em nossa discussão na forma organizativa interna e externa das instâncias que fazem parte do desenho institucional da Renova.

Para gerir as ações através dos programas estabelecidos pelo TTAC, a Renova se estruturou por meio dos seguintes componentes: **A governança Interna**, composta pelo Conselho Curador, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo, e a **governança externa**, constituída pelo Sistema CIF (Comitê Interfederativo),

câmaras regionais, comissões locais, conselho consultivo e fórum de observadores (RENOVA, 2021).

No próximo item, iremos fazer uma breve explanação sobre o papel de cada componente estabelecido no desenho institucional da Fundação, a fim de compreender os seus objetivos, suas ações e quem os compõe, analisando se de fato esses espaços têm permitido participação democrática dos atingidos nos espaços dos processos decisórios.

4.2 A GOVERNANÇA INTERNA DA FUNDAÇÃO RENOVA

De forma geral, a estrutura de governança da Renova é responsável pelo gerenciamento das contratações e parcerias ao longo dos processos de mitigação, sendo a administração e a organização interna constituída pelos órgãos do Conselho Curador, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo. Há ainda a Ouvidoria e a Compliance Conformidade e ambas estão diretamente ligadas ao Conselho Curador (RENOVA 2016; 2019a). Para realizar a apresentação e discussão da governança interna, elaboramos o quadro abaixo⁵⁷ com intuito de facilitar e tornar compreensível o papel, a competência e a composição de cada órgão mencionado:

Tabela 3 – Estrutura e composição representativa interna da Renova

Órgão	Objetivo	Composição	Representantes
Conselho de Curadores	- Tem a atribuição de aprovar os planos, programas e projetos, indicados pela Diretoria Executiva da Fundação Renova, sendo ouvido o Conselho Consultivo	Formada por 09 membros, sendo: - 02 membros escolhidos por meio de articulação das Câmaras Regionais, podendo ser compostas por atingidos ou técnicos por eles indicados; - 01 membro indicado pelo Comitê Interfederativo;	Representações não informadas; CIF: - Wilson Robert Grossi (Engenheiro Geólogo);

⁵⁷ A forma de exposição foi escolhida pelo pesquisador com o objetivo de trazer uma explanação mais didática, visto que as formas textuais encontradas nos documentos mencionados, apresentam estruturas textuais baseadas em normativas jurídicas ao qual enrijecem o debate.

		<p>- 06 membros indicados pelas empresas mineradoras, sendo duas representações da Samarco Mineração S.A, Vale S.A e BHP Billiton Brasil LTDA, segundo o TAC-GOV, dessas 06 representações, 03 terão que atender critérios de especialização em: meio ambiente e ecologia; temas socioeconômicos e na área jurídica, sustentabilidade e terceiro setor.</p>	<p>Empresas Mineradoras:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ivan A. Frediani (Advogado), representante da BHP e Presidente do Conselho; - Pedro Aguiar de Freitas (Advogado), representante VALE e Vice- Presidente do Conselho; - Camilla Lott Ferreira (Engenheira Agrônoma), representante VALE; - Sérgio Márcio de Freitas (Engenheiro Metalurgista), representante VALE; - David James Crawford (Engenheiro de Mineração); representante BHP; - Juliana Carneiro Cota, (Engenheira Civil), representante BHP.
<p>Diretoria Executiva</p>	<p>- Tem a atribuição de elaborar, propor, viabilizar e executar os planos, programas e projetos que foram aprovados pelo Conselho de Curadores, realizam ações específicas na implantação dos projetos e programas aprovados, bem como respondem pelas atividades cotidianas da Renova. Os membros da Diretoria Executiva são indicados pelo Conselho Curador.</p>	<p>Formada por 04 membros diretores, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 01 Diretor Presidente; - 01 Diretor de Engenharia e Obras; 	<ul style="list-style-type: none"> - André de Freitas (Engenheiro Florestal) – Diretor-Presidente, experiência em entidade e organizações sem fins lucrativos (Imafora, Rabobank, Forest Stewardship Council e Sustainable Agriculture Network); - Carlos Eduardo Tannus (Engenheiro Civil) – Diretor de Engenharia e Obras, experiência no setor da construção civil, atuou na direção e supervisão relacionadas ao Programa Minha Casa, Minha Vida;

		<p>-01 Diretor de Programas;</p> <p>- 01 Diretor de Planejamento e Gestão.</p>	<p>- Luiz Scavarda (Engenheiro Elétrico) – Diretor de Programas, experiência de trabalho em empresas multinacionais como Shell e Whirlpool;</p> <p>- Adriano Batista (Engenheiro Elétrico), Diretor de Planejamento e Gestão, experiência de trabalho em empresas como Ambev, Kraft, Foods, Tegma, Falconi e Patense.</p>
Conselho Fiscal	<p>- Sua atribuição direciona-se em realizar atividades de fiscalização da gestão e validação das contas, cabendo verificar a conformidade das ações executadas, de natureza contábil e financeira.</p>	<p>Formada por 07 membros, sendo:</p> <p>- 01 indicação feita pelo Conselho Curador;</p> <p>- 01 indicação feita por cada empresa mineradora, totalizando 03 indicações;</p> <p>-01 indicação feita pela União;</p> <p>- 01 indicação feita pelo Estado de Minas Gerais e;</p> <p>- 01 indicação feita pelo Estado do Espírito Santo;</p>	<p>Conselho Curador:</p> <p>- Thiago Fantini;</p> <p>Empresas mineradoras (Não consta no site da Renova, a quais empresas os nomes abaixo representam:</p> <p>- Josilda Helena Saad</p> <p>- Atif Nazir Janjua</p> <p>- Lucas Brandão Filho</p> <p>Indicação União e Estados:</p> <p>- Luciana Cássia Nogueira</p> <p>- 02 indicações pendentes</p>
Conselho Consultivo	<p>- Sendo um órgão de assessoria da Renova, esse conselho pode opinar sobre os planos, programas e projetos,</p>	<p>Formada por 19 membros, sendo:</p> <p>- 04 representantes indicados pelo Comitê da Bacia do Rio Doce;</p>	

	<p>com vistas a recomendar propostas de soluções para situações presentes e futuras consequentes do caráter dos danos provocados pelo rompimento de barragem. É um conselho que poderá atuar e se manifestar independente dos outros órgão governamentais - (Conselho Curador, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal);</p>	<ul style="list-style-type: none"> - 07 pessoas atingidas, com indicação feita pelos próprios atingidos, na forma que compreenderem adequado, à partir da implementação das Comissões Locais e suas Assessorias Técnicas; - 02 representantes de Ongs, sendo, pois, 01 atuante na área marinha, com indicação do CIF e 01 atuante nas defesas dos direitos socioambientais da área atingida, sendo a indicação feita pelo Ministério Público e ouvido o Fórum de Observadores; - 03 representantes de instituições acadêmicas, uma indicação feita pela Renova, uma pelo CIF e uma pelo Ministério Público; - 02 representantes de organizações que atuam na área de Direitos Humanos, sendo 01 indicado pelo Ministério Público e 01 indicado pela Defensoria Pública; - 01 representante de organizações atuantes no setor de Desenvolvimento Econômico, essa indicação será indicada pela Renova 	<p style="text-align: center;">Representações não informadas</p> <p style="text-align: center;">Representações não informadas</p> <p style="text-align: center;">Representações não informadas</p> <p style="text-align: center;">Representações não informadas</p> <p style="text-align: center;">Representação não informadas</p>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Elaboração Própria. Fonte: BRASIL, 2018a; SITE RENOVA, 2021.

É possível observar na estrutura interna de governança da Renova que as pessoas atingidas pelo desastre-crime ocupam um lugar largamente secundário, considerando que os principais órgão de decisão não acompanham proporcionalidade paritária ou nem mesmo a presença dos atingidos, a exemplo da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

O Conselho de Curadores é um dos principais órgãos nos processos decisórios da Renova, cuja proporcionalidade de participação dos atingidos é sumariamente inferior. Com uma composição total de 09 membros, apenas duas vagas são destinadas à participação da população atingida, uma vaga destinada à representação do CIF e seis vagas são destinadas a representações das empresas mineradoras. Essa situação coloca os interesses dos atingidos em desvantagem em relação aos processos decisórios referentes à aprovação dos programas e projetos indicados. Segundo consta no TAC-Governança (2018), parágrafo décimo primeiro: “As decisões do Conselho Curador serão tomadas pelo voto favorável de, pelos menos, 05 (cinco) de seus membros [...]” (p.19). O próprio dispositivo cujo objeto menciona a “efetiva” participação dos atingidos, legitima a permanência da disparidade nas decisões dos membros do Conselho (Atingidos X Empresas mineradoras), pois, em qualquer das situações, as empresas mantenedoras terão a maioria dos votos referentes às pautas apresentadas.

Os membros da Diretoria Executiva são escolhidos pelo Conselho de Curadores, o que torna ainda mais favorável o manejo e a elaboração de projetos que atendam aos interesses das mineradoras. No Conselho Fiscal, a participação dos atingidos também é inexistente, ficando a cargo das indicações das empresas mineradoras, União e estados do Espírito Santo e de Minas Gerais a fiscalização financeira da Renova.

O único órgão no qual os atingidos possuem maior número de representação é o Conselho Consultivo. Todavia, este não possui caráter gerencial na elaboração/aprovação e execução dos programas da Renova, mas apenas opinativo. Percebe-se, neste cenário, que o arranjo e desenho institucional dos órgãos internos da Fundação foi manejado justamente para impossibilitar a capacidade interventiva dos sujeitos que sofreram com o impacto socioambiental.

O relatório de diligência elaborado pela Comissão Nacional de Direitos Humanos, em 2019, aponta algumas considerações importante que nos ajudam a compreender a funcionalidade desses órgãos:

[...] Na prática, significa que os delituosos decidem como e se fazem as reparações. O Estado não apenas não puniu os responsáveis, como legitima esse arranjo. Avalia-se que a Fundação Renova foi criada também para tirar o foco das empresas: não se fala em Vale e BHP: fala-se em Renova. Uma verdadeira estratégia de propaganda (COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS, 2019, p.15).

Apesar de uma suposta “mudança” no desenho institucional da Renova, o “contexto de uma dada dominação de classes [...], reconstituiu em novos patamares e com novas complexidades, as formas hegemônicas de dominação” (FONTES, 2010, p.139), ou seja, mesmo com a inclusão de novos atores na complexa forma de gerenciamento da Renova, as estruturas e relações de poder das empresas rês permaneceram consolidadas, tornando a participação dos atingidos no sistema interno de governança uma mera formalidade institucional, legitimada pelo Estado.

4.3 A GOVERNANÇA EXTERNA DA FUNDAÇÃO RENOVA

O sistema externo de gerenciamento da Fundação Renova se estrutura através da composição do Comitê Interfederativo, Câmaras Regionais, Câmaras Locais e o Fórum de Observadoras. A consolidação destes órgãos só foi possível após a elaboração e aprovação de uma série de acordos⁵⁸ estabelecidos entre a União, governos estaduais, empresas mineradoras e, em seguida, Ministério Público Federal. Com exceção do Comitê Interfederativo que já existia antes da assinatura do TAC-Governança, essas novas instâncias foram “uma tentativa de institucionalizar a mobilização e participação” (LOSEKANN; MILANEZ, 2018, p. 41).

4.3.1 O Comitê Interfederativo

O CIF atua como uma instância “independente” e externa da Fundação Renova, sendo presidido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e composto por órgãos/representações da União, estados de Minas Gerais e Espírito Santo, municípios atingidos pelo rompimento da barragem e pessoas atingidas dos dois referidos estados. Sua função como instância externa direciona-se a orientar, acompanhar e monitorar a execução das medidas compensatórias e reparatórias descritas no TTAC e TAC-Governança (REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ INTERFERATIVO, 2016a). No quadro a seguir, descrevemos quais os órgãos e nomes que compõem a representação do CIF:

⁵⁸ Ao longo do capítulo 03 mencionamos sobre os referidos acordos: TTAC, TAP, Termo Aditivo ao TAP e TAC- Governança.

Tabela 4 – Membros do Comitê Interfederativo

Representação	Representante	Nome/órgão
Ministério do Meio Ambiente	Presidente do CIF	Eduardo Fortunato Bim Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
	Suplente	Thiago Zucchetti Carrion Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (PFE/IBAMA)
	Titular	Enio Marcus Brandão Fonseca Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
	Suplente	Renato Miranda Carvalho Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
Governo Federal	Titular	Clecivaldo de Souza Ribeiro Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
	Suplente	Tania Mara Garib Ministério da Cidadania (MC)

	Titular	Luciano de Oliveira Gonçalves Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV/PR)
	Suplente	Luz Marilda de Moraes Maciel Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV/PR)
Governo de Minas Gerais	Titular	Renato Texeira Brandão Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM/MG)
	Suplente	Patrícia Rocha Maciel Fernandes Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD/MG)
	Titular	Luis Otávio Milagre de Assis Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG/MG)
	Suplente	Gerlaine Cristine Diniz Romero Comitê Pró-Rio Doce de Minas Gerais
Governo do Espírito Santo	Titular	Fabício Hérick Machado Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA/ES)

	Suplente	Margareth Batista Saraiva Coelho Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA/ES)
	Titular	Severino Alvez da Silva Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES/ES)
	Suplente	Ricardo Claudino Pessanha Secretaria de Estado do Governo para Assuntos Administrativos (SEG/ES)
Municípios Atingidos do Estado de Minas Gerais	Titular	Duarte Eustáqui Gonçalves Júnior Prefeitura de Mariana
	Suplente	André Luiz Coelho Merlo Prefeitura de Governador Valadares
	Titular	Silvério Joaquim Aparecido da Luz Prefeitura de Rio Doce
	Suplente	José Roberto Gariff Guimarães Prefeitura de São José do Goiabal

Municípios Atingidos do Estado do Espírito Santo	Titular	José Barros Neto Prefeitura de Baixo Guandu
	Suplente	Guerino Luiz Zanon Prefeitura de Linhares
Pessoas Atingidas nos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo	Titular	A definir
	Suplente	A definir
	Titular	A definir
	Suplente	A definir
	Titular	A definir
	Suplente	A definir
Defensoria Pública	Titular	Tchenna Fernandes Maso Sociedade Civil
	Suplente	A definir
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce	Titular	José Carlos Loss Júnior CBH- DOCE

	Suplente	Sônia Madali Boseja Carolino CBH- DOCE
--	----------	--------------------------------------------------

Elaboração própria. Fonte: IBAMA, 2021.

Tabela 5 – Integrantes do Comitê Interfederativo⁵⁹

Representação	Representante	Nome/órgão
Ministério Público Federal	Titular	Malê de Aragão Frazão Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo (MPF/ES)
	Suplente	Helder Mágnio da Silva Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais (MPF/MG)
Ministério Público Estadual (MPE)	Titular	Hosana Regina Andrade de Freitas Ministério Público do Estado De Minas Gerais (MPMG)
	Suplente	André Sperling Prado Ministério Público do Estado De Minas Gerais (MPMG)

⁵⁹ De acordo com o TAC-Governança a participação do Ministério Público e Defensoria pública será assegurada, entretanto apenas com direito a voz e sem direito a voto no Comitê Interfederativo.

Defensoria Pública	Titular	Márcio Melo Franco JR Defensoria Pública da União (DPU)
	Suplente	Lígia Prado da Rocha Defensoria Pública da União (DPU)

Elaboração própria. Fonte: IBAMA, 2021.

Para auxiliá-lo nas funções a que compete, o Comitê Interfederativo instituiu, por meio da deliberação nº 07/2016, as câmaras técnicas, cujas atribuições orientam-se a “auxiliar o CIF no desempenho de sua finalidade de orientar, acompanhar, monitorar e fiscalizar a execução das medidas impostas no Termo de Ajustamento de Conduta” (COMITE INTERFEDERATIVO, 2016b, p.01). No total são 11 Câmaras Técnicas⁶⁰ temáticas, responsáveis em dar assistência ao CIF nos 42 programas socioeconômicos e socioambientais.

O *modus operandi* desse sistema institucional inicia-se na Fundação Renova, a qual fica encarregada de realizar estudos e diagnósticos, tendo em vista auxiliar no conteúdo dos projetos para aplicação dos programas estabelecidos no TTAC. Feitas as formulações das ações e metas dos programas, estas são encaminhadas para o Comitê Interfederativo para serem analisadas e aprovadas. Após isso, são enviadas para as Câmaras Técnicas conforme a área temática do documento recebido (ZORZAL E SILVA; BUSSUNGUER, 2019).

No quadro a seguir, apresentamos quais são as Câmaras Técnicas responsáveis por auxiliar o CIF no monitoramento, avaliação e execução dos programas de reparação e compensação da Renova:

⁶⁰ Primeiramente foram criadas dez câmaras técnicas temáticas, conforme a deliberação 07/2016 do Comitê Interfederativo. Em 2017 por meio da deliberação nº 67, essa composição passa para onze câmaras técnicas. Isso ocorre porque a temática saúde é desmembrada dos demais temas: Educação, Cultura e Lazer (IBAMA, Deliberação Nº 07/2016; Deliberação 67/2017).

Tabela 6 - Câmaras técnicas temáticas e programas socioambientais/ socioeconômicos

Câmaras Técnicas	Programas socioambientais
<p>Câmara Técnica de Gestão dos rejeitos e segurança ambiental</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Manejo de rejeitos; ✓ Implantação de sistemas de contenção dos rejeitos e de tratamento nos locais de impacto nos rios; ✓ Programa de educação ambiental e preparação para as emergências ambientais; ✓ Programa de gestão de riscos ambientais 1 da Bacia do Rio Doce;
<p>Câmara Técnica de Restauração e produção de água</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Programa de recuperação ambiental 1 (municípios de Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado); ✓ Programa de recuperação de Áreas de Preservação Permanente ✓ Programa de recuperação de Nascentes; ✓ Programa de fomento à implantação do CAR e dos PRAs na área ambiental 1; ✓ Programa de comunicação nacional e internacional; ✓ Programa de gerenciamento do plano de recuperação ambiental da Bacia do Rio Doce;
<p>Câmara Técnica de Conservação e biodiversidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Programa de conservação da biodiversidade aquática; ✓ Programa de fortalecimento das estruturas de triagem e reintrodução da fauna silvestre; ✓ Programa de conservação da fauna e flora terrestre; ✓ Programa de consolidação de unidade de conservação

<p>Câmara Técnica de Segurança Hídrica e qualidade da água</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos; ✓ Programa de melhoria dos sistemas de abastecimento de água; ✓ Programa de investigação e monitoramento da Bacia do Rio Doce;
<p>Câmaras Técnicas</p>	<p>Programas socioeconômicos</p>
<p>Câmara Técnica de Organização Social e auxílio emergencial</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Programa de levantamento e cadastro dos impactados; ✓ Programa de ressarcimento e de indenização dos impactados; ✓ Programa de Proteção Social ✓ Programa de Assistência aos animais; ✓ Programa de Auxílio Financeiro Emergencial aos impactados; ✓ Programa de gerenciamento dos programas socioeconômicos;
<p>Câmara Técnica de Reconstrução e recuperação de infraestrutura</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Programa de reconstrução, recuperação e realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira; ✓ Programa de recuperação do Reservatório da UHE Risoleta Neves; ✓ Programa de Recuperação das demais Comunidades e Infraestruturas impactadas entre Fundão e Candonga;
<p>Câmara Técnica de Saúde</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Programa de Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada;
<p>Câmara Técnica de Educação, Cultura e Lazer</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Programa de Recuperação das Escolas e Reintegração da Comunidade Escolar; ✓ Programa de Preservação da Memória Histórica, Cultural e Artística; ✓ Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer;

<p>Câmara Técnica de Comunicação, participação, diálogo e controle social</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Programa de Comunicação, participação, diálogo e controle social; ✓ Programa de informação para a população; ✓ Programa de comunicação nacional e internacional
<p>Câmara Técnica de Economia e Inovação</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Programa de Apoio à Pesquisa para Desenvolvimento e Utilização de Tecnologias Socioeconômicas Aplicadas a mediação de Impactos ✓ Programa de Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras; ✓ Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias; ✓ Programa de Recuperação e Diversificação da Economia Regional com Incentivo à Indústria; ✓ Programa de Recuperação de Micro e Pequenos Negócios no Setor do Comércio, Serviços e Produtivo; ✓ Programa de Estímulo à Contratação Local; ✓ Programa de Ressarcimento dos gastos públicos extraordinários dos comprometentes;
<p>Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Programa de Proteção e recuperação da qualidade de vida dos povos Indígenas; ✓ Programa de proteção e recuperação da qualidade de vida de outros povo e comunidades tradicionais;

Elaboração Própria. Fonte: COMITÊ INTERFEDERATIVO 2016b, 2017; ZORZAL E SILVA, 2019.

Ao todo, o Comitê Interfedetativo conta com a participação de 16 membros titulares, sendo sua maioria constituída por representações nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme apresentado na tabela 4. De forma similar ao sistema interno de governança da Renova, a participação das pessoas atingidas nesta instância é ínfima,

e nem mesmo consta no site institucional do Ibama quais os nomes que irão representar os atingidos no CIF.

O relatório consolidado da empresa Ramboll⁶¹, apresentado ao Ministério Público Federal para avaliar as ações de reparação e compensação dos 09 meses iniciais das atividades da Renova, já apontava, ao que parece, o que seria uma regra geral na relação entre empresas e atingidos quanto à estrutura externa e interna de governança:

Se do ponto de vista legal essa divisão formal em duas estruturas separadas de governança – interna e externa – tem respaldo na legislação e tem uma lógica operacional ao definir os papéis e responsabilidade, funções de comando, controle e punição, por outro lado, ela não tem garantido níveis adequados de diálogo, participação social e protagonismo dos Atingidos em seu funcionamento geral (RAMBOLL, 2017, p.212).

As limitações de participação e diálogo nas instâncias da Renova, conforme apontadas no relatório da Ramboll, reaparecem e se confirmam no relato dos atingidos, descrito no Parecer de avaliação participativa do Rio Doce. Dessa vez na discussão referente ao TAC-Governança e à proporcionalidade participativa no CIF:

Uma questão que nós temos é sobre a legitimação da Renova. Porque se a governança passar nos moldes que está sendo discutindo aí, vai haver processo de legitimação da Renova. Pra nós, esse interesse em se discutir governança agora é interesses da empresa e não dos atingidos. Claro que a gente tem que discutir como a Renova funciona, porém o controle da Renova deveria ser feito pelos atingidos e o CIF deveria ser no mínimo paritário. As decisões de como é que vão ser os programas, como é que vão ser distribuídos os recursos, deveriam ser feitas pelos atingidos e não por representações, e a gente já discutiu que teriam formas de fazer isso pelos próprios atingidos (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2018a, p. 44-45).

Ao ver a proposta de nova configuração do CIF eu notei que a participação dos representantes dos atingidos ainda é pequena. Então eu penso que qualquer modelo de governança, falando como atingido residente em Valadares, que não seja o mínimo paritário com a participação dos atingidos não atende. Eu fico pensando em dois representantes das comissões locais indo para um CIF desses e sendo engolidos por interesses dos representantes estatais (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2018a, p.48).

Em relação às câmaras técnicas, os atingidos descrevem certo receio em relação a sua participação, visto que há “prevalência do conhecimento técnico científico sobre o conhecimento local e tradicional na definição de medidas de reparação que afetam diretamente as suas vidas e seus territórios” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL,

⁶¹ Empresa de consultoria contratada para dar suporte técnico ao Ministério Público Federal (LOSEKANN, MILANEZ, 2018).

2018a, p.30). Para além disso, observa-se que o modelo institucional externo de governança possui “um funcionamento complexo e moroso de tomadas de decisões para a situação de urgência exigida pelos múltiplos danos que impactou e vem afetando um grande número de atingidos” (ZORZAL E SILVA; BUSSUNGUER, 2019, p.13).

Podemos observar que o gerenciamento operacional e interventivo da Renova tem sido conduzido para a permanente manutenção do desastre crime. Na matéria realizada pelo jornal digital Século Diário (2019), a fragilidade institucional do CIF diante das ações da Fundação Renova segue sendo uma constante:

O CIF, a propósito, além de patinar na função de fiscalização, ainda assistiu passivamente à saída da Fundação Renova de suas reuniões mensais, sob o argumento de que se sente intimidada pela presença dos atingidos nos encontros, que tem se tornado mais robusta nos últimos meses deste ano.

“No TAC da Governança essa participação deveria ser com apoio de assessorias técnicas, [...]”, explica Heider José Boza, do MAB/ES. “O CIF e a Renova estão com posturas muito ruins. E o CIF está aparentemente muito mais favorável às empresas esse ano”, observa o militante⁶².

4.3.2 Os arranjos da participação social da Renova

A criação de mecanismos participativos, de cunho “decisório” e consultivo da Renova, só foi instituída em 2018 com base no TAC-Governança. Vejamos como se configurou cada espaço de fomento na participação social:

- **Comissões Locais:** Compõem esta comissão as pessoas atingidas residentes nos municípios afetados pelo rompimento da barragem ou como estabelece o acordo: “excepcionalmente, que tenham sofrido danos em atividades realizadas na área de abrangência das respectivas COMISSÕES LOCAIS” (BRASIL, 2018a, p.07) Inicialmente para a realização das atividades haveria a criação de 19 comissões locais, distribuídos nas áreas atingidas, tendo o apoio técnico das assessorias e também com a participação dos órgãos do Poder Público (BRASIL, 2018a). Dentre as atribuições da comissão local firmadas no novo acordo estão:

a) ter amplo acesso, mediante divulgação preferencialmente em meio eletrônico disponível à consulta: (i) as informações sobre os PROGRAMAS que forem entregues pela FUNDAÇÃO ao CIF: (ii) a todo documento e

⁶² Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/2019-um-ano-de-constatacoes-importantes-e-poucos-avancos-para-os-atingidos>, acesso em 03/04/2021.

material compartilhado entre FUNDAÇÃO e as CÂMARAS TÉCNICAS; e (iii) aos documentos, proposta e medidas referentes às matérias pendentes de deliberação pelo CIF que digam respeito à sua respectiva área de abrangência;

b) formular propostas, mediante notas técnicas, bem como críticas e sugestões sobre a atuação do CIF, da CÂMARAS TÉCNICAS e da FUNDAÇÃO, com apoio das ASSESSORIAS TÉCNICAS, se for o caso;

c) formular propostas, mediante notas técnicas, com apoio das ASSESSORIAS TÉCNICAS, bem como críticas e sugestões, vinculadas ao seu território de abrangência, relativamente às ações dos PROGRAMAS;

d) articular-se com as demais comissões que integrem o âmbito territorial de abrangência da respectiva CÂMARA REGIONAL, de modo a definir sua forma de participação e pauta das reuniões, com o fim de atingir a maior efetividade;

e) exercer outras atribuições, respeitado o objeto e os limites do ACORDO (BRASIL, 2018a, p. 08).

- **Fórum de Observadores:** essa instância caracteriza-se como um espaço de participação e controle social de natureza consultiva, ficando responsável por “acompanhar os trabalhos e analisar os resultados dos diagnósticos e das avaliações realizadas pelos EXPERTS DO MINISTÉRIO PÚBLICO e acompanhar os trabalhos da FUNDAÇÃO” (BRASIL, 2018a p. 10). Os Experts do Ministério Público que o documento menciona, são as empresas de consultoria contratadas para dar suporte técnico ao Ministério Público Federal na realização de audiências Públicas e avaliação do diagnóstico socioeconômico das ações desenvolvidas pela Fundação Renova, esse trabalho de assessoria tem sido desenvolvido pela Fundo Brasil de Direitos Humanos e pela Fundação Getúlio Vargas respectivamente (BRASIL, 2017b).

O Fórum de observadores é composto por membros da sociedade civil, comunidade acadêmica, pessoas atingidas e comunidade tradicionais que foram atingidas. No caso das representações da sociedade civil (entidade, movimentos sociais e grupos acadêmicos), serão 12 membros indicados através do Ministério Público, com critérios de representatividade e confiança junto aos atingidos (BRASIL, 2018a).

- **Câmaras Regionais:** a indicação para composição desta instância é feita pelas comissões locais, conforme cada região de abrangência. Ao todo serão 06 Câmaras Regionais, que em consonância com a Fundação Renova poderão propor mudanças e alterações nos programas e projetos de mitigação realizadas pela Renova. O Comitê Interfederativo, as Câmaras Técnicas, o Ministério Público e Defensoria Pública

poderão compor esta instância, com direito a voz, mas sem direito a voto (BRASIL, 2018a).

Realizada uma breve explanação dos respectivos espaços de participação social, cabem-nos algumas reflexões quanto a sua funcionalidade no plano efetivo de tomadas de decisão, referentes às ações de mitigação da Renova.

A primeira questão a ser observada no arranjo das instâncias de participação social da Renova é a condição da possibilidade de aparelhamento destes espaços pela entidade, considerando que estes locais de participação foram planejados sem contribuição coletiva dos atingidos. Isso posto, há de mencionar que a condição e reconhecimento de quem foram as pessoas atingidas ficaram a cargo da Renova, bem como os critérios de condicionalidade para inserção nos programas de mitigação e o reconhecimento dos territórios afetados pelo rompimento da barragem. Todo este arranjo, moldado pela instituição, afeta diretamente o processo de autonomia organizativa dos atingidos, mesmo que apresente uma aparente participação social – ou talvez justamente na medida em que admite a participação social, mas das formas que vêm sendo examinadas aqui.

O Parecer de avaliação participativa do Rio Doce descreve determinadas situações quanto ao como tem acontecido o processo de reconhecimento dos atingidos pela Fundação Renova:

Outra fonte frequente de reclamações foi identificada na adoção pela Renova de critérios para definição de atingidos, que não correspondem a qualquer elemento relevante para a caracterização da vida socioeconômica das comunidades. A adoção da linha de 1 Km de distância da moradia com relação ao Rio Doce, como critério para definição de quem é ou não pescador, foi apontado pelos atingidos como o exemplo mais proeminente desse tipo de conduta.

A Fundação Renova os trata de maneira fragmentada, não considerando a integralidade dos danos causados a cada um, mas antes a forma em que estão estruturados seus programas de reparação. Desse modo, aos atingidos, a atuação da Renova aparece desconexa e descoordenada, mostrando-se insuficiente em possibilitar a sensação de reparação, além de impor aos atingidos o custo de, a cada nova ação da Renova, ter que reiniciar todo o processo de contato e diálogo com a fundação [...] (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2018a, p.37).

Uma outra questão é o estabelecimento de apenas 19 comissões locais numa extensão territorial cujo impacto atingiu diretamente 45 cidades entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. O número inicial de comissões é irrisório, se formos

avaliar as milhares de pessoas que foram afetadas. Isso sem levar em conta as particularidades regionais e culturais, que sugerem a necessidade da existência de comissões especializadas.

Grande parte das contratações de assessorias técnicas mencionadas no plano das comissões locais até o momento não foram efetivadas. Isso até o próprio site da Renova menciona, quando descreve que “apenas Mariana e Barra Longa⁶³ contam com comissões de atingidos e assessoria (Cáritas e Aedas), respectivamente”⁶⁴. Em 2018, a Comitativa da Bacia do Rio Doce já havia emitido na sua Carta de Reivindicações a necessidade de contratação das assessorias técnicas:

Nossa reivindicação é que, com a suada – e ainda não efetivada – conquista do direito pelas assessorias técnicas em toda a Bacia, todas as indenizações já negociadas possam ser discutidas, se assim for necessário. Afinal, só agora a assistência jurídica está chegando. Fomos submetidos ao desespero das perdas geradas pelo crime, o que fez, muitos de nós, acordar indenização com o primeiro que chegou (p.03).⁶⁵

Esse cenário revela a situação de descaso e impunidade gerada pela forma de gestão na qual os acordos foram tramitados. A Renova tem se revelado um instrumento oneroso e desgastante na relação com as pessoas atingidas – mas parece que justamente esse desgaste interessa às empresas no manejo da temporalidade da luta política. Cansam-se os movimentos, enseja-se a dispersão de energias e cria-se um cenário favorável ao desgaste e à cooptação de lideranças populares, ao mesmo tempo em que se atendem requisições legais e, com isso, se cria uma capa jurídica que facilita o manejo institucional junto a membros do poder judiciário, assim como se alardeia junto aos meios de comunicação que se está fazendo algo.

O Fórum de Observadores, como instância de participação social, possui um papel bastante limitado, haja vista seu caráter de natureza consultiva e não deliberativa. Apesar de contar com o apoio técnico do Fundo Brasil de Direitos Humanos e da Fundação Getúlio Vargas, essas empresas irão responder diretamente ao Ministério Público Federal. A depender da forma e da linguagem técnica apresentada nos diagnósticos produzidos por essas empresas, as populações atingidas ficarão cientes

⁶³ Até a consolidação da presente pesquisa, eram apenas esses dois territórios que contavam com as comissões locais e assessorias técnicas.

⁶⁴ Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/release/fundacao-renova-avanca-no-modelo-de-governanca-e-aponta-os-desafios-da-indenizacao>, acesso em: 08/04/2021.

⁶⁵ Disponível em: http://mg.caritas.org.br.s174889.gridserver.com/wp-content/uploads/2018/11/carta_reivindicacao_atingidos_RioDoce_2018.pdf. Acesso em: 10/03/2021.

ou à revelia dos processos de avaliação dos programas executados pela Fundação Renova. A linguagem técnica nos órgãos de gerenciamento da Renova tem sido um instrumento utilizado frequentemente para desinformação e desmobilização dos atingidos.

Segundo o site institucional da Renova, as Câmaras Regionais não existem⁶⁶. A inexistência desta instância de participação social é sintomática, dada a situação apresentada referente às Comissões Locais, pois, em tese, a indicação para as Câmaras Regionais seria feita pelas Comissões Locais.

Até o momento abordamos o arranjo institucional interno e externo da Fundação Renova, procurando compreender sua forma de gerenciamento e a relação estabelecida com os atingidos nas instâncias deliberativas, opinativas e representativas, bem como as ações realizadas por essas instâncias. No próximo item, iremos examinar as ações mais diretas da Fundação Renova referentes aos programas desenvolvidos, apresentando a partir dos documentos investigados a situação dos atingidos mediante essas intervenções.

4.4 OS PROGRAMAS DE MITIGAÇÃO DA RENOVA E A RELAÇÃO EXTENUANTE COM OS ATINGIDOS

As ações de reparação e compensação propostas no TTAC estão expressas no conjunto dos 42 programas socioeconômicos e socioambientais mediados pela Fundação Renova. O direcionamento dessas ações é um terreno fértil para compreender a relação desigual de poder entre empresas mineradoras (as quais são rés do desastre-crime e ao mesmo tempo mantenedoras da entidade) e pessoas atingidas.

Para dar densidade a nossa discussão, além dos documentos produzidos pelos órgãos do Estado e pela Fundação Renova, recorreremos ao material elaborado por setores populares organizados, a exemplo do Movimento de Atingidos por Barragem (MAB). O conjunto do material explorado pretende apresentar um breve panorama

⁶⁶ Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/release/fundacao-renova-avanca-no-modelo-de-governanca-e-aponta-os-desafios-da-indenizacao>. Acesso em: 09/04/2021

dos programas desenvolvidos, assim como dimensionar as imbricações entre Renova, empresas mineradoras e atingidos.

Já de início, para compreender a atualidade deste cenário recorreremos ao balanço avaliativo realizado pelo MAB em 2020. Cinco anos após o rompimento da barragem, o movimento expôs a situação a que estão submetidos os atingidos perante os órgãos judiciais do Estado e diante das mediações desenvolvidas pela Renova:

Com parcela estratégica do judiciário nas mãos, o conflito a cada ano se tornou mais judicializado. O poder decisório se concentrou nas mãos de um juiz federal, que atua como agente serviçal da empresa criminosa, que age para defender a empresa e manipular as famílias atingidas. Até hoje, não houve nenhuma responsabilização penal pela morte das 19 pessoas, ou mesmo pelos demais crimes. As multas devidas tanto pelos danos ambientais como pela morosidade da Renova não são pagas e nem solucionadas.

A desigualdade de poderes entre atingidos e empresas se aprofunda a cada dia. Meia década, e pouca coisa foi resolvida na vida dos atingidos. A Fundação Renova aposta na tática da divisão do povo e na morosidade da solução.

As pessoas já não têm tempo para esperar uma adequada reparação integral e ficam vulneráveis com acordos desiguais para poder sobreviver em um território em que a empresa domina as estruturas de decisões por meio de um complexo esquema de cooptação de lideranças, captura corporativa de governos e do próprio sistema de justiça⁶⁷ (Nota do MAB).

O relato do MAB demonstra o papel da Renova diante do contexto do desastre-crime da Samarco. Seu arranjo estrutural e sua influência nos espaços que orientam as medidas de reparação são funcionais para que os interesses das empresas mineradoras se sobreponham. Isso fica explícito quando mencionamos, na parte inicial deste capítulo, o modelo de governança interna e externa da Renova, cuja participação e o poder de decisão dos atingidos tem uma configuração meramente ilustrativa. As empresas contam ainda com a influência e apoio de representações nos aparelhos judiciais do Estado, tornando esse enfrentamento ainda mais dificultoso, o que confere a esse processo um cenário de impunidade permanente, sejam elas nos espaços da Renova ou nas esferas do Estado.

Um exemplo concreto desta relação entre Estado e empresas mineradoras foi descrita pelo Observatório da Mineração⁶⁸ e pelo Jornal Estado de Minas⁶⁹, a qual revelava

⁶⁷ Disponível em: <https://mab.org.br/2020/11/04/injustica-na-bacia-do-rio-doce-5-anos-de-nao-reparacao-aos-atingidos-leia-a-nota-do-mab>, acesso em: 15/04/2021.

⁶⁸ É um grupo de jornalismo investigativo sobre a mineração e temáticas sobre violações socioambientais, o lobby e as relações políticas nos setores da mineração.

⁶⁹ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/07/20/interna_gerais,1168320/tragedia-de-mariana-relacoes-familiares-podem-anular-decisoes-na-just.shtml, acesso em: 16/04/2020,

que uma Promotora de Justiça do Ministério Público do Espírito Santo que atuava como coordenadora do Grupo de Trabalho de Recuperação do Rio do Doce, era sobrinha do advogado da Vale e irmã do advogado da Samarco. Essa situação indica a quão grande e poderosa é a influência das empresas mineradoras nos aparelhos representativos do Estado⁷⁰. Essa relação na ossatura do Estado demonstra, conforme Casimiro (2016):

A penetração de aparelhos burgueses de ação política e ideológica na estrutura estatal – não em um sentido funcionalista em uma concepção de Estado concebido como mediador de diferentes grupos sociais, mas no sentido da ampliação das expropriações sociais em benefício dos interesses específicos das classes dominantes -, demonstra o modus operandi da nova direita em sua articulação dialética entre coerção e consenso (p.404).

Os interesses e conflitos de classe ficam notórios, quando observamos a relação extenuante entre Renova e atingidos no desenvolvimento dos programas de reparação e compensação. Neles é possível visualizar a concreticidade da impunidade permanente que agrava o sofrimento das populações afetadas pela lama. O panorama desta relação pode ser compreendido no estudo elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, empresa contratada pelo Ministério Público para avaliar os programas socioeconômicos da entidade. Dentre os programas avaliados, destacamos aqui o relato acerca da demora e morosidade na inclusão dos Programas de Cadastro dos atingidos, considerando que este programa é a porta de entrada para que a pessoa atingida seja reconhecida pela Fundação Renova e tenha, a partir de então, acesso aos demais programas. Conforme descrito no estudo avaliativo:

[...] as pessoas que solicitam ingresso no Cadastro Socioeconômico da Fundação Renova aguardam, em média, 194 dias para terem seu pedido de solicitação inserido no sistema. Tem-se ainda, que 50% das pessoas que constam como cadastradas na base de dados esperaram até 172 dias para a efetivação desse processo. Do total de manifestantes que foram efetivamente cadastrados, 75% aguardaram até 228 dias, 7,4% esperaram pelo menos um ano (365 dias) e 4% esperou ao menos 500 dias (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2019, p. 307).

A nota técnica nº 29/2018 do Comitê Interfederativo, sintetiza o panorama geral deste programa e evidencia como tem se comportado a Renova na relação com as pessoas atingidos:

[...] a existência de lentidão no processo de cadastramento e que a divisão do Programa de Cadastro em campanhas tem se mostrado um critério com

⁷⁰ Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/desastre-de-mariana-completa-5-anos-impunidade-e-acordo-de-reparacao-em-xeque/>, acesso em: 16/04/2021.

baixa transparência, que redundam em inseguranças e disputa de territórios. [...] a Fundação Renova parece apresentar dificuldade em lidar com a quantidade de solicitações de cadastro e em dar retorno tempestivo e de clara compreensão aos solicitantes [...] (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2019, p. 305).

A situação apresentada a partir do relatório da FGV é apenas uma pequena amostra dos entraves e desafios que são cotidianamente vivenciados pelas pessoas afetadas pelos rejeitos de minério. A morosidade e a falta de celeridade nos processos de reparação corroboram diretamente para o agravamento e a precarização das condições de vida.

O relato de Sílvia Lafaiate, pescadora do Município de São Matheus, litoral do Espírito Santo, expressa o sentimento de revolta diante das ações de ineficiência da Fundação:

Não foi um acidente, foi um crime, mas as empresas não querem nem saber. Nós fomos esquecidos, desabafou.
[...]. A única coisa que quero da Renova é o respeito com a vida. Nós estamos sofrendo. Não era pra eu estar aqui lutando, era pra eu estar no meu cotidiano. Eu quero minha identidade de pescadora e meu rio de volta, afirmou⁷¹.

Relatos como o de Sílvia são comuns em todo o território afetado pela lama da Samarco, revelando como se têm orientado as ações/omissões da Fundação diante dos casos.

Neste item, não pretendemos abordar o conjunto dos 42 programas a serem executados pela Renova, considerando os limites a que esta pesquisa se propõe. Entretanto, com base na leitura dos documentos investigados e na densidade de informações exploradas, que contribuíram para a elaboração da presente exposição, observou-se que alguns programas foram comumente citados nos documentos analisados, dentre os quais podemos destacar:

- Auxílio Financeiro Emergencial;
- Indenização Mediada (PIM);
- Levantamento e Cadastro dos Impactados;

⁷¹ Disponível em: <https://mab.org.br/2018/11/07/atingidas-denunciam-ineficiencia-da-funda-renova-e-exigem-repara>, acesso em: 17/04/2021.

- Apoio a Saúde Física e Mental dos Atingidos;
- Reconstrução, recuperação e realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira.

Consideramos importante menciona-los com vistas a angariar elementos para o conjunto da nossa reflexão. Além de abordar o objetivo de cada programa, iremos explicar sob quais situações se encontram no âmbito de sua execução. Para isso, tomamos como base o relatório da Ramboll 2020, empresa de consultoria contratada pelo Ministério Público Federal para analisar e avaliar a efetividade das ações da Fundação Renova.

Tabela 7 – Avaliação dos Programas da Fundação Renova conforme relatório da Ramboll 2020.

PROGRAMAS	OBJETIVO	SITUAÇÃO	FALHAS DO PROGRAMA
<p>Auxílio Financeiro Emergencial</p>	<p>Fornecer auxílio financeiro emergencial mensal a população atingida, que em razão dos prejuízos causados pelo rompimento da barragem, tiveram suas atividades produtivas e econômicas comprometidas.</p>	<p>Apenas 12.413 famílias atingidas foram contempladas pelo auxílio financeiro emergencial, representando 39% do total das 31.755 famílias que solicitaram sua inclusão no programa. De acordo com o relatório este percentual não sofreu alterações ao longo dos últimos meses, demonstrando baixa inserção de novos auxílios.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de informação e justificativa plausível ao negar a concessão do auxílio emergencial. A entidade ignora a individualidade do atingido, utiliza alegações como “Ausência de impacto Direto”; - Existem atividades laborais que não foram devidamente reconhecidas, a Renova utiliza o argumento de “ausência de política indenizatória”,

			<p>contrariando todas as recomendações previstas no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta, violando o direito dos atingidos;</p> <p>- As condicionalidades utilizadas pela Renova para a concessão do auxílio financeiro emergencial desconsideram as pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade.</p>
<p>Indenização Mediada (PIM)</p>	<p>Indenizar a população atingida (pessoa física ou jurídica), que sofreram perdas materiais referente as suas atividades econômicas, por consequência direta do rompimento da barragem da Samarco.</p>	<p>No que se refere aos danos gerais, cuja a indenização ocorre aos atingidos que tiveram perdas materiais e imateriais e ainda tendo em conta os danos a integridade física e atingidos que perderam algum familiar. Apenas 10.885 famílias receberam alguma espécie de indenização, representando 34% do total de 31.755 cadastradas no programa.</p> <p>Essas indenizações não vêm ocorrendo no tempo adequado, levando de 02 a 03 anos após o</p>	<p>- Faz o uso da Linha Média de enchentes + 1000 metros, como condicionalidade para receber a indenização;</p> <p>- A identificação utilizada pela Renova, de impacto direto ou indireto devido o rompimento da barragem fragiliza o reconhecimento da situação de atingido, excluindo-o das intervenções de reparação integral;</p> <p>- Falta de assessoria jurídica;</p> <p>- Os valores propostos pela Fundação são</p>

		<p>rompimento da barragem para serem efetuadas. Há neste cenário um percentual de 66% de famílias cadastradas que não receberam nenhuma espécie de indenização.</p>	<p>descabidos e a documentação exigida para comprovar a condição de atingido é relativamente grande;</p> <ul style="list-style-type: none"> - O programa não respeita e nem considera as particularidades do modo de vida das comunidades atingidas; - Não há indenizações para atividades laborais de atingidos como artesãos, barraqueiros e Ilheiros e outros tipos de atividade.
<p>Levantamento e Cadastro dos Atingidos</p>	<p>Recolher informações quanto aos danos materiais e das atividades econômicas, por meio de elaboração de cadastro individual de pessoas físicas e jurídicas (estão inclusos apenas micro e pequenas empresas).</p>	<p>De um total de 64.962 solicitações de cadastro, apenas 31.755 famílias foram cadastradas, representando 49% das solicitações. Conforme descrito no relatório da Ramboll, o espaço de tempo de solicitação do cadastro e o registro do cadastro no banco de dados é muito grande. Um exemplo concreto desta situação, foram as solicitações nos Canais de relacionamento da Renova. De um total de 9.700 solicitações de cadastros realizados,</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de transparência e informações a respeito do cadastramento. A demora de respostas sobre a inserção ou não no programa tem gerado incertezas, boatos e conflitos nos territórios atingidos. - A não participação social dos atingidos nos processos de elaboração do cadastro é vista como um mecanismo de tensão e pressão. - A falta de reconhecimento de

		<p>somente 17% foram registrados em menos de 180 dias, a grande parte, 41% teve seu registro realizado entre 01 e 02 anos.</p>	<p>atividades laborais como artesão, carroceiro, barraqueiro, trabalhadores da cadeia de pesca e Ilheiros, dentre tantos outros.</p> <p>- A utilização e diferenciação de categorias, como impacto direto e indireto, não correspondem às situações concretas vividas pelos atingidos, implicando nas condições da reparação integral.</p>
<p>Apoio a Saúde Física e Mental dos Atingidos</p>	<p>Verificar as mudanças nas condições de saúde da população atingida em consequência do rompimento da barragem. Constatados indícios na correlação de impactos na saúde e crime-desastres, realizar ações de apoio à saúde mental e física dos atingidos.</p>	<p>As condições mínimas para implementação do programa, aprovado pelo Comitê Intefederativo em 2018 não foram executadas. A entidade foi notificada pelo CIF, devido ao não cumprimento. De acordo com o relatório de avaliação da Ramboll, as ações de assistência à saúde foram mínimas, ocorrendo apenas nos municípios de Mariana e Barra Longa (MG). Nas outras cidades atingidas tem ocorrido apenas o acompanhamento da qualidade da água para consumo humano.</p>	<p>- Suspensão do estudo de avaliação de Risco à saúde humana. Esse estudo foi realizado apenas nos municípios de Mariana e Barra Longa (MG) e Linhares (ES), depois de quase 05 anos do rompimento da barragem;</p> <p>- Ainda não foram realizados os estudos epidemiológico e toxicológico;</p> <p>- Inexistem estratégias para divulgar os resultados das ações e estudos que pertencem ao programa.</p>

Reconstrução, recuperação e realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira	Reconstrução, reparação e transferência das famílias que sofreram danos físicos e econômicos devido ao rompimento da barragem, regiões de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Gesteira e famílias atingidas da área rural localizadas na costa do Rio Gualaxo do Norte.	Do total de 542 famílias atingidas, apenas 09 tiveram seus atendimentos concluídos para o reassentamento, o que representa 1,7% do total de famílias reassentadas.	- Baixa adesão das famílias atingidas aos Reassentamentos Coletivos. Uma situação que revela a insatisfação das famílias quanto a esta modalidade de reassentamento é o caso da comunidade de Gesteira, onde quase um terço das famílias desistiram do reassentamento coletivo.
------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Elaboração própria. Fonte: RAMBOLL, 2020; RENOVA, 2019.

Além do relatório da Ramboll, tomamos como base o conjunto de matérias exploradas no site do MAB tendo por assunto a Renova e o desenvolvimento dos programas de mitigação. Desse material coletado, achamos pertinente destacar alguns trechos dos materiais publicados e relatos dos atingidos, a qual descrevem as situações vivenciadas mesmo após a implantação dos programas de reparação.

Sobre a situação dos programas de indenização e auxílio financeiro emergencial, assim relatam os atingidos:

A Fundação Renova, das poucas indenizações que acertou, fez o pagamento em ordens erradas, com atingidos que se cadastraram mais tarde recebendo antes que aqueles que fizeram o cadastro primeiro. [...] essa é uma forma de manipulação da Fundação, que tenta colocar um atingido contra o outro desestabilizando a luta (Atingido do Distrito de Cachoeira escura)⁷².

As empresas aceleram o processo indenizatório final porque querem obrigar os atingidos a aceitarem valores irrisórios assinando cláusulas abusivas em que eles abrem mão de reparações por danos futuros (Militante do MAB)⁷³.

Há ainda, neste contexto, a situação dificultosa de reconhecimento das mulheres na política de indenização. De acordo com o MAB a violação aos direitos das mulheres

⁷² Disponível em: <https://mab.org.br/2019/09/27/atingidos-cachoeira-escura-mg-cobram-acordo-da-funda-renova>, acesso em: 21/02/2021.

⁷³ Disponível em: <https://mab.org.br/2017/11/05/contra-crime-que-se-renova-atingidos-celebram-com-f-luta-pelos-direitos>, acesso em 20/02/2021.

inicia-se já no processo do programa de cadastramento, o qual não a reconhece como atingida, pois:

[...] em geral não são realizados atendimentos individuais dos membros da família, dada a situação de desigualdade de gênero imposta pela presença do patriarcado na sociedade, e em muitos casos o preenchimento das informações foram realizados pelos homens.

A política de indenização está diretamente ligada a realização do cadastro e distribuição de auxílio emergencial. Se as mulheres não são reconhecidas como atingidas, ou mesmo seu trabalho, elas não acessam programas como o programa de Indenização Mediada (PIM) e o Auxílio Financeiro emergencial (AFE), e também não tem direito aos danos morais (Notícias MAB)⁷⁴.

O contexto de impunidade permanente é evidenciado no relato apresentado pelo MAB, tendo em vista que os programas em execução desconsideram as particularidades regionais e a condição das mulheres atingidas. Muitas delas, por meio de suas atividades laborais, eram as principais mantenedoras da renda familiar. Com o advento do desastre-crime e os critérios de inclusão nos programas centrados na figura do homem, “a autonomia econômica da mulher foi atacada pela Renova. Muitas mulheres que haviam conquistado sua independência a perderam e passaram a ser dependentes de seus companheiros, pais, irmãos”⁷⁵.

Outro programa mencionado é o de cadastro dos impactados. Como já mencionado na parte inicial deste item, o referido programa é considerado a porta de entrada para inserção nos demais programas da Renova. Entretanto, as condicionalidades de acesso criadas pela instituição têm prejudicado continuamente a inserção dos atingidos. O relato a seguir descreve como a Renova tem se portado no reconhecimento dos atingidos:

Além de dificultar o acesso às informações e documentos, a Renova atua pela procrastinação das reparações e dos processos de reconhecimento dos atingidos. A demora desestimula as negociações coletivas e eles atingem seu objetivo, que é a negociação individual para poder gastar menos e negar direitos (Procurador da República de Minas Gerais)⁷⁶.

A conclusão óbvia é que em quase cinco anos a Fundação Renova não conseguiu dar conta dos programas de caráter emergencial. Em relação ao cadastro, que pretende-se encerrar, uma vez que todo mundo que se sentiu prejudicado já teria tempo para solicitar a reparação, os dados são péssimos. [...] a Fundação Renova tenta, desde o final do ano passado encerrar o

⁷⁴ Disponível em: <https://mab.org.br/2020/05/07/funda-renova-e-viola-aos-direitos-das-mulheres>, acesso em: 22/02/2021.

⁷⁵ Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/apenas-39-das-mulheres-cadastradas-foram-ouvidas-lamenta-defensora-publica>. Acesso em: 20/04/2020.

⁷⁶ Disponível em: <https://mab.org.br/2019/05/03/atingidos-exigem-cpi-da-funda-renova-na-assembleia-legislativa>, acesso em: 22/04/2021.

cadastro. Afinal, quase todo orçamento foi usado para o programa e o que temos até agora são só metade dos cadastros efetivados⁷⁷.

A lama tóxica, que escoou do rio até o mar deixando rastros de destruição, trouxe consigo impactos e marcas significativas nas condições de saúde das comunidades atingidas. Para mensurar esse cenário, abrimos um parêntese recorrendo ao trecho do Relatório de Diligência do Rio Doce⁷⁸, o qual descreve as condições de saúde da população devido ao consumo e contato com a água do rio e do mar, bem como os problemas de saúde mental agravados no pós-desastre-crime:

Os moradores relatam pele repuxada após o banho, descamações, manchas, “perebas”, inflamações, queda acentuada de cabelos, coceira, coceira nas partes íntimas, furúnculo após o banho de rio ou mar.

São vários os problemas de saúde mental relatados, decorrentes do ambiente pós-lama: depressão, desânimo, ansiedade, síndrome do pânico, desentendimentos em casa, alcoolismo, suicídios. Observa-se ainda, “confusão mental em adultos e crianças e “retardo” em crianças: “minha filha não entende nada, não consegue aprender”. As professoras percebem aumento da depressão infantil. Para auxiliar as crianças a escola do Nativo está ofertando, com recursos próprios, tratamento psicológico (COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS, 2019, p. 14).

No contexto do agravamento das condições de saúde dos atingidos, a Renova esquivava-se e recusa aceitar que tal situação ocorreu devido aos impactos causados pelo escoamento da lama. O relato do MAB descreve como a entidade procura agir como braço interventivo a favor das empresas mineradoras, ocultando as informações referentes a saúde da população:

Em Barra Longa, os médicos que atuam no plantão das Unidades de Pronto Atendimento (UPA) são contratados pela Fundação Renova. [...], os médicos possuem uma relação muito próxima aos funcionários da Fundação. Sabemos da constante proximidade dos médicos e da Fundação Renova e que são passadas informações confidenciais, o que na profissão é ilegal. A Fundação Renova, criada como instrumento de diálogo e reparação do crime na bacia do Rio Doce, se recusa a reconhecer que a lama possa ter causado problemas graves de saúde na população atingida. A instituição se esquivava de viabilizar transporte para os atingidos realizarem os exames e, de certa forma, orienta os médicos a ocultarem informações (Atingidos de Barra Longa)⁷⁹.

⁷⁷ Disponível em: <https://mab.org.br/2020/05/11/funda-renova-e-viola-aos-direitos-indeniza-relacionada-com-renda-e-trabalho>, acesso em: 22/04/2021.

⁷⁸ Este documento foi construído a partir da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara de Deputados, elaborado em 2019. Refere-se a diligência aos municípios capixabas de Aracruz, Linhares, São Mateus, Conceição da Barra, Colatina e Baixo Guandu, com objetivo de verificar a situação das comunidades atingidas pelos rejeitos do rompimento da barragem da Samarco.

⁷⁹ Disponível em: <https://mab.org.br/2018/03/26/crime-que-se-renova-exames-comprovam-metais-pesados-em-atingidos-pela-samarco>, acesso em: 21/02/2021.

Além da condição fragilizada de saúde causada pela lama tóxica, o rompimento da barragem afetou as condições de moradia nas vilas e comunidades, onde centenas de famílias tiveram que abandonar seus lares e os vínculos comunitários estabelecidos. Mesmo com a existência do programa de reconstrução e realocação, poucas ações foram concretizadas para a construção das moradias. Esse panorama é descrito pelo MAB, ao mencionar a situação dos reassentamentos:

De início, já se pode afirmar que [...] não temos nenhuma casa pronta nos reassentamentos coletivos, ou seja, os desafios permanecem. As angústias quanto ao prazo de entrega dos reassentamentos seguem. O não reconhecimento de atingidos e atingidas continua sendo uma prática da Renova, assim como ações que não levam em conta a participação destes. O prazo para o término dos reassentamentos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo está fixado na justiça, mas sem acordo com as empresas e sem expectativa dos atingidos que elas irão cumpri-lo. Isso gera mais angústia por não saberem quando moradia, comunidade e a vida volta (Notícias MAB)⁸⁰.

É possível observar, a partir da avaliação da Ramboll e do material produzido pelo MAB, a ineficiência e o descaso, que tudo indica ser proposital, das ações desenvolvidas pela Renova através dos programas de reparação. Há em todos os 05 programas mencionados situações em comum, que tornam dificultoso o acesso dos atingidos às medidas de mitigação, contrariando de forma recorrente os acordos previstos no TTAC.

Dentre tais situações, podemos mencionar: a falta de transparência, a burocracia documental, os critérios de condicionalidade para acesso aos programas, a demora no tempo de resposta, a falta de participação no planejamento dos programas, a morosidade e o não reconhecimento de determinadas atividades profissionais. Todos esses fatores, aliados aos mecanismos de coerção das empresas mineradoras no âmbito da esfera estatal, contribuem para fragilizar e fragmentar a luta coletiva dos atingidos pelos seus direitos, sendo, pois, necessário utilizar estratégias de mobilização coletiva que transcorram por ações para além do âmbito institucional, considerando os desafios apresentados diante de toda a estrutura organizacional da Fundação Renova, a qual, como aparelho privado de hegemonia das empresas mineradoras, orienta suas ações para a consolidação dos anseios e projetos da classe empresarial.

⁸⁰ Disponível em: <https://mab.org.br/2020/05/04/funda-renova-e-violado-direito-moradia>, 22/02/2021.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação procuramos, por meio do debate teórico e da pesquisa documental, analisar a configuração estrutural da Fundação Renova no contexto do rompimento da barragem da Samarco, suas ações e repercussões nos processos organizativos da luta dos atingidos. Procuramos descrever em nosso estudo os mecanismos de coerção e consenso utilizados pela instituição ao longo deste período.

Nosso estudo não pretende, de forma alguma, findar a discussão sobre a temática: isso não seria possível a um trabalho individual, mesmo no caso de uma pesquisa de muito maior fôlego do que a que nos foi possível empreender. A presente dissertação, apesar de suas evidentes limitações, buscou alinhar elementos no sentido de contribuir para a reflexão, os debates e os questionamentos sobre o problema estudado.

Esperamos que, a partir das discussões apresentadas nesta pesquisa, tenhamos contribuído na interpretação das novas configurações interventivas empresariais, realizadas muitas vezes por meio de suas fundações e institutos. Através da análise realizada sobre a Renova, esperamos somar forças na luta dos atingidos, contribuindo com elementos críticos para pensar formas e estratégias coletivas de organização diante do aparato institucional gerenciado pelas empresas mineradoras.

Nossa análise orientou-se primeiramente em interpretar sob qual estrutura de Estado e classes sociais a Fundação Renova se constituiu. Tomamos como base, no grau de aprofundamento que nos foi possível atingir nesse ponto da nossa trajetória intelectual, as formulações de Marx, Engels, Lenin e Gramsci. Para compreender o papel das entidades empresariais no âmbito das lutas de classes, mobilizamos o conceito gramsciano de APHs, que possibilitou analisar as imbricações estruturantes de classe que conformaram a Fundação Renova. O viés classista empresarial perpassa a instituição desde a sua gênese, ou seja, desde a assinatura do TTAC, rebatendo também no seu modelo gerencial de governança e nas medidas compensatórios e reparatórias.

É importante mencionar que o uso do conceito de APHs para nosso estudo não deve ser interpretado a partir de uma tipificação do objeto em questão, haja vista que o método de análise partiu de um conjunto de reflexões através da conformação sócio-

histórica das classes sociais e do desenvolvimento do modo de produção capitalista. A consolidação da Renova no pós rompimento da barragem, resulta do inconsequente modo de manejo da natureza, combinada a modalidades específicas através das quais se dá a expropriação de amplos contingentes populacionais e à exploração envolvida na atividade empresarial de mineração, que tem como protagonista empresas multinacionais portadoras de grandes fluxos de capitais.

Para a apreensão das particularidades da conformação do Estado e da economia latino-americana e brasileira, tomamos o caminho teórico da teoria marxista da dependência, a partir das interpretações de Jaime Osório, Ruy Mauro Marini e Vania Bambirra. A escolha desses autores ajudou-nos a compreender a funcionalidade do padrão primário exportador das economias dependentes, dando o enfoque à questão da mineração, em especial no Brasil. Foi a partir destas interpretações, que chegamos à discussão do desastre-crime da Samarco. Todavia, só após a leitura dos autores da tradição gramsciana, como Carlos Nelson Coutinho, Virgínia Fontes e Flávio Casimiro, é que pudemos angariar elementos para interpretar e compreender as imbricações das empresas mineradoras com a Fundação Renova, a correlação destas empresas na ossatura do Estado e a funcionalidade da Renova no processo interventivo junto aos atingidos.

Como apresentado em nossa discussão, o desenho institucional da Renova foi configurado por meio de Termo de Ajustamento de Conduta. O uso desse dispositivo extrajudicial na mediação conflitos deveria, em tese, dar celeridade e romper com processos burocráticos diante de situações que necessitam de respostas urgentes. Entretanto, no caso do desastre-crime da Samarco, o referido dispositivo proporcionou formas de gerenciamento e governança que favoreceram o aparelhamento das empresas réis na estrutura organizativa da Fundação Renova. Sob aval do Estado, a Renova se consolida como única forma legalmente legítima de realizar as ações de mitigação do desastre-crime da Samarco, ficando os atingidos à mercê das ações realizadas pela referida instituição.

Em seu conjunto gerencial, tanto no sistema de governança externo como no interno à instituição, a participação e o poder de decisão dos atingidos configura-se de forma fragilizada e meramente ilustrativa. Como observado em nossa exposição, os espaços institucionais deliberativos são compostos, em grande maioria, por representações

das empresas mineradoras. Desde o começo, as negociações ficaram restritas ao entorno das empresas e entes federativos da união e estados. Tal conformação impactou, também, nas medidas de reparação e compensação da Fundação Renova, pois, como apresentamos nos documentos analisados, passados mais de cinco anos, nenhum programa até o momento foi consolidado.

As condicionalidades estabelecidas para a inclusão nos programas da Fundação Renova são orientadas por critérios sem qualquer transparência. A instituição aposta na tática da exclusão e dispersão, muitas vezes “colocando atingindo contra atingido” como mencionado no trecho do material produzido pelo MAB e citado no presente trabalho. A instituição recorrentemente contraria o acordo estabelecido no TTAC e tem apostado em ações segmentadas e focalizadas para dispersar a organização coletiva daqueles e daquelas que procuram se organizar para que, mesmo que minimamente, as medidas reparatórias sejam realizadas. A instituição conta ainda com a judicialização dos processos e, conseqüentemente, com a demora nas negociações coletivas. Esse cenário, conforme mencionado no relato do MAB, acaba “por desestimular as lutas coletivas, conseqüentemente muitos atingidos vão aceitando realizar acordos individuais com a Renova, por valores de indenização muito mais baixos”. Quem acaba lucrando com todo esse cenário são as empresas mineradoras, que por meio da Fundação Renova instrumentalizam as ações de impunidade permanente. A Renova procura se apresentar como uma instituição que irá solucionar os problemas dos atingidos: entretanto, ela corresponde aos interesses e vontades daqueles que a financiam, que são as empresas mineradoras.

Gostaríamos de abrir aqui uma breve reflexão sobre a atuação das empresas mineradoras no campo político parlamentar. Considerando que, ao longo da nossa discussão, foram recorrentes os casos de negação de direitos às pessoas atingidas, ora por omissão dos próprios órgãos de fiscalização e monitoramento do Estado, ora pelo descumprimento da Renova às recomendações do TTAC, não é possível desconsiderar que esse cenário da impunidade é atravessado por relações de cumplicidade manifestas em um conjunto de articulações das empresas mineradoras no âmbito legislativo. O financiamento de campanha é historicamente um dos grandes instrumentos utilizados para a manutenção hegemônica dessas empresas, cuja ação política incide também na flexibilização das legislações ambientais e até mesmo em

propostas de projeto de lei que permitam atividades de mineração e garimpo em território indígena (PL 191/2020)⁸¹.

No Brasil, apesar das mudanças recentes quanto ao financiamento de campanhas eleitorais, as doações privadas de pessoa física continuam sendo permitidas. Esse é um dos meios que robustecem

a captura corporativa de mandatos políticos em diferentes níveis institucionais, restringindo a efetividade da participação de comunidade impactadas, trabalhadores, organizações sindicais e movimentos sociais nas políticas minerais (POEMAS, 2015, p.44).

A Companhia Vale S.A vinha sendo uma das grandes financiadoras eleitorais, apoiando candidaturas de diversas representações partidárias. Pra se ter uma ideia da ampla ação da empresa mineradora nos processos de campanha eleitoral no momento imediatamente anterior ao rompimento da barragem, em 2014, o grupo Vale S.A realizou, nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, doações para 16 partidos (PMDB, PTC, PSDB, PSB PP, PDT, SD, PTB PRB, PV, PT, PMN, PP, PSD PPS e DEM), entre candidaturas para deputados estaduais e federais. (POEMAS, 2015).

A situação apresentada indica mais uma das modalidades de atuação da burguesia brasileira no campo da intervenção política, com vistas a manter seus projetos de dominação consolidados nos setores que legislam na esfera estatal. Tal prática não é, nem de longe, a única voltada a tais objetivos, nem é novidade no contexto político brasileiro, como lembra Casimiro (2016):

A partir dos anos de 1980, um conjunto de organizações burguesas de ação política e ideológica atuaram tanto de forma pragmática – mobilizando quadros de empresários urbanos e rurais, fazendo *lobby*; financiando campanhas e lançando candidatos próprios para o quadro constituinte ou mesmo para a sucessão presidencial de 1989 -, como também, de forma proposita e organizativa – elaborando ações de caráter tático- operacional conjuntural – como verdadeiros pivôs-ideológicos (p.403).

Uma outra ação interventiva destas empresas, que podemos destacar no final deste estudo, é a atuação propagandística mediante os acontecimentos de conflitos socioambientais. Especificamente no caso do desastre-crime da Samarco, o Movimento dos Atingidos por Barragem avalia que a “Fundação Renova foi uma

⁸¹ Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/jair-bolsonaro-pede-a-arthur-lira-prioridade-na-aprovacao-do-pl-que-libera-mineracao-em-terras-indigenas/>. Acesso em: 22/05/2021.

estratégia que a Vale e a BHP montaram para se livrar do crime, criando uma agência de propaganda, de falsidade ideológica, como tem sido comprovado”⁸².

O contexto relatado pelo MAB se confirma, haja vista que as empresas mineradoras e a Fundação Renova estão respondendo por denúncia de propaganda enganosa, por meio de ação civil pública instaurada pelas instituições de justiça que atuam no caso Samarco⁸³. Segundo os órgãos que ajuizaram a ação,

[...] o material questionado contém “informações imprecisas, dúbias, incompletas ou equivocadas”, noticiando o restabelecimento de uma “normalidade” inexistente, em temas fundamentais para a população, como qualidade da água, do meio ambiente aquático, recuperação de nascentes e bioengenharia, recuperação econômica, indenização, reassentamento e concentração de rejeitos⁸⁴.

Por meio dos documentos investigados e pelos relatos coletados ao longo da pesquisa, pode-se dizer que inexistente qualquer situação de “restabelecimento de uma normalidade”, vivenciada pelos atingidos ao longo desses mais de 05 anos. O fato, apresentado pelos órgãos de justiça, relata mais uma ação criminosa realizada pelas empresas e mediada pela Renova.

A adversidade vivenciada pelos atingidos desde o rompimento da barragem não impediu que estes se organizassem contra as arbitrariedades realizadas pela Renova e empresas mineradoras. Como exemplo, temos as ocupações nos escritórios da Renova, realizadas nos municípios de Barra Longa⁸⁵ e Mariana⁸⁶, e pontuais avanços indenizatórios, como o caso dos camaroeiros de Vitória-ES⁸⁷, que foi fruto de muita mobilização e articulação organizativa dos atingidos. Apesar de pontuais, esses exemplos sinalizam que, mesmo diante das adversidades, os atingidos dos estados

⁸² Disponível em: <https://mab.org.br/2019/10/14/renova-uma-grande-ag-ncia-propaganda-uma-empresa-que-foi-criada-para-enrolar-afirma-membro-d/>. Acesso em: 23/05/2021.

⁸³ Instituições que atuam no caso Samarco: Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo e Ministério Público de Minas Gerais.

⁸⁴ Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/instituicoes-de-justica-ajuizam-acao-contra-a-fundacao-renova-por-propaganda-enganosa-e-abusiva>, acesso em: 23/05/2021

⁸⁵ Disponível em: <https://mab.org.br/2019/01/16/atingidos-barra-longa-ocupam-escrit-rio-terceirizada-da-renova/>, acesso em: 23/05/2021.

⁸⁶ Disponível em: <https://mab.org.br/2019/06/19/atingidos-conseguem-reuni-com-renova-ap-s-17-dias-ocupa/>, acesso em: 23/05/2021

⁸⁷ Disponível em: <https://mab.org.br/2019/12/16/ap-s-quatro-anos-camaroeiros-fecham-acordo-indeniza-com-funda-renova-em-vit-riaes/>, acesso em: 23/05/2021.

de Minas Gerais e Espírito Santo estão cotidianamente na luta, denunciando as atrocidades das mineradoras e da Fundação Renova.

As ações no campo político, ideológico e econômico mencionadas em nossa argumentação complementar indicam a capacidade interventiva da sociedade civil empresarial, atuando dentro e fora das estruturas do Estado. No cenário do desastre-crime, a Renova se caracteriza como um APH empresarial, que foi criado aparentemente para desempenhar funções interventivas de reparação socioambiental, mas que, em sua essência, molda-se para referendar as formas capitalistas de exploração e expropriação, desempenhadas pelas suas mantenedoras (Samarco, Vale e BHP Billiton).

O presente estudo nos fez compreender que não foram falhas na estrutura e nas ações da Renova que impactaram negativamente nas vidas, nos processos organizativos e nas lutas dos atingidos. Isso pode até ser verdade no campo das aparências. Mas há implicações mais complexas, que mostram que a atuação direta das empresas nos aparatos e estruturas do Estado são as principais responsáveis pelo cenário de impunidade e nos impactos negativos mencionados. Mineradoras e Fundação Renova correspondem a um só interesse, aquele plasmado nas personificações do capital das empresas citadas, e esse interesse se articula em diferentes táticas de atuação, permeando variados aparatos da sociedade civil e do Estado. A Renova atua como um agente social, moldado pelo discurso da “Responsabilidade Empresarial” para mediar, apaziguar e controlar as situações no terreno das correlações de forças entre as classes em luta. As empresas mineradoras estão, de diferentes modos, imbricadas nas próprias estruturas e aparatos do Estado, seja no âmbito federativo, legislativo, judiciário, e da sociedade civil.

Uma questão final que cabe ressaltar, possivelmente para novas reflexões e estudos, é manter o olhar crítico e atento sobre o uso recorrente do dispositivo extra judicial (Termo de Ajustamento de Conduta), em casos de desastres-crimes, a exemplo de Mariana e, 02 anos depois, de Brumadinho. Isso porque o relatório da Agência Nacional das Águas (ANA), realizado em 2019, não traz dados otimistas quanto à situação das barragens no Brasil. Segundo o documento, existem 156 barragens em situação críticas em 22 estados brasileiros, e no referido ano foram registrados 70 acidentes com barragens em 15 Estado brasileiros (BRASIL, 2019).

O agravamento deste cenário se estabelece, à medida que o Governo Bolsonaro, juntamente com a bancada ruralista, articulam propostas como o Projeto de Lei 191/2020, que visa a permitir atividades de “mineração e garimpo em terras indígenas, retirando o poder de veto dos povos originários [...]”⁸⁸. No âmbito internacional, o governo federal tem incentivado a vinda de empresas multinacionais para a exploração mineral no Brasil. A fala do secretário de Geologia e Mineração do Ministério de Minas e Energia (MME), Alexandre Vidigal, em evento ocorrido no Canadá, sinaliza a tragédia que está por vir e o ataque às comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas: “Apresentaremos ao mundo tudo o que já foi feito para abrir caminho para uma nova era para as atividades de mineração no Brasil”⁸⁹.

Mesmo diante de um contexto tão adverso, esperamos que as reflexões e discussões elencadas nessa pesquisa possam contribuir para o olhar crítico do tempo presente, com vistas a desmistificar o tão complexo aparato de dominação das classes dominantes e sua articulação em termos de estrutura do Estado. A Fundação Renova é parte de um grande conjunto de aparelhos privados das classes dominantes, que estão presentes no contexto brasileiro. Conseguir interpretá-los criticamente nos dará elementos para pensar ações estratégicas de resistência e de luta pela superação dos limites da forma de sociabilidade do capital.

⁸⁸ Disponível em: <https://observatoriodaminerao.com.br/pagando-dividas-de-campanha-bolsonaro-libera-terras-indigenas-para-a-mineracao-e-o-agronegocio/>, acesso em: 24/05/2021

⁸⁹ Disponível em: <https://observatoriodaminerao.com.br/mesmo-com-pandemia-governo-bolsonaro-vai-ao-canada-convidar-mineradoras-estrangeiras-para-explorar-novas-reservas-no-brasil/>, acesso em: 24/05/2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. In: **Conflitos ambientais no Brasil**. Organizador: Henri Acselrad. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004.

_____. **Ambientalização das Lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental**. Estudos Avançados, vol. 24, nº 68. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/10.pdf>. Acesso em: 30/04/2020.

ÂNGELO, Maurício. **Brasil tem aumento de 129% em barragens consideradas críticas; mais de mil estruturas estão no nível mais alto risco**. Observatório da Mineração. 2020. Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/brasil-tem-aumento-de-129-em-barragens-consideradas-criticas-mais-de-mil-estruturas-estao-no-nivel-mais-alto-de-risco>. Acesso em: 06/04/2021.

_____. **Desastre de Mariana completa 05 anos: impunidade e acordo de reparação em xeque**. 2020. Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/desastre-de-mariana-completa-5-anos-impunidade-e-acordo-de-reparacao-em-xeque/>. Acesso em: 16/04/2020.

_____. **Jair Bolsonaro pede a Arthur Lira prioridade na aprovação do PL que libera mineração em terras indígenas**. 2021. Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/jair-bolsonaro-pede-a-arthur-lira-prioridade-na-aprovacao-do-pl-que-libera-mineracao-em-terras-indigenas/>. Acesso em: 22/05/2021.

_____. **Mesmo com pandemia, governo Bolsonaro vai ao Canadá convidar mineradoras estrangeiras para explorar novas reservas**. 2020. Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/mesmo-com-pandemia-governo-bolsonaro-vai-ao-canada-convidar-mineradoras-estrangeiras-para-explorar-novas-reservas-no-brasil/>. Acesso em 24/05/2021.

_____. **Pagando dívidas de campanha, Bolsonaro libera terras indígenas para mineração e agronegócio**. 2020. Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/pagando-dividas-de-campanha-bolsonaro-libera-terras-indigenas-para-a-mineracao-e-o-agronegocio/>. Acesso em: 24/05/2021.

BADARÓ, Lúbia. **Múltiplas expressões da questão social ecoam sobre a Infância e Juventude**. Revista Ser Social, v.15, nº 32, jan/jun, 2013. Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13039/11394. Acesso em: 18/07/2019.

BARCELOS, E. (Cartógrafo). **O Rastro da destruição. O Caminho da Lama na bacia do Rio doce**. In: **Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG)**. Grupo Poemas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Relatório final, 2015.

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo Dependente Latino-Americano**. Editora: Insular. Coleção Pátria Grande. (Org.):IELA –UFSC, Tradução: Fernando Corrêa Prado e Marina Machado, Ano: 2012.

BBC. BBC NEWS BRASIL. **Brumadinho: Brasil tem mais de 300 barragens de mineração que ainda não foram fiscalizadas e 200 alto potencial de estrago**. 2019. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47056259>. Acesso em: 20/06/2019.

BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007.

BERTOLLO, Kathiucha. Tese de Doutorado: **Mineração e Superexploração da força de Trabalho: Análise a partir da realidade de Mariana-MG**. Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

BRASIL DE FATO. **Vítimas continuam desalojadas 100 dias após crime da mineradora Vale em Brumadinho**. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/06/vitimas-continuam-desalojadas-100-dias-apos-crime-da-mineradora-vale-em-brumadinho>. Acesso em: 24/06/2019.

BIANCHI, Álvaro. **O Laboratório de Gramsci: filosofia, história e política**. São Paulo: Alameda, 2008.

BICHIR, Maíra Machado. Tese de Doutorado: **A questão do Estado na Teoria Marxista da Dependência**. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: 2017.

BRASIL. Agencia Nacional de Águas e Saneamento Básico. **Relatório de Segurança de Barragens**. 2019. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/noticias/lancamento-do-rsb-2019>. Acesso em: 24/05/2021.

BRASIL. Governo Federal. Governo do estado de Minas Gerais, Governo do estado do Espírito Santo e as mineradoras Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil LTDA. **Termo de Transação e Ajustamento de Conduta - Governança**. 2018a. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/tac-gov/2018-06-25-cif-tac_governanca.pdf. Acesso em: 01/05/2019.

_____. Governo do estado de Minas Gerais, Governo do estado do Espírito Santo e as mineradoras Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil LTDA. **Termo de Ajustamento Preliminar (TAP)**. 2017a. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/acordo-samarco-mpf.pdf>. Acesso em: 12/05/2019.

_____. Governo do estado de Minas Gerais, Governo do estado do Espírito Santo e as mineradoras Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil LTDA. **Termo Aditivo ao Termo de Ajustamento Preliminar**. 2017b. Disponível em: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2018/09/SENTENC%CC%A7A-CONJUNTA-HOMOLOGACAO-JUDICIAL-08-DE-AGOSTO-DE-2018-10.pdf>. Acesso em: 12/05/2019.

_____. Governo do estado de Minas Gerais, Governo do estado do Espírito Santo e as mineradoras Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil LTDA. **Termo de Transação e Ajustamento de Conduta**. 2016. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/ttac/cif-ttac-completo.pdf>. Acesso em: 01/05/2019.

CÁRITAS. **Carta de reivindicações dos atingidos**. 2018. Disponível em: http://mg.caritas.org.br.s174889.gridserver.com/wp-content/uploads/2018/11/carta_reivindicacao_atingidos_RioDoce_2018.pdf. Acesso em: 10/03/2021.

CASIMIRO, Flávio Henrique. Tese de Doutorado: A nova direita no Brasil: **Aparelhos de ação Político-ideológico e a atuação das estratégias de dominação burguesa (1980-2014)**. Programa de Pós Graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

COELHO, Tádzio Peters; MILANEZ; Bruno; PINTO, Raquel Giffoni. **A empresa, o Estado e as comunidades**. In: A questão Mineral no Brasil – Vol. 2. **Antes fosse mais leve a Carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/ BHP Billiton**. Organizadores: Márcio Zonta e Charles Trocate – Marabá, Para: Editorial iGuana, 2016.

COELHO, Tádzio Peters. **Projeto Grande Carajás: Trinta anos de desenvolvimento frustrado**. A questão Mineral no Brasil. ZONTA; Márcio, TROCATE; Charles, (Orgs.). Vol. 1, Editora: iGuana, 2º Ed. Jul/2017, Marabá - Pará.

COMITÊ INTERFEDERATIVO. **Regimento Interno do Comitê Interfederativo**. 2016a. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/cif/regimento-interno>. Acesso em: 01/04/2021.

_____. **Deliberação nº 07**. Brasília. 2016b. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/deliberacoes/cif-2016-07-11-deliberacao_07.pdf. Acesso em: 01/04/2021.

_____. **Deliberação nº 67**. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/deliberacoes/cif-2017-05-09-deliberacao_67.pdf. Acesso em: 01/04/2021.

_____. **Membros do Comitê Interfederativo**. 2021. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/cif/membros>. Acesso em: 04/03/2021.

CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. **Relatório sobre o rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco e seus efeitos sobre o Vale do Rio Doce**. CNDH. Brasília, 2017.

CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS. **Diligência a comunidades no Espírito Santo atingidas pelo Rompimento da Barragem de Mariana**. Brasília, 2019. Disponível em: [file:///C:/Users/cleid/Downloads/Relatorio%20diligencia%20Rio%20Doce%20-%20v2%20-%20depois%20AP%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/cleid/Downloads/Relatorio%20diligencia%20Rio%20Doce%20-%20v2%20-%20depois%20AP%20(3).pdf). Acesso em: 09/03/2021.

DIAS, Edmundo Fernandes. **O Outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996.

DORNELAS, Rafael Silva, et al. **Ações Cíveis Públicas e Termos de Ajustamento de Conduta no caso do desastre ambiental da Samarco**. In: **Desastre no Vale do Rio Doce, antecedentes impactos e ações sobre a destruição**.

Organizadores: Bruno Milanez e Cristiane Losekan – Rio de Janeiro: Letra e Imagem Editora, 2016.

DUARTE, Janaína Lopes. **A Funcionalidade do Terceiro Setor e das ONGS no capitalismo contemporâneo**: o debate sobre sociedade civil e função social.

Revista Virtual Libertas Juiz de Fora, v., nº1, p.50-72, jan/jun, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/cleid/Downloads/18158-Texto%20do%20artigo-75989-1-10-20120514.pdf>. Acesso em: 23/07/2019.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 1984. Capítulo IX: "Barbárie e civilização".

FERNANDES, Florestan. **O que é a Revolução**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Rio Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

_____. **Capitalismo Filantrópico?** – múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresarial. Revista Marx e o Marxismo, v.8, nº 14, jan/jun,2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Análise do Cadastro Socioeconômico**. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV,2019. Disponível em:

https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/29028/FGV_Analise%20do%20Cadastro%20Socioeconomico.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12/08/2020.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Estatuto da Fundação Renova**. 2019a. Disponível em:

<https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2020/07/estatuto-registrado-2019.pdf>. Acesso em: 09/01/2021.

_____. **Relatório da administração e demonstrações financeiras**. 2019b.

Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2020/06/demonstracoes-financeiras-renova-2019.pdf>. Acesso em: 20/02/2021.

_____. **Relatório anual de atividades**. 2016. Disponível em:

<https://www.fundacaorenova.org/relatorios-anuais/>. Acesso em: 29/02/2020.

_____. Relatório anual de atividade. 2019. Disponível em:

https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2020/01/pmorld01200cifanual_200117.pdf. Acesso em: 15/05/2020.

_____. **Fundação Renova avança no modelo de governança e aponta os desafios da indenização**. Disponível em:

<https://www.fundacaorenova.org/release/fundacao-renova-avanca-no-modelo-de-governanca-e-aponta-os-desafios-da-indenizacao/>. Acesso em: 10/03/2021.

_____. **A governança.** 2021. Disponível em: <https://transparencia-fundacaorenova.hub.arcgis.com/pages/governanca>. Acesso em: 19/03/2021.

GENTIL, Denise Lobato. **Ajuste Fiscal Privatização e Desmantelamento da Proteção Social no Brasil: A opção conservadora do Governo Dilma Rousseff (2011-2015).** Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, nº 46, jan./abril. 2017, p. 10-31.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 10^o Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere (caderno 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, (vol. 3).

_____. **O Leitor de Gramsci: Escritos escolhidos: 1916-1935.** Organização e Introdução de Carlos Nelson Coutinho. 2^a Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

GONÇALVES, Ricardo J. A. Fernandes. **Capitalismo extrativista na América Latina e as contradições da mineração em grande escala no Brasil.** Cadernos Prolam/USP, v.15, n.29, p.38-55, jul/dez.2016.

HOVELER, Rejane Carolina. **O conceito de aparelho privado de hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica.** Revista Práxis e Hegemonia Popular, ano 4, nº 5, ago/dez, 2019.

IBAMA. **O comitê Interfederativo.** 2020. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/cif>. Acesso em: 28/01/2020.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução.** 2^a Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LOPES, Raphaela A. Lima. **Caso do desastre socioambiental da Samaco: desafios para a responsabilização de empresas por violação de direitos humanos.** In: **Desastre no Vale do Rio Doce, antecedentes impactos e ações sobre a destruição.** Organizadores: Bruno Milanez; Cristiana Losekan – Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2016.

LUCE, Mathias Seibel. **A superexploração da força de trabalho no Brasil: Evidências da história recente.** Capítulo 06 (p. 145- 165). In: **Desenvolvimento e Dependência: Cátedra Ruy Mauro Marini.** Organizador: Niemeyer Almeida Filho, Ipea, 2013.

MAB. **Atingidas denunciam ineficiência da Fundação Renova e exigem reparação.** 2018. Disponível em: <https://mab.org.br/2018/11/07/atingidas-denunciam-inefici-ncia-da-funda-renova-e-exigem-repara/>. Acesso em: 17/04/2021.

MAB. **Atingidos de Barra Longa ocupam escritório de terceirizada da Renova.** 2019. Disponível em: <https://mab.org.br/2019/01/16/atingidos-barra-longa-ocupam-escri-rio-terceirizada-da-renova/>. Acesso em: 23/05/2021.

_____. **Atingidos de Cachoeira Escura- MG cobram acordo com da Fundação Renova.** 2019. Disponível em: <https://mab.org.br/2019/09/27/atingidos-cachoeira-escura-mg-cobram-acordo-da-funda-renova/>. Acesso em: 21/02/2021.

_____. **Atingidos conseguem reunião com Renova, após 17 dias de ocupação.** 2019. Disponível em: <https://mab.org.br/2019/01/16/atingidos-barra-longa-ocupam-escrit-rio-terceirizada-da-renova/>. Acesso em: 23/05/2021.

_____. **Atingidos exigem CPI da Fundação Renova na Assembleia Legislativa.** 2019. Disponível em: <https://mab.org.br/2019/05/03/atingidos-exigem-cpi-da-funda-renova-na-assembleia-legislativa>. Acesso em: 22/04/2021.

_____. **Após quatro anos, camaroeiros fecham acordo de indenização com a Fundação Renova em Vitória/ES.** Disponível em: <https://mab.org.br/2019/12/16/ap-s-quatro-anos-camaroeiros-fecham-acordo-indeniza-com-funda-renova-em-vit-riaes/>. Acesso em: 23/05/2021.

_____. **A Renova é uma grande agência de propaganda, uma empresa que foi criada para enrolar, afirma membro da coordenação do MAB.** 2019. Disponível em: <https://mab.org.br/2019/10/14/renova-uma-grande-ag-ncia-propaganda-uma-empresa-que-foi-criada-para-enrolar-afirma-membro-d/>. Acesso em: 23/05/2021.

_____. **Contra o crime que se Renova, atingidos celebram com fé a luta pelos direitos.** 2017. Disponível em: <https://mab.org.br/2017/11/05/contra-crime-que-se-renova-atingidos-celebram-com-f-luta-pelos-direitos>. Acesso em: 20/02/2021.

_____. **Crime que se Renova: Exames comprovam metais pesados em atingidos pela Samarco.** 2018. Disponível em: <https://mab.org.br/2018/03/26/crime-que-se-renova-exames-comprovam-metais-pesados-em-atingidos-pela-samarco>. Acesso em: 21/02/2021.

_____. **Fundação Renova e a violação aos direitos das mulheres.** 2020. Disponível em: <https://mab.org.br/2020/05/07/funda-renova-e-viola-aos-direitos-das-mulheres>. Acesso em: 22/02/2021.

_____. **Fundação Renova e a violação aos direitos à indenização relacionada com renda e trabalho.** 2020. Disponível em: <https://mab.org.br/2020/05/11/funda-renova-e-viola-aos-direitos-indeniza-relacionada-com-renda-e-trabalho>, Acesso em: 22/04/2020.

_____. **Fundação Renova e a violação ao direito à moradia.** 2020. Disponível em: <https://mab.org.br/2020/05/04/funda-renova-e-viola-do-direito-moradia>. Acesso em: 22/02/2021.

_____. **Injustiça na bacia do rio doce: 5 anos de não reparação aos atingidos.** 2020. Disponível em: <https://mab.org.br/2020/11/04/injustica-na-bacia-do-rio-doce-5-anos-de-nao-reparacao-aos-atingidos-leia-a-nota-do-mab/>. Acesso em: 15/04/2020.

MANSUR, Maria Cecília. **O Serviço Social nas fundações e institutos empresariais**. Espaços Ocupacionais e Serviço Social. São Paulo: Paco Editorial, 2012.

MARINI, Rui Mauro. **Dialética da dependência. Vida e Obra**. In: TRANSPADINI, Roberta; Stédile, João Pedro. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MAURIEL, Ana Paula. **Desenvolvimento, pobreza e políticas sociais**. In: **Em Pauta**. Rio de Janeiro: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1º semestre, nº 31, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/7561/5498>. Acesso em: 20/11/2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Edição Comemorativa dos 170 Anos da Primeira Publicação. Editora: Avante, Lisboa, 1997.

_____. **Glosas críticas ao artigo: “O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano”**. Vorwärts, nº 63/64, agosto de 1844, Paris.

_____. **"Introdução de 1857"**. IN: **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MENDONÇA, P. J; NAKATANI, P. **Algumas tendências do liberalismo da América Latina. Estudios latino americanos**. Nueva Época, Mexico, ano VII, nº 16, julio-diciembre 2001, p. 89-105.

MENDONÇA, Sônia Regina. **O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica**. Revista Marx e o Marxismo, v.2, nº2, jan/jul,2014.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo S. Pereira. **Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração**. Revista pós Cien. Soc. V.10, nº 19, jan/jun. 2013.

MILANEZ, Bruno; LOSEKAN, Cristiana. **A emenda e o soneto: notas sobre os sentidos da participação no TAC de Governança**. In: **Rompimento da Barragem de Fundão: Dossiê TAC Governança**. POEMAS, v.2, nº 1, 2018. Disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/files/2017/04/RPRD-2018-Dossi%C3%AA-TAC-Governan%C3%A7a-versos.pdf>. Acesso em: 06/09/2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Parecer nº 279/2018/SPPEA. **Avaliação participativa do Termo d Ajustamento de Conduta sobre a Governança (TAC-Governança), do processo de reparação e recuperação dos danos decorrentes do rompimento de barragens de rejeitos das mineradoras Samarco, BHP E Vale em Mariana, MG**. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/parecer-no-279-2018/view>. Ano 2018a. Acesso em: 12/08/2020.

_____. **Desastre do Rio Doce: Como o TAC Governança assegura direitos dos atingidos**. 2018b. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/banners-atuacao/como-o-tac-governanca-assegura-os-direitos-dos-atingidos>. Acesso em 24/02/2020.

_____. **Instituições de Justiça ajuízam a ação contra Fundação Renova por propaganda enganosa e abusiva.** Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/instituicoes-de-justica-ajuizam-acao-contr-a-fundacao-renova-por-propaganda-enganosa-e-abusiva>. Acesso em: 23/05/2021.

SOUZA, Tatiana. R; CARNEIRO, Karine G. **O papel das Assessorias Técnicas no TAC Governança.** In: **Rompimento da Barragem de Fundão: Dossiê TAC Governança.** POEMAS, v.2, nº 1, 2018. Disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/files/2017/04/RPRD-2018-Dossi%C3%AA-TAC-Governan%C3%A7a-versos.pdf>. Acesso em: 06/09/2020

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** 8ª Edição. São Paulo: Cortez, 2012.

NEVES, Victor. **Democracia e socialismo: Carlos Nelson Coutinho em seu tempo.** 1º Edição. São Paulo: Lutas Anticapital, 2019.

PARREIRAS, Mateus. **Tragédia de Mariana: relações failiars podem anular decisões na justiça.** 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/07/20/interna_gerais,1168320/tragedi-a-de-mariana-relacoes-familiares-podem-anular-decisoes-na-just.shtml. Acesso em: 16/04/2020.

PFEIFER, Mariana. **Responsabilidade Social das Empresas: instrumento de consolidação hegemônica do projeto neoliberal?.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, defendida em 2006.

PRADO, Fernando Correa. **Ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil.** São Paulo: Lutas Anticapital, 2020.

POEMAS. **Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre a Samarco/Vale/BHP em Mariana-MG.** Dezembro de 2015. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/PoEMAS-2015-Antes-fose-mais-leve-a-carga-vers%C3%A3o-final.pdf>>. Acesso em: 28/11/2018.

POTT, Crisla Maciel; ESTRELA, Carina Costa. **Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento.** Estudos Avançados, vol. 31, nº89. São Paulo: jan/abril, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100271. Acesso em: 26/06/2020.

RAMBOLL. **Relatório Consolidado referente aos trabalhos dos primeiros nove meses de avaliação dos programas socioeconômicos e socioambientais.** 2017. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorio-consolidado-da-ramboll-de-2017>. Acesso em: 12/08/2020.

_____. **Apoio a saúde física e mental dos atingidos.** 2020. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-ramboll/folders-2020/pg014_folder_v10_19-10-2020.pdf. Acesso em: 20/02/2020

_____. **Auxílio Financeiro Emergencial.** 2020. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-ramboll/folders-2020/pg021_folder_v09_20-10-2020.pdf. Acesso em 20/02/2020,

_____. **Levantamento e cadastro dos atingidos.** 2020. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-ramboll/folders-2020/pg001_v11_20-10-2020_aprovado.pdf. Acesso em: 20/02/2020.

_____. **Programa de indenização Mediada.** 2020. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-ramboll/folders-2020/pg002_v10_20-10-2020_aprovado.pdf. Acesso em: 20/02/2020.

_____. **Reconstrução, recuperação e realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira.** 2020. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-ramboll/folders-2020/pg008_folder_v10_19-10-2020.pdf. Acesso em: 20/02/2020.

SÉCULO DIÁRIO. 2019, um ano de constatações importantes e poucos avanços para os atingidos. 2019. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/2019-um-ano-de-constatacoes-importantes-e-poucos-avancos-para-os-atingidos>. Acesso em: 03/04/2021.

_____. **Apenas 39% das mulheres cadastradas foram ouvidas, lamenta defensora pública.** 2020. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/apenas-39-das-mulheres-cadastradas-foram-ouvidas-lamenta-defensora-publica>. Acesso em: 20/05/2021.

SILVA, Camila Veras Pessoa. Dissertação de Mestrado: **Lama, Luto e Luta: A vivência dos atingidos pelo desastre da Samarco e a organização popular do Movimento dos Atingidos por Barragens como estratégia de enfrentamento.** Programa de Pós Graduação em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

SOUZA; Luciana A. Martins; CARLOS, Euzeneia. **Instituições participativas e mobilização social no contexto do desastre no rio doce.** 42º encontro da ANPOCS – Associação Brasileira de Ciências Sociais, Caxambu-MG, outubro de 2018. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt07-16/11168-instituicoes-participativas-e-mobilizacao-social-no-contexto-do-desastre-no-rio-doce/file>. Acesso em: 07/02/2021.

TRANSPADINE, Roberta; AMARAL, Marisa. **Superexploração em seus dois sentidos.** Site: Outras Palavras, Publicado em: 09/012/2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/a-superexploracao-e-seus-dois-sentidos/>. Acesso em: 23/12/2020.

_____. **Origens e Atualidade da Superexploração no Brasil.** Site: Outras Palavras, Publicado em: 22/12/2020. Disponível em:

<https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/origens-e-atualidade-da-superexploracao-no-brasil/>. Acesso em: 28/12/2020.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no Centro da Mundialização**. A sociedade civil e o tema do poder. 2ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2019.

_____. **América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região**. In: Padrão de reprodução do Capital. FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime Sebastian; LUCE, Matias (Orgs.). São Paulo: Boitempo Editorial, 1ª ed. Jul.2012.

SALAMA, Pierre. **Reprimarização sem industrialização, uma crise estrutural no Brasil**. Vitória: Revista Argumentum, v. 8, n. 2, p. 127-139, maio/ago. 2016.

SALVADOR, Evilásio. TEIXEIRA, Sandra Oliveira. **Orçamento e Políticas Sociais: metodologia de análise na perspectiva crítica**. Revista Políticas Públicas – São Luís. Volume 18, jan./jun. 2014.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: Sua teoria incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

TEMPORALIS, revista. **Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Ano. 2, nº 3, jan/jul, 2001.

VIEGAS, Rodrigo Nuñez; PINTO, Raquel Giffoni; GARZON, Luis N. Garzon. **Negociação e acordo ambiental: O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) como forma de tratamento de conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2014.

VIEIRA, Diovana Renoldi. Dissertação de Mestrado: **Discurso e lógicas de poder no processo de reparação dos danos gerados pelo desastre-crime da barragem de mineração da Samarco**. Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

VITORINO, Aline Rodrigues. Dissertação de Mestrado: **A Política Social Brasileira à Luz da Teoria Marxista da Dependência**. Programa de Pós Graduação em Política Social. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

ZORZAL E SILVA, Marta; CAYRES, Domitila Costa; SOUZA, Luciana Andressa Martin. **Desastre socioambiental e Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) como instrumento de política pública: O caso da barragem de Fundão, MG**. Civitas, Revista de Ciências Sociais, vol.19, n 02, Porto Alegre, mai/ago, 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/30227>. Acesso em: 30/04/2020.

ZHOURI, Andréa. **Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: Desafios para a governança ambiental**. Revista Brasileira de ciências sociais, vol.23, nº 68, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n68/v23n68a07.pdf>. Acesso em: 11/08/2020.